

UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE

HUGO CARDOSO ESTEVES

**DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL:
O CASO DO MUNICÍPIO DE ITABERÁ
ESTADO DE SÃO PAULO**

São Paulo
2009

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

HUGO CARDOSO ESTEVES

**DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL:
O CASO DO MUNICÍPIO DE ITABERÁ
ESTADO DE SÃO PAULO**

“Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo”

**Orientadora: Prof^a. Dr^a. Eunice Helena
Sguizzardi Abascal**

São Paulo
2009

E799d Esteves, Hugo Cardoso

Desafios para o desenvolvimento regional: o caso do município de Itaberá, estado de São Paulo / Hugo Cardoso Esteves – São Paulo: [s.n.], 2009

135 f.: il.; 30 cm

Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2009.

Orientadora: Prof^a. Eunice Helena Sguizzardi Abascal

Referências bibliográficas: p. 128-135

1. Desenvolvimento regional. 2. Integração.
3. Redes organizacionais. I. Título.

CDD 711.4

HUGO CARDOSO ESTEVES

**DESAFIOS PARA A PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO
URBANO E REGIONAL: O CASO DO MUNICÍPIO DE
ITABERÁ ESTADODE SÃO PAULO**

“Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo”

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA

**Prof^a. Dr^a. Eunice Helena Sguizzardi Abascal-Orientadora
Universidade Presbiteriana Mackenzie**

**Prof^a. Dr^a. Angélica Tanus Benatti Alvim
Universidade Presbiteriana Mackenzie**

**Prof^o. Dr^o. Carlos Eduardo Zahn
Universidade de São Paulo**

São Paulo
2009

RESUMO

Este trabalho visa relacionar e analisar criticamente estratégias de regionalização que vem sendo aplicadas com base em políticas públicas, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento da Região Sudoeste do Estado de São Paulo, especialmente do Município de Itaberá. A partir desses conhecimentos, objetiva-se recomendar estratégias de desenvolvimento para municípios de pequeno porte, cuja economia é ainda fundamentada em base agrícola, mesmo que mediante a presença hoje do agronegócio. Para tanto, a metodologia adotada prevê o estudo de das diversas abordagens que fundamentam a política de gestão regional do Estado de São Paulo, e as necessidades atuais de integração entre os municípios. Objetiva-se compreender como é possível estimular a melhoria da qualidade de vida das populações locais e o desenvolvimento econômico dos municípios que se enquadram nessa categoria, procurando diminuir os impactos ambientais proporcionados por esse desenvolvimento. Tomar-se-á como objeto o Município de Itaberá localizado na região sudoeste do Estado de São Paulo, notadamente uma das regiões menos desenvolvidas do Estado, visão demonstrada a partir de indicadores sociais e econômicos que se mantêm quase sempre abaixo da média estadual. As análises desses indicadores permitirão formar um quadro econômico social do local, das suas vantagens competitivas decorrentes da vocação econômica do local e das suas limitações, causadas, entre outros fatores, pela ocupação territorial fundamentada em latifúndios e no agronegócio, quase sempre mecanizado. A hipótese fundamental é que a integração sócio-econômica dos municípios em escala regional somente é possível por meio da utilização de informações e instrumentos variados, articulados em complexos de ações capazes de desenhar redes de relações sociais e de conhecimentos, levando-se em conta as especificidades locais. A quantidade crescente de informações necessárias à gestão do território nos leva a crer que é possível recomendar estratégias reticulares, e que estas poderão se beneficiar das TIC (Tecnologias de Informação e Comunicação), e de sua natureza digital.

PALAVRAS-CHAVE: Estratégias de Desenvolvimento Regional; Integração Regional, Desenvolvimento; Redes Organizacionais; redes sócio-técnicas.

ABSTRACT

This work aims to propose development strategies for indigenous small towns with strictly agricultural economy taking into account the various policy approaches to regional management of the State of Sao Paulo and the current needs of integration between the municipalities aimed at improving the quality of lives of local people and economic development of them and trying to reduce the environmental impacts caused by this development. Take will be based on the City of Itaberá located in the southwestern state of Sao Paulo, especially of the less developed regions of the country with social and economic indicators almost always below the state average. The analysis of these indicators will form an economic framework of local social, its competitive advantages of economic vocation of place and its limitations from a system based on occupation of large estates and often mechanized agribusiness. The major hypothesis of this study is that the social-economic integration of the region is only possible through the use of information grouped into social networks and knowledge taking into account the specific social, economic and cultural site, the huge amount of information lead us to believe that these digital networks should be since we live in an age where the speed and quantity of information are crucial factors in economic development. Notably in Brazil for regional economic imbalances so that knowledge networks can directly interfere with this process. Also addressed will be the regulation of this and other instruments of public management, concluding that such regulation is essential to articulate the local social actors in the quest for economic development cited.

KEYWORDS: Regional Development, Integration, Organizational Networks.

AGRADECIMENTOS

Muitas pessoas contribuíram direta ou indiretamente de diversas maneiras para a conclusão desse trabalho e agora, ao lembrar dessa trajetória difícil os agradecimentos se fazem necessários.

Gostaria de agradecer a Deus em primeiro lugar que me deu saúde física e mental para trilhar esse caminho que chega ao fim neste momento.

Agradeço a minha orientadora professora Eunice que soube canalizar meus esforços para os assuntos e temas mais importantes.

Não deve faltar um agradecimento especial aos meus pais que sempre me apoiaram e a Magali que sempre me incentivou nesse caminho difícil.

LISTA DE FIGURAS, GRÁFICOS E TABELAS

Figuras

1. Visão noturna.....	38
2. Rede Urbana Paulista.....	49
3. Regiões Administrativas – 1967.....	52
4. Regiões Administrativas – 1970.....	53
5. Regiões Administrativas – 2007.....	54
6. Municípios da Região Administrativa de Itapeva.....	63
7. Região Administrativa de Itapeva / Bacias Hidrográficas do Alto do Paranapanema e do Ribeira.....	64
8. Microrregião de Itapeva (segundo o IBGE).....	65
9. Municípios do Sudoeste Paulista filiados ao CONDERSUL E A AMVAPA.....	74
10. Mapa urbano de Itaberá.....	84
11. Mapa rodoviário do Município de Itaberá.....	85
12. Principais rodovias de acesso a microrregião de Itapeva.....	86
13. Declividade do Município de Itaberá.....	91
14. Pivôs instalados no Município de Itaberá.....	92
15. Municípios do CONSAD (2009).....	107
16. Bacias Hidrográficas do Estado de São Paulo.....	109

Gráficos

1. Participação dos vínculos empregatícios na economia.....	26
2. Renda média mensal familiar (Itaberá).....	26
3. Participação dos setores econômicos no valor adicionado (%).....	66

4. Condições de vida: Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS) – Dimensão Riqueza.....	69
5. Condições de vida: Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS) – Dimensão Longevidade.....	69
6. Condições de vida: Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS) – Dimensão Escolaridade.....	70
7. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal dos municípios da microrregião de Itapeva.....	71
8. Áreas dos municípios da microrregião de Itapeva em km ²	90

Tabelas

1. Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS).....	67
2. Dimensões do Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS).....	68
3. Componentes e pesos do Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS).....	68
4. Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS) dos municípios do Sudoeste do Estado de São Paulo.....	70
5. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal dos municípios da microrregião de Itapeva.....	72
6. Volume Médio de Tráfego (2005).....	88
7. Unidades de Relevô do Município de Itaberá.....	88
8. Quadro sinóptico de atuação regional.....	121

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1 IMPORTÂNCIA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	
1.1 Considerações sobre Desenvolvimento Regional.....	22
1.2 Desenvolvimento Endógeno.....	29
1.3 A Reestruturação Socioespacial e Econômica do Estado de São Paulo na Década de Noventa.....	34
1.4 Novas Ferramentas de Gestão.....	41
2 GESTÃO REGIONAL PAULISTA	
2.1. As Regionalizações do Estado de São Paulo.....	51
2.2. Itaberá no Contexto Regional.....	61
2.2.1 Índice Paulista de Responsabilidade Social.....	66
2.2.2. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal.....	71
2.2.3. Participação do Município em Consórcios e Intermunicipais.....	72
3 O MUNICÍPIO DE ITABERÁ: CARACTERÍSTICAS SOCIO-ECONOMICAS	
3.1 Formação Histórica de Itaberá.....	77
3.2 A Ocupação do Município de Itaberá.....	82
3.3 Aspectos Físicos e Ambientais do Município de Itaberá	
• Relevo.....	88
• Meio Ambiente.....	89
3.4 Aspectos Econômicos e Sociais do Município de Itaberá	
• Economia.....	93
• Educação.....	95
• Saúde.....	96
• Organização Social.....	97
• Infra-estrutura.....	98

• Lazer.....	99
--------------	----

4 INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO REGIONAL E MUNICIPAL

4.1 Planos Regionais.....	101
4.2A Adoção da Bacia Hidrográfica como Unidade de Gestão.....	108
4.3 Outras Formas de Atuação Regional.....	110
4.4 Sistemas de Gerenciamento de Informações em Redes: redes organizacionais e redes digitais.....	111
4.5 Planos Municipais	
4.5.1 Década de Setenta.....	113
4.5.2 O Atual Plano Diretor.....	116
4.6 Estratégias de Desenvolvimento Regional.....	119
CONCLUSÃO.....	122
BIBLIOGRAFIA.....	128

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento regional equilibrado e a redução das desigualdades regionais no Brasil e, em especial no Estado de São Paulo são aspirações há muito tempo presentes na administração pública nacional. Entretanto os desafios para a implantação dessa política são imensos, fato que se deve principalmente às variadas características culturais, históricas e geográficas do país.

Este trabalho se propõe estudar a Região Sudoeste do Estado de São Paulo e em especial o Município de Itaberá nela localizado, suas características físicas e sócio-econômico-culturais, suas especificidades e o seu nível de integração com os demais municípios da região.

O objetivo geral é discutir e avaliar criticamente os instrumentos e relações interinstitucionais necessárias para articular o desenvolvimento regional e o planejamento urbano municipal.

Com base nessa análise almeja-se a proposição de diretrizes e estratégias de desenvolvimento urbano e regional para o Município de Itaberá e para os demais municípios que tenham cerca de 20.000 habitantes.

Procura-se ainda avaliar criticamente a visão institucional de nível municipal e local do desenvolvimento, enfatizando as dificuldades de articulação e gestão integrada entre os municípios que compõem a Região Sudoeste do Estado de São Paulo.

Com base nessa análise, busca-se relacionar estratégias aplicadas no recorte temporal de 1970 até 2008, e recomendar outras estratégias que poderão contribuir para o desenvolvimento endógeno da região. Este recorte justifica-se a partir do reconhecimento de pelo menos três importantes eventos ocorridos e relacionados à questão do planejamento regional no Estado de São Paulo.

O primeiro destes eventos foi à dispersão das atividades industriais que deixaram a Capital em direção ao interior a partir da década de 1970, os principais fatores que influenciaram decisivamente a disseminação e o crescimento industrial do interior paulista nas décadas de setenta e oitenta foram:

- “1) A modernização da agricultura, que propiciou condições favoráveis para uma estruturação agroindustrial;
- 2) Os investimentos estatais, principalmente federais, com destaque para a instalação de refinarias de petróleo em Paulínia e São José dos Campos, a consolidação do pólo petroquímico de Cubatão e a expansão da

Companhia Siderurgia Paulista (COSIPA), a instalação de plantas industriais no setor de eletrônica, informática e telecomunicações em Campinas, além do pró-álcool, projetos que estimularam a instalação de novas indústrias complementares;

- 3) A política estadual de construção de uma malha viária ampla e moderna, que diminuíram os custos de transporte e propiciaram novas vantagens para a localização industrial;
- 4) A elevação dos custos de aglomeração na grande São Paulo.”(FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS - SEADE, 2000).

A região de estudo apesar de ter sua economia estruturada principalmente no setor agrícola sofreu as consequências do processo de descontração industrial na medida em que estava integrada politicamente a Região Administrativa (RA) de Sorocaba porém esse processo não atingiu os confins da RA de Sorocaba, justamente os municípios objetos desse trabalho.

Também é importante ressaltar que o Decreto Lei Complementar nº 09 de 31 de dezembro de 1969 determinava a obrigatoriedade aos municípios paulistas de elaboração do Plano Diretor Municipal (então denominado Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado – PDDI).

E finalmente deve-se estudar as transformações ocorridas na década de setenta que constituíram os primeiros passos em direção à regionalização a partir da criação das Regiões Administrativas no Estado em 1967.

A criação das RA, a obrigatoriedade de elaboração do PDDI e ainda com o processo de interiorização da indústria paulista quando o interior então se firmou como o segundo espaço industrial mais importante do país, atrás apenas da Região Metropolitana de São Paulo, são marcos importantes do processo de regionalização a serem estudados nesse trabalho.

É interessante analisar as condições de desenvolvimento regional no Estado de São Paulo nesse intervalo, não se deve esquecer ainda que a região Sudoeste Paulista é uma das menos desenvolvidas social e economicamente mantendo-se a margem desse movimento histórico de regionalização.

Trata-se de conhecer a situação e de enunciar saídas que possam estimular o

crescimento sustentável, aproveitando as características e vocações econômicas do local em prol da melhoria da qualidade de vida.

Pretende-se argumentar que o desenvolvimento econômico local deve ser um processo contínuo de crescimento e aperfeiçoamento, neste caso, o processo significa considerar os elementos em conjunto sucedendo-se no tempo (SERRA, 2006).

Esta constatação leva a indagar como problema que alenta o desenrolar do trabalho, porque isso acontece, e o que se poderia propor como estratégia para deflagrar o desenvolvimento de Itaberá e de sua região? E, como consequência desta indagação como conceituar e definir essa região?

A presente dissertação assume como hipótese que o nível municipal (local) não pode garantir de forma isolada a qualidade de vida e as condições socioeconômicas capazes de promover o desenvolvimento, mesmo esse assumindo características endógenas acarretando que não é possível abrir mão do nível regional nesse processo.

Para isso, é realizado um estudo de caracterização do município e da região, consultando bases de dados que possam contribuir para a compreensão de como se poderia estimular o seu desenvolvimento.

A partir do exposto analisa-se a situação do desenvolvimento do Município de Itaberá localizado numa das regiões mais pobres do Estado de São Paulo (NOGUEIRA, 1999), com o objetivo de caracterizar município e região, identificando sua situação econômico-social, as atuais possibilidades e dificuldades de integração a uma política regional. Por fim, de posse do panorama de dificuldades e potencialidades, deseja-se enunciar as estratégias conjuntas que poderiam contribuir para o desejado desenvolvimento.

Estudar-se-á as características desse desenvolvimento e, neste caso, as causas de sua ausência, levando em conta as especificidades do local e tomando como base os atores sociais.

A metodologia adotada impõe discutir diferentes conceitos e situações de regionalização. Para tanto, definir Regiões Administrativas, Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos e o conceito de microrregião. Este último, estabelecido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) procurando agrupar municípios limítrofes de um mesmo Estado da Federação dotados das

mesmas características naturais, de organização da produção e níveis de integração para definir a regionalização e seus limites, para as finalidades deste estudo.

Utilizando critérios naturais e socioeconômicos que fornecem uma base de dados com características mais próximas da realidade em 2002 o IBGE agrupou os 645 municípios do Estado de São Paulo em 15 mesorregiões e 63 microrregiões. É interessante ressaltar também que utilizando critérios populacionais (IBGE, 2000) existem 404 municípios no Estado com menos de 20.000 habitantes, isto é 62,63 % dos municípios do Estado.

Os municípios, agrupados na microrregião de Itapeva (Itaberá está inserido nesta microrregião), possuem características naturais, socioeconômicas e culturais semelhantes e de alguma forma interagem por isso devem ser analisados de maneira a constituir um agrupamento sinérgico.

Para essa discussão, é um pressuposto básico que não apenas o crescimento econômico garante o desenvolvimento, e que a população deve ser ouvida e ser beneficiada por esse crescimento, sendo ela a origem e a finalidade por que se deve buscar o desenvolvimento econômico.

Pressupõe-se também que é necessária uma mudança de postura dos gestores municipais ao negar o isolamento e buscando relacionamento e instrumentos para atuação conjunta.

A Constituição Federal de 1988 ao equiparar os municípios aos demais entes federativos (Estados, Distrito Federal e União) atribuiu grande responsabilidade aos gestores municipais e poder aos municípios. Porém também enunciou de forma ampla e genérica os instrumentos de incentivo da participação do conjunto destes para solucionar problemas comuns. Os próprios municípios devem traçar seus caminhos na busca de uma estratégia regional e concreta.

A crise e o declínio de regiões tradicionalmente industriais e o surgimento de novos modelos de industrialização e de desenvolvimento local obrigam ao Estado propor mecanismos de regulação de mercado e pensar estratégias de desenvolvimento endógeno, sem esquecer a necessária relação com fatores e mercados de outras escalas.

Autores como Amaral Filho (1996) assinalam que esses mecanismos devem ter por finalidade fixar os princípios básicos de gestão regional para disciplinar a solução dos problemas relacionados ao desenvolvimento econômico das diversas regiões no Brasil, respeitando suas características específicas.

No Sudoeste Paulista o processo de industrialização caminha a passos lentos principalmente pela distância dos grandes centros consumidores, porém o desenvolvimento econômico proporcionado pelo agronegócio se faz presente e movimentando a economia local.

Torna-se essencial planejar o desenvolvimento socioeconômico do município de maneira integrada a dimensão regional, o que supõe a necessidade de compreender como uma tal complexidade pode ser enfrentada, e que mecanismos e instrumentos se fazem necessários e estão à disposição de gestores e de políticas públicas. Conhecer os processos de gestão governamental e a evolução destes se torna então fundamental, para que se compreendam as causas possíveis da estagnação econômica da região.

Desde a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e mais tarde a criação dos Fundos de Desenvolvimento Regional pela Constituição Federal de 1988, foi estabelecida as bases da política de desenvolvimento regional no país.

Entretanto, apesar dos avanços, estas instituições definiram como principais objetivos, o atendimento a demandas específicas associadas geralmente a interesses de determinados grupos, de maneira geral, a política regional brasileira não buscou o consenso com as tendências internacionais, e não levou em conta uma visão analítica das condições observadas (BARROS; RAPOSO, 2007).

Em São Paulo o processo de regionalização iniciou-se com a criação das regiões e sub-regiões administrativas instituídas em 1967. Porém apesar da estrutura hierárquica verticalizada que permite grande desconcentração de atividades, verificou-se um mínimo de descentralização de decisões o que fez por manter essencialmente a dependência dos órgãos centrais (RONCA, 1992; *apud* ALVIM, 1996).

No processo de descentralização administrativa de 1967, o Governo do Estado incluiu a região de Itapeva e o município de Itaberá na Região Administrativa de Sorocaba, desconsiderando com esse critério os aspectos socioeconômicos específicos dessas regiões.

Outros fatores também interferiram negativamente nesse processo, como por exemplo, a grande extensão territorial que a RA de Sorocaba assumiu com essa descentralização, sendo a distância entre a sede administrativa e a cidade de Itapeva, por exemplo, de 200 km. NOGUEIRA (1997, p. 16) em seu diagnóstico de

polarização afirma que a região de Itapeva tem “domínios de concorrência entre Sorocaba, Ourinhos, Bauru e Campinas” o que gerou disputas e dificuldades de acesso aos principais serviços públicos.

Outro fator relevante é a base econômica, Sorocaba tem sua economia fundamentada na indústria desequilibrando a base estatística relativa à região de Itapeva. Esta, por sua vez, possui uma economia baseada no agronegócio e na mineração.

Segundo a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE) em 1994 os dados relativos a participação das regiões no valor adicionado da indústria mostravam que a Região Administrativa de Sorocaba representava 4,77% desse valor no Estado e a Região de Governo de Sorocaba representava apenas 3,54%.

Essas distorções somente puderam ser corrigidas em 2007 com a criação da Região Administrativa de Itapeva¹, porém o processo de implantação dessa unidade de governo ainda não foi totalmente efetivado uma vez que varias unidades administrativas das diversas secretarias de Estado ainda não iniciaram seus trabalhos na região.

Em 1984 como parte da política de descentralização administrativa foram criadas as Regiões de Governo (RG). Esses dois sistemas de regionalização conviveram durante muito tempo, a criação da Região Administrativa (RA) de Itapeva, modifica as possibilidades de regionalização e constitui o sistema sob o qual o Município de Itaberá, objeto deste trabalho, esta inserido na dimensão da política regional.

Na década de 1980 a política de interiorização das decisões iniciou seu caminho rumo a um ordenamento administrativo que levou em conta aspectos naturais, bem como a identidade cultural, econômica e social das regiões, tornando-se assim mais um componente no arcabouço do processo de regionalização do Estado de São Paulo.

Esse processo alcançou um importante marco na década de 1990 quando foram criadas as Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos (UGRH). Na região em estudo a UGRH do Alto do Paranapanema foi criada em 1995 e com o

1 A 16ª Região Administrativa de Itapeva foi criada por meio da Lei nº 12.517 de 2 de janeiro de 2007.

passar do tempo essas unidades assumiram um importante papel nas decisões administrativas.

Posteriormente, é possível mencionar a criação dos Conselhos Regionais e mais recentemente os Consórcios Municipais como instrumentos de políticas públicas que visam promover a integração dos diversos municípios em escala regional.

Entretanto o que se verifica é o fato de que apesar das estratégias e instituições até então criadas para promover o desenvolvimento das regiões, muitas delas se encontram ainda hoje pouco desenvolvidas ou estagnadas, esse é o caso da Região Sudoeste do Estado de São Paulo, alvo do presente trabalho.

O processo de ordenamento territorial visa organizar o desenvolvimento regional impedindo a simples atuação dos mercados (VEIGA, 2005). Conforme esse autor, a ação pública deve se pautar em pelo menos quatro fatores que fazem com que o território assuma um papel preponderante nesse processo:

- “a) Ele está no centro das estratégias que visam a competitividade e a atratividade econômica;
- b) É nele que pode ser reforçada a coesão social;
- c) É o melhor instrumento de modernização das políticas públicas, já que impõe abertura e transversalidade.”(op.cit., p.28).

As diferenças regionais existentes na Região Administrativa de Itapeva são relativamente grandes se considerarmos aspectos socioeconômicos e geográficos, pois a maior parte da região localiza-se na bacia do Alto Paranapanema com alguns municípios dependendo inclusive do turismo nas margens da represa de Jurumirim, e a outra parte localiza-se no vale do Rio Ribeira assumindo características serranas.

A escolha da região Sudoeste Paulista como objeto deste estudo se deve principalmente a dois fatores, a saber:

- a) Buscar alternativas e estratégias para propiciar o desenvolvimento regional de uma das regiões mais carentes do Estado de São Paulo e que apresenta índices de desenvolvimento humano abaixo da média estadual,

com municípios muito desfavorecidos, tanto em riqueza como indicadores sociais;

- b) Experiência adquirida na administração pública atuando na área técnica em um município local (Itaberá), participando das discussões nas conferências regionais da cidade à época da estruturação do Plano Diretor Municipal. A elaboração deste Plano levou em conta as interferências dos municípios vizinhos no ordenamento econômico e social e, finalmente participando atualmente da elaboração do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social.

Esses fatores despertaram o interesse em estudar as características regionais que levaram ao processo de estagnação econômica verificado nas últimas décadas.

A metodologia utilizada neste trabalho é histórico analítica, pois define claramente o recorte a ser estudado e aborda a questão do desenvolvimento inserindo a área ou a microrregião em um universo cronológico que proporciona ampla visão do fenômeno. “Nesse sentido, a abordagem sistêmica representa uma visão holística do objeto,” (SERRA, 2006, p.85); é propositiva quando tem por objetivo enunciar estratégias para o desenvolvimento endógeno como forma de melhoria da qualidade de vida da população local.

Para atingir os objetivos propostos primeiramente será analisada a evolução da estrutura de gestão administrativa regional do Estado; posteriormente a região de estudo será caracterizada, desenhando-se o perfil econômico e social do Município de Itaberá.

Após a análise das características da região e do Município de Itaberá serão estudados os instrumentos de regulação das políticas públicas implantadas ou que de alguma forma influenciaram no desenvolvimento socioeconômico municipal a partir da década de 1970.

Por fim, relacionaremos alguns desafios a serem vencidos que em conjunto possa desencadear o desenvolvimento regional endógeno.

Caracterizar-se-á a reestruturação do Estado de São Paulo verificada na década de 90 bem como os instrumentos de regulação das políticas públicas e de planejamento e desenvolvimento do Município de Itaberá que delimitam seu atual

quadro institucional, o que pode auxiliar os gestores municipais a proporem estratégias de desenvolvimento local.

Os instrumentos de política municipal e regional analisados são:

- a) O Plano Diretor Municipal, elaborado com o auxílio o Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) em parceria com a Universidade de São Paulo (USP) Zona Leste e a Universidade Estadual de São Paulo (UNESP) de Bauru, que faz uma análise detalhada das características socioeconômicas do Município;
- b) A Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Alto do Paranapanema e seu respectivo Comitê de Bacia no qual os municípios citados fazem parte;
- c) Os conselhos e consórcios de desenvolvimento regional atuantes em particular o CONSAD (Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Desenvolvimento) e o CONDERSUL (Conselho de Desenvolvimento da Região Sul do Estado de São Paulo).

Aborda-se também estratégias possíveis de estruturação como o desenvolvimento de redes urbanas, o desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais (APL) aproveitando as vocações econômicas e a criação de Agencias de Desenvolvimento Local em atuação conjunta com a sociedade formando um quadro de estratégias de regionalização, que serão enunciadas no desfecho do trabalho.

1 IMPORTÂNCIA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

1.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

A decadência de muitas regiões que fundamentaram atividades econômicas principalmente na indústria, durante os anos de desenvolvimento e crescimento industrial (décadas de 50 até 80 do século XX) tem levado a significativas mudanças, no que tange às teorias de desenvolvimento regional. A necessária revisão teórica vem acarretando enfoques de desenvolvimento endógeno como uma alternativa significativa.

No Brasil, desde a criação da SUDENE na década de 60, várias outras instituições da administração pública foram criadas com o objetivo de atuar na esfera regional, promovendo o desenvolvimento focado nos diversos setores da sociedade, incluindo nestas discussões questões ambientais, econômicas e social.

Mais recentemente, é possível observar avanços na área de desenvolvimento endógeno e regional, resultantes do esforço de articular políticas diversas de interiorização (DOWBOR, 2009).

Inúmeros instrumentos de regulação têm sido criados pelo governo federal, como por exemplo, as Agências Regionais de Desenvolvimento, reorganização dos Fundos Constitucionais de Financiamento e dos Fundos de Desenvolvimento Regional, com o objetivo de promover o desenvolvimento regional equilibrado e integrado, seguindo princípios estabelecidos pelo Ministério da Integração Nacional.

A esse esforço de integração e articulação do desenvolvimento local à dimensão local se junta à atuação de várias entidades com estrutura formada por instrumentos e agentes diversificados tais como banco de fomento, agência de fomento ou mesmo banco com ações comerciais comprometidos com a escala regional. (BARROS; RAPOSO, 2007).

Para Simões (2006), hoje, mais do que nunca, o Desenvolvimento Regional é indispensável, ao menos como elemento crítico dos efeitos da globalização desregulada e, mais do que isso, como um dos instrumentos reguladores da própria globalização.

“Desenvolvimento não é crescimento [...] O desenvolvimento é fim e o crescimento é apenas meio. [...] O crescimento será freqüentemente necessário ao desenvolvimento, mas para o servir; do que resulta não ser qualquer crescimento, o crescimento em qualquer lado ou o crescimento a qualquer preço necessariamente útil ao desenvolvimento.” (SIMÕES, 2006,p.17)

Depreende-se que o conceito de desenvolvimento envolve dimensões que não se limitam a economia, mas que também envolvem liberdade, justiça e equilíbrio, de tal modo que não se pode considerar desenvolvida a sociedade, por mais rica em termos materiais, em que a opressão e as desigualdades se instalaram, onde o bem-estar de alguns acontece à custa da pobreza de outros.

Hoje, embora as desigualdades persistam, os esforços de alcançar um equilíbrio fundamentado na promoção de economias de escala local e regional demonstram um movimento em direção da base da sociedade. Lembrando ainda Dowbor (2009, p. 1), “Os avanços constatados resultam não de uma política apenas, mas da convergência de um conjunto de iniciativas cujos impactos convergem para melhorar a situação do chamado “andar de baixo” da economia.”

O desenvolvimento local e regional é direcionado então a todas as classes, isto é, coloca-se como um conjunto de ações cuja capilaridade e estrutura reticular se direciona a todos, articulando a participação da sociedade como ponto principal desse processo.

Essa dinâmica reticular se propõe como instrumento de alcance social, até porque os mais carentes de meios e recursos são também os que mais carecem de capacidade de mobilidade física e acessibilidade aos recursos disponíveis em políticas públicas (SIMÕES, 2006).

Segundo Veiga (2005), a eficiência econômica não deve ser medida apenas em vantagens financeiras nem mesmo, os programas governamentais devem se basear apenas na equidade como forma de reduzir a pobreza.

Deve-se, de alguma forma, considerar nessa conta as vantagens ambientais e a melhoria da qualidade de vida da população local, entendendo-se esta qualidade como acesso à educação, lazer, moradia, transporte e trabalho, direitos presentes na Constituição Federal.

Desta maneira, cumpre lembrar que um programa como o de apoio à agricultura familiar Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF), por exemplo, passou de 2,5 bilhões de reais em 2002 para aproximadamente 13 bilhões atualmente, conferindo outra dinâmica à produção de um setor econômico de base e vital para o abastecimento alimentar da população fragilizada (DOWBOR, 2009).

Estes programas são ferramentais de grande relevância para atender a diversidades de classe, contribuindo para equilibrar a distribuição do bem-estar e

minimizando os efeitos perversos da situação em que alguns se apropriam dos benefícios à custa das privações dos demais.

Também, não será desenvolvida a sociedade, quando o bem-estar das gerações de hoje redundar em redução de oportunidades para as gerações futuras. Validando assim, o conceito fundamental de desenvolvimento sustentável, presente no relatório de Brundtland, publicado pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento da Organização das Nações Unidas (ONU) em 1987, que faz parte do documento intitulado Nosso Futuro Comum: “O desenvolvimento sustentável descobre as necessidades do presente, sem comprometer a habilidade de futuras gerações de encontrar as suas necessidades”.

Conforme Simões (2006, p.18) o “desenvolvimento é desenvolvimento regional, é desenvolvimento local, é desenvolvimento humano. Desenvolvimento tem de ser sustentável, se não, não é desenvolvimento”.

Assim, em sentido mais abrangente, o desenvolvimento pode ser entendido como o acesso que as pessoas podem ter a diversos mecanismos de mercado, como por exemplo, acessibilidade financeira, ou econômica, para que no mínimo se possa dispor dos indicadores de rendimento; acessibilidade física, facilmente convertível em medidas de distância ou de tempo, por natureza quantificáveis.

Levando-se em consideração esse contexto, a articulação de diversas escalas do território se converte assim, em meio de promoção de desenvolvimento regional, atingindo suas dimensões socioeconômicas e ambientais. Programas que se voltem às distintas escalas do território podem gerar capacidade de consumo, mesmo em regiões atrasadas, o que permitiria dinamizar pequenos investimentos e também fluxos econômicos mais expressivos (DOWBOR, 2009).

Esse novo método prioriza os objetivos, estimulando atores públicos e privados, gerenciados por formas de regulação que os articulem, para encontrar meios eficazes de alcançar os fins em benefício da comunidade. Trata-se de determinar esse tecido estratégico pautado pela diversidade, pois decisões igualitárias se mostram equivocadas frente à diversidade e especialização de territórios.

A especificação escalar do conceito de desenvolvimento abrange por um lado, o resultado das políticas de desenvolvimento global e, por outro, informar o planejamento das necessidades específicas do território definido como região. O olhar adequado às escalas permitiria alcançar meios mais adequados para atingir

um possível equilíbrio socioeconômico, racionalizando o uso e dinamizando o território.

Reiterando o exposto, é possível pensar que “o sucesso e o crescimento de regiões industriais seriam devidos essencialmente à sua dinâmica interna” (BENKO, 2002, p.57) configurando a dependência de mão-de-obra qualificada e a inovação descentralizada.

A escala regional do desenvolvimento deve se articular de forma a possibilitar a participação dos diversos atores sociais, ao garantir a utilização eficiente e eficaz de recursos materiais e humanos. A questão do desenvolvimento regional ao deixar a esfera das discussões acadêmicas ou teóricas, aponta na direção de uma gestão de natureza participativa, para tanto se valendo do capital social. Este capital constitui um ativo intangível, tão importante quanto o conjunto dos ativos tangíveis no objetivo de proporcionar melhores condições de vida às pessoas.

No caso de Itaberá e da região de Itapeva, o declínio econômico e social e as transformações decorrentes da mecanização do sistema produtivo agrícola, assim como a mudança em suas bases produtivas industriais, constituem urgentes e inadiáveis desafios para a formulação de políticas públicas.

A necessidade de estimular e expandir as condições de desenvolvimento das regiões e dos municípios, com foco nos diversos setores sociais e produtivos se afirma, portanto, como estratégia urgente para estas políticas públicas e urbanas. A articulação de respostas aos principais problemas de natureza econômica, social e ambiental enfrentados pelos diversos municípios vem se revelando prioritária, quando se trata de promover o desenvolvimento em perspectiva local ou regional.

As transformações da base produtiva industrial, jamais plenamente desenvolvida na região em estudo, agravadas pelo fechamento de algumas indústrias tradicionalmente ativas, de que é exemplo a Eucatex, veio alterar antigas formas e conteúdos produtivos.

A evasão de mão-de-obra mais qualificada (na faixa etária entre dezoito e quarenta anos) em busca de melhores oportunidades, e a informatização da produção industrial e do agronegócio, aprofundaram a necessidade de ações de resgate do círculo virtuoso de geração de emprego e renda, sobretudo para as camadas menos preparadas e que desempenham atividades laborais sazonais, submetidas ao ciclo de plantio e de colheita próprios do setor agrário.

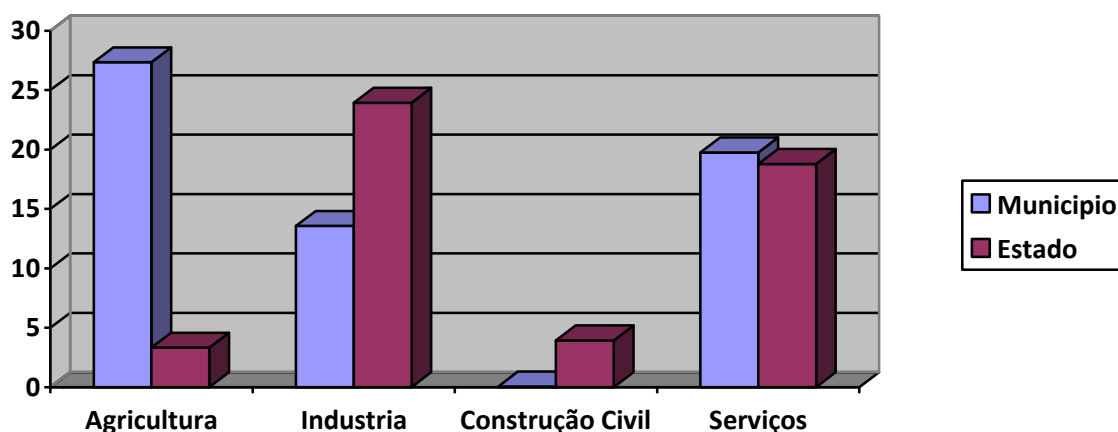


Gráfico 01 – Participação dos Vínculos Empregatícios na Economia (2005)
 Fonte: SEADE (www.seade.gov.br acessado em junho de 2009)

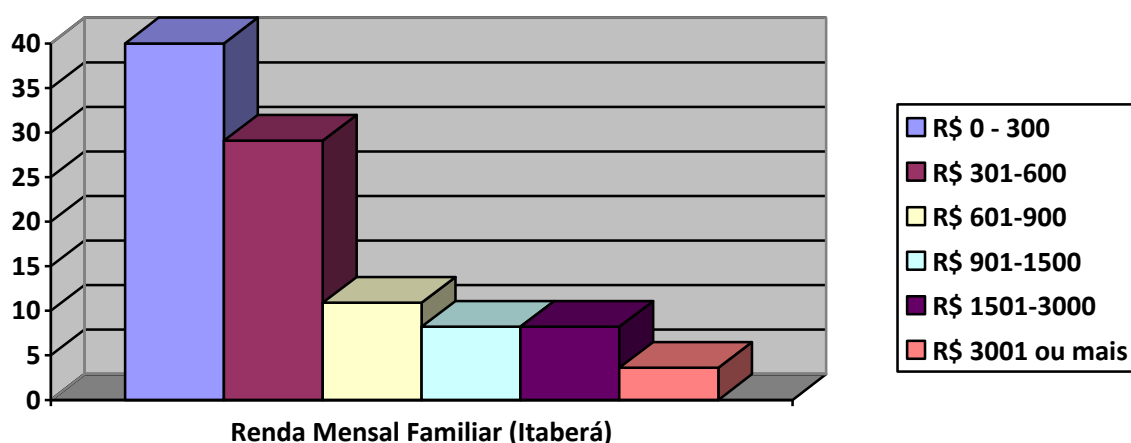


Gráfico 02 – Renda Media Mensal Familiar
 Fonte: Pesquisa IPT (2006) disponível na Prefeitura Municipal de Itaberá

Caiado (1996) observa que a divergência de escalas decorrentes do processo econômico característico da sociedade contemporânea cria necessidades de investimentos em pesquisa e desenvolvimento, o que aprofundando desequilíbrios espaciais, uma vez que nem todas as regiões se integram nesse circuito, tampouco se inserem nesta dinâmica. Benko (2002, p.86) assinala que “um mercado mal regulado aumenta os riscos de exclusão social”.

O desenvolvimento regional poderia então constituir uma saída para obter soluções para esses problemas, criados pela assimetria das escalas de

desenvolvimento. Neste contexto é possível identificar os objetivos fundamentais do desenvolvimento regional, que se traduzem nos seguintes tópicos:

- combate aos desequilíbrios econômicos e sociais entre as regiões;
- utilização dos recursos e potencialidades próprios de cada região;
- ordenamento do território, identificando sua vocação econômica a partir de um diagnóstico prévio;
- participação da sociedade na resolução dos problemas regionais.

Contudo, a atual presença de condições favoráveis às políticas de desenvolvimento regional, políticas estas que considerem também a existência de fatores externos que interagem com a região, e influenciam diretamente seu processo de desenvolvimento, determina, como afirma Serra (2006) a possibilidade de uma abordagem holística do fenômeno.

A distribuição da riqueza advinda do crescimento econômico, o planejamento contínuo da ocupação do espaço e a participação social devem ser pensados conjuntamente, pois são fatores preponderantes de viabilização do desenvolvimento regional.

“O desenvolvimento deve ser encarado como um processo complexo de mudanças e transformações de ordem econômica, política e, principalmente, humana e social. Desenvolvimento nada mais é que o crescimento – incrementos positivos no produto e na renda – transformado para satisfazer as mais diversificadas necessidades do ser humano, tais como: saúde, educação, habitação, transporte, alimentação, lazer, dentre outras”. (OLIVEIRA, 2002, p.40).

Neste contexto, a discussão crítica do conceito de desenvolvimento regional se revela então importante, pois é capaz de ampliar o debate centrado no município e na metrópole. Mesmo, observando-se os altos e crescentes índices de urbanização, o foco deve se voltar àqueles municípios inseridos em regiões deprimidas e menos desenvolvidas.

A ausência do debate regional pode conduzir ao adiamento perante a efetiva prioridade concedida às áreas urbanas mais congestionadas (SIMÕES, 2006).

As facilidades de comunicação e transporte e os pesados investimentos em infra-estruturas físicas contribuem para o fenômeno de expansão da zona de influência dos conglomerados urbanos, e neles problemas sociais afloram na forma

de violência, desigualdade social, periferias espalhadas e informalidade, expressa em habitações precárias e ocupações informais.

Mediante este quadro, por que não estimular o desenvolvimento regional dos territórios desfavorecidos e regiões não prioritárias, como forma de diminuir as pressões sociais sobre as áreas de grande concentração populacional?

As relações econômicas hoje não mais dependem da proximidade espacial (BENKO, 2002, p. 29). Vivemos hoje um processo de “desintegração vertical das relações de proximidade entre dirigente e subcontratante...”. Um outro modelo, pautado na gestão reflexiva poderia articular um conjunto de estratégias englobando múltiplos sub-projetos. Estes seriam então capazes de implementar ações e coordenações para um ambiente incerto.

Esse ambiente incerto, que se caracteriza pela aceleração e transformação acelerada da economia, envolve ciclos curtos de produção e consumo, ascensão e declínio de mercadorias e processos produtivos. Acarretando a flexibilização das relações de trabalho e flutuação dos níveis de emprego, caberiam então, ações de curto e médio prazo, grande e pequena escala, articulando interesses gerais e de setores específicos da sociedade.

Estas questões determinam a problemática deste trabalho, como identificar criticamente as potencialidades e fragilidades e também possibilidades do desenvolvimento regional do sudoeste do estado de São Paulo. Em especial, das regiões administrativas integradas por cidades de pequeno e médio porte, como a região de Itapeva, em que se localiza o município de Itaberá.

Ações isoladas tais como programas de incentivos fiscais (CAIADO, 1996), já não são suficientes, embora essenciais para incentivar o investimento econômico, principalmente no setor industrial. É preciso oferecer vantagens estruturais que impliquem não apenas em expandir a infra-estrutura física e territorial, mas investir na articulação reticular e sinérgica de ações, criando sistemas integrados, e expressiva quantidade de serviços de apoio a produção. Como essas demandas dependem de investimentos financeiros a atuação em escala regional mais uma vez se revela essencial.

Visando à promoção de uma política nacional de desenvolvimento regional, desde 2008 vem sendo elaborado o programa Territórios da Cidadania, prevendo ações em 958 municípios em 60 regiões, dispendo um volume de 11,3 bilhões de reais (DOWBOR, 2009). O programa deverá ser duplicado durante o ano de 2009 e

a rede de agências do Banco do Brasil está sendo orientada para o programa de Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS), acompanhado de um programa similar na Caixa Econômica Federal. Programas de micro-crédito e de apoio aos pequenos produtores vêm sendo também realizados, o que demonstra uma conscientização das instituições frente o desenvolvimento regional e endógeno.

No entanto, a prática em curso de estruturação de economias solidárias e fontes de recursos para o desenvolvimento, ainda vem se revelando insuficiente para solucionar as flagrantes desigualdades e assimetrias de emprego e renda das regiões.

O enfrentamento desses desequilíbrios vem sendo pensado de maneira a fazer que as regiões, comunidades e cidades, englobando assim o território local tornem-se agentes do desenvolvimento. Para tanto, é imperativo construir espaços de mobilização democrática e produtiva (DOWBOR, 2009).

Nesses espaços atua o conjunto dos atores sociais, representados pelas administrações públicas, empresas, sindicatos e organizações da sociedade civil, que se organizam e integram para mobilizar a esfera local.

Argumentando ainda, criticamente em relação às políticas nacionais de regionalização, ações relativas às políticas de crédito e recursos necessitam de articulação às políticas de inclusão produtiva (DOWBOR, 2009), para que o processo de desenvolvimento seja sustentável. A decisão do poder público de finalmente implementar políticas nacionais de inclusão que se estendem à dimensão regional e local é importante, no entanto, é tão ou mais importante, estimular o conjunto de ações que definam a iniciativa local, mobilizando-a e reduzindo entraves.

1.2 DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO

Ao valorizar os fatores internos ou endógenos, as políticas públicas estabelecem o pressuposto que as populações locais precisam ser ouvidas. Essa perspectiva dialógica implicada na ação política dá espaço para novas discussões e perspectivas que visam incluir parcela maior da sociedade, e não apenas a elite. (CAIADO, 1996).

O paradigma que pressupõe a atuação desde a base da sociedade, ao invés de negar espaços para a sensibilidade e subjetividade dos moradores locais, tende a ampliá-los de maneira inelutável (OLIVEIRA; LIMA, 2003).

Do ponto de vista espacial e regional, o conceito de desenvolvimento endógeno pode ser entendido como um processo interno de ampliação contínua da capacidade de agregação de valor a produção.

Conforme complementa o autor mencionado,

“Esse processo tem como resultado a ampliação do emprego, do produto e da renda do local ou da região, em um modelo de desenvolvimento regional definido. Entretanto, o aspecto novo do processo, que traz à luz um novo paradigma de desenvolvimento regional endógeno, está no fato de que a definição do referido modelo de desenvolvimento passa a ser estruturada a partir dos próprios atores locais, e não mais pelo planejamento centralizado; essa estruturação é realizada por meio de um processo já definido por Boisier (1988) como organização social regional, e que tem como característica marcante a ampliação da base de decisões autônomas por parte dos atores locais”. (AMARAL FILHO, 1996, p.37-8).

Ou seja, este modelo define um tipo de desenvolvimento realizado *desde a base social*, partindo das potencialidades e vocações sócio-econômicas do local, em vez de um modelo de desenvolvimento *de cima para baixo*. Isto é, um modelo que equilibra a regulação do mercado através do planejamento e intervenção conduzidos exclusivamente pelo Estado nacional com a articulação de atores locais e regionais, organizados de maneira participativa. Questionando o planejamento como decisão “de cima para baixo”, Ladislau Dowbor enfatiza que

“O desenvolvimento sempre foi visto como processo que chega a uma região ou desce de esferas superiores, sob a forma de investimentos públicos ou instalação de empresas privadas. A modernização, no sentido amplo de geração de emprego e renda, valorização da pequena e média empresa, combate à pobreza, redução das desigualdades, provimento de políticas públicas de qualidade, tende a ser vista como dinâmica que vem de fora e que a comunidade espera de forma passiva.”(DOWBOR, 2009, p.5).

Como exemplo, esta visão pode ser associada àqueles casos de implantação de grandes projetos estruturantes (do tipo petroquímica, por exemplo) e que procura satisfazer a coerência de uma matriz de insumo-produto nacional. (AMARAL FILHO, 1996).

O desenvolvimento de baixo para cima ou o paradigma desde baixo tem como foco o pleno desenvolvimento das potencialidades e habilidades humanas da sociedade local (STHOR; TAYLOR, 1981 *apud* OLIVEIRA; LIMA, 2003).

O paradigma de desenvolvimento centrado na perspectiva de baixo para cima requer para sua construção, uma abordagem social mais ampla levando-se em conta, não somente aspectos econômicos, mas também sociais, objetivando a melhor relação custo benefício para a comunidade.

[...] critérios alternativos de destinação de fatores, substituindo o princípio de máxima rentabilidade, pelo de mobilização integral de recursos; critérios alternativos de intercâmbio de produtos, substituindo o princípio predominante de vantagens comparativas, pelo de benefícios obtidos pelo comércio; formas específicas de organização social e econômica (desenvolvimento rural e de aldeias, uso de tecnologias intensivas em mão-de-obra através de projetos pequenos e medianos) com destaque para a organização territorial e; uma mudança no conceito de desenvolvimento, que abranja metas sociais mais amplas, com uma motivação endógena. (LIMA ANDRADE, 1997, p.19- 20).

Diversos fatores devem ser considerados na análise do desenvolvimento endógeno desde baixo (OLIVEIRA; LIMA, 2003). As assimetrias do desenvolvimento regional são conseqüência da falta de integração das regiões com a economia de maior escala, e as influências externas e os mecanismos de oferta e procura do mercado não deveriam se subordinar às pressões do curto prazo.

As comunidades de pequena escala poderiam atingir o desenvolvimento, organizando estruturas reticulares de interação sinérgica, sem depender exclusivamente de escalas maiores, adquirindo condições de se afirmar econômica e socialmente e buscar seus próprios caminhos.

Para Dowbor (2009) os grandes produtores rurais contam com mecanismos amplos de apoio, de natureza financeira e de abertura de mercados no exterior. Sendo assim, sua relação com mercados é essencialmente exógena, dispensando preocupações com as escalas local e regional.

Em função da escala de produção, também os grandes grupos industriais se apóiam na contratação de consultorias especializadas para renovar sua dinâmica tecnológica, ou ainda fundamentam em parte seu êxito formulando campanhas publicitárias para divulgar seus produtos. Para os pequenos produtores, entretanto, esse *know-how* não existe, ficando a cargo de iniciativas pontuais. Entretanto, essas

ações não se articulam efetivamente a uma verdadeira política nacional de apoio ao desenvolvimento local.

No que tange à região de Itapeva e Itaberá, a estrutura fundiária fundamenta-se em grandes propriedades. Propriedades estas, que hoje produzem intensivamente, porque estão mecanizadas e isso, contribui para o aprofundamento das dificuldades da mão-de-obra menos qualificada incluir-se em cadeias produtivas e circuitos locais de produção e distribuição. Verifica-se uma atomização da força de trabalho, esgarçada pelas condições de trabalho disponíveis e pela ausência de políticas públicas que promovam e reconheçam no território possibilidades associativas, dispersando o capital humano e entavando a articulação local.

É necessário então, para romper com o paradigma de que só o desenvolvimento de grande escala é interessante ou possível, incluir outras esferas e escalas, distintas daquelas das grandes empresas, tecnologia de ponta e extensas propriedades rurais que produzem monoculturas.

Esse “circuito superior” (DOWBOR, 2009) deve então ser questionado, fazendo com que as políticas públicas desenhem as estruturas em redes que se definem como articulações de Estados e Municípios, entidades locais e regionais, e diferentes setores de atividade (*op.cit.*).

A política “de cima” é substituída por medidas cujo objetivo é minimizar a dispersão das iniciativas, tornando os agentes do processo atores em rede. Trata-se de liberar forças existentes e que não estando claras, determinam uma energia de associação, sendo as prioridades diferentes conforme as regiões.

As regiões devem então se valer dos seus recursos humanos, ambientais e institucionais para promover o desenvolvimento, que por sua vez se articula também às políticas macroeconômicas estabelecidas pelo poder central. Essa aposta no capital humano implica em capacitação da força de trabalho, o que integra o desenho da estrutura reticular proposta.

No modelo de desenvolvimento endógeno, são paradigmáticos os casos de apoio a pequenas empresas e empreendimentos localizados em um território específico e que configurem uma mesma organização produtiva (território-sistema ou distrito industrial).

Dessa maneira,

“Trata-se de sistemas que produzem a intensificação da economia endógena, de forma a voltá-la às economias externas, entendendo-se este adjetivo “externo” como toda e qualquer extensão do domínio regional. Estas providências determinam intensas e dinâmicas aglomerações de empresas, fabricando o mesmo produto ou gravitando em torno de uma produção *típica*”. (GAROFOLI, 1992 *apud* AMARAL FILHO, 1996, p.38).

Amaral Filho (1996), alerta para o fato, de que a literatura e o debate recentes sobre o fenômeno do desenvolvimento regional e local endógeno, têm se dividido em duas grandes tendências. A primeira é de natureza indutiva e a segunda, de natureza dedutiva.

A primeira tendência, a indutiva, envolve estudos específicos que são elaborados para mostrar as particularidades das condições determinantes de cada caso de desenvolvimento local.

Na corrente dedutiva, autores defendem a tese da crise do sistema produtivo fordista, baseado na grande produção de escala, e o conseqüente ressurgimento das vantagens da pequena produção baseada na produção flexível (AMARAL FILHO, 1996). Postulados mais gerais servem para estudar a dinâmica das organizações territoriais descentralizadas.

Paradoxalmente, há certo consenso entre as duas tendências em reconhecer que, desde alguns anos, estaria havendo uma abertura para possibilidades de que regiões e locais circunscritos fora dos grandes eixos de aglomeração fordista pudessem engendrar seus próprios processos de desenvolvimento.

Diz ainda Amaral Filho:

“Esse é um ponto de controvérsia, porque há uma corrente [Veltz (1996)] que entende que não só a grande produção se adaptou à produção flexível como a globalização das economias deverá provocar um processo de concentração e de polarização regionais, e nesse último aspecto haveria uma situação em que as regiões desenvolvidas de um país tenderiam para a intensificação das ligações entre si ou com outras regiões desenvolvidas de outros países.” (AMARAL FILHO, 1996, p.39, nota de rodapé).

Também, há grandes divergências entre autores que defendem políticas de implantação de distritos industriais do tipo marshalliano, nos quais varias empresas estão envolvidas em um sistema produtivo local que industrializa um produto homogêneo. Esses distritos têm como maior fonte de inspiração os distritos industriais surgidos em determinadas regiões da Itália e, por outro lado os autores

que, preocupados com o declínio de várias regiões tradicionalmente industriais, passaram a defender iniciativas de reestruturação ou de estruturação regional baseada na alta tecnologia. Identificados com essa visão estão os partidários dos tecnopólos. (AMARAL FILHO, 1996).

Deve-se observar que ambas as visões, dos *distritalistas* e dos *tecnopolistas*, não são excludentes.

Com a finalidade de conciliar os rendimentos crescentes em nível macro, e os rendimentos não crescentes em nível micro, os teóricos do crescimento endógeno fazem um apelo ao conceito de “externalidades marshallianas”, externalidades típicas de economias de aglomeração, como registrou Marshall (1920 *apud* Silveira, 2005).

A partir daí, fatores antes considerados exógenos na determinação do crescimento passam então a ser endógenos, o que leva fatores como “capital humano, conhecimento, informação, pesquisa e desenvolvimento, etc. a dividirem com os tradicionais capital e força de trabalho a composição da função de produção agregada”. (AMARAL FILHO, 1996, p. 40).

Do exposto, é possível concluir que o desenvolvimento regional ou endógeno é diretamente dependente de fatores como capital humano, conhecimento, informação e pesquisa. Esses fatores aliados a participação efetiva dos atores socioeconômicos locais em estruturas solidárias de natureza reticular, são o foco para que se realize a sintonia entre as demandas dos atores e as transformações macroeconômicas.

1.3 A REESTRUTURAÇÃO SÓCIOESPACIAL E ECONÔMICA DO ESTADO DE SÃO PAULO DESDE A DÉCADA DE NOVENTA

A sociedade contemporânea passa por transformações econômicas e a crise do sistema fordista de acumulação abre espaço para o chamado capitalismo flexível. Em conseqüência, reestruturações sócioespaciais também são cada vez mais evidentes. Áreas tradicionalmente industriais estão perdendo espaço para outras mais adaptadas as novas tendências da globalização.

Segundo Harvey:

“Diversas têm sido as abordagens e justificativas apresentadas para explicar as transformações da reestruturação socioespacial: desindustrialização e crise global do capital; surgimento de uma nova divisão internacional do trabalho a partir das estratégias das multinacionais de busca de mão-de-obra; novas relações produtivas; e o surgimento de um novo regime de acumulação de capital, denominado flexível.” (HARVEY, 1992, p.121).

O Estado de São Paulo possui a rede urbana mais completa e diversificada do país, dispondo de um conjunto de importantes cidades que vem ganhando destaque nas últimas décadas, pelo desempenho econômico e pela dinâmica demográfica crescente. Os mais importantes centros urbanoindustriais localizam-se ao longo dos principais eixos econômicos que fazem a ligação da capital com o interior do Estado.

Na opinião de Carvalho:

“A consolidação da indústria pesada, os problemas decorrentes de uma urbanização descontrolada e o aumento absoluto das camadas sociais mais pobres constituíram-se em fatores negativos para uma continuidade do tipo de crescimento da metrópole resultando numa expansão econômica e urbana no interior paulista.” (CARVALHO, 2003, p.11).

Segundo Baeninger:

“Essa interiorização do desenvolvimento econômico teve, resumidamente, os seguintes determinantes principais: política de incentivos às exportações; instalação de refinarias da Petrobrás em Paulínia e São José dos Campos; incentivos à expansão da indústria aeronáutica; programa de incentivo para a produção de álcool (Pró-Álcool); investimentos federais e estaduais em infra-estrutura, notadamente de transportes e telecomunicações; políticas municipais atrativas de investimentos; aumento dos custos de aglomeração na Grande São Paulo; reorganização sindical moderna de trabalhadores, na Grande São Paulo.” (BAENINGER, 1994, p.1-2).

Estes fatos acarretaram o aumento da concentração industrial no interior do estado, reduzindo o efeito provável de uma descentralização ainda maior para outros estados. Assim, essa “interiorização” alterou os fluxos migratórios internos entre as várias regiões paulistas, engrossando a urbanização daquelas que mais se beneficiavam daquele movimento, como Campinas, Sorocaba e Vale do Paraíba.

Essa migração tem outras conseqüências que envidam a adaptação do migrante à nova cidade, vinculando-o ao trabalho. As pessoas acabam se adequando as condições de vida e de trabalho da região que as recebem, procurando se adaptar aos novos costumes e diferenças culturais que por ventura possam existir.

Como afirma Castro:

“É através do trabalho, fundamentalmente, que o migrante vai se adaptar às condições da “sociedade urbano-industrial”. Embora existam outras esferas da vida urbana a que o migrante tem necessidade de se adaptar, o trabalho se constitui no núcleo em torno do qual ocorre sua socialização. Esse processo pode ser longo e doloroso e pode causar, em casos mais graves, o retorno.” (CASTRO, 1980, p.900)

Sandra Lencioni (2003), critica o uso da expressão “interiorização da indústria paulista”, utilizada por muitos autores para caracterizar a expansão industrial dos anos 1970 para o interior do Estado, porque há varias décadas, a indústria já se encontrava no interior do Estado.

“Historicamente, a indústria paulista, desde sua gênese, esteve presente no interior, haja vista que no final da década de 1920 cerca de 30% da produção industrial paulista era proveniente do interior, sobretudo das regiões de Sorocaba e de Campinas, que concentravam 21,2% dos operários do Estado de São Paulo.” (Seade; SUZIGAN *apud* LENCIONI, 2003, p.466).

Assim, a indústria interiorana não é uma novidade, “o novo está na importância industrial que assume o interior paulista, e que o coloca como o segundo espaço industrial do país, superado apenas pela Região Metropolitana de São Paulo”. (LENCIONI, 2003, p.466).

A maioria dos autores, como Sampaio (1982), Gonçalves (1994), Lencioni (2003), Pintaudi e Carlos (1995), consideram o estágio de transferência das indústrias para o interior do Estado, entre as décadas de 70 a 90, como um processo de desconcentração e não descentralização industrial. Pois, o que se transfere são apenas as unidades produtivas da metrópole para outras áreas, principalmente as mais próximas da capital e bem servidas por modernos meios de transporte.

No entanto, o comando decisório e a gestão das empresas continuam concentrados na metrópole paulista, bem como as linhas de maior conteúdo

tecnológico, ou que, por diversas razões, demandassem uma mão-de-obra de maior qualificação. Já a descentralização industrial demanda não apenas a transferência de unidades produtivas, como também o processo decisório e o comando das empresas, o que não vem ocorrendo de modo geral.

Segundo Pintaudi e Carlos:

“Desta forma, adquiriu maior nitidez, nos anos 1980, a expansão da atividade industrial pelo entorno metropolitano seguindo os principais eixos rodoviários até uma distância de, aproximadamente, 250 km da capital, não se criando um novo centro industrial que fizesse com que a metrópole perdesse a sua posição de hierarquia. Mas, sem dúvida, um fenômeno novo estava em pleno vapor: um interior moderno e urbanizado passava a acolher a desconcentração relativa da indústria paulistana.” (PINTAUDI E CARLOS, 1995, p.8).

A partir da década de 1990 até os dias atuais, a Região Metropolitana de São Paulo não deixou de ser a principal área industrial do país, mas vem crescendo a ritmos mais lentos do que algumas regiões do interior do Estado e vai se especializando nas atividades do setor terciário e quaternário, isto é, serviços de alta tecnologia, fenômeno similar ao assistido pelas grandes metrópoles contemporâneas em todo o mundo.

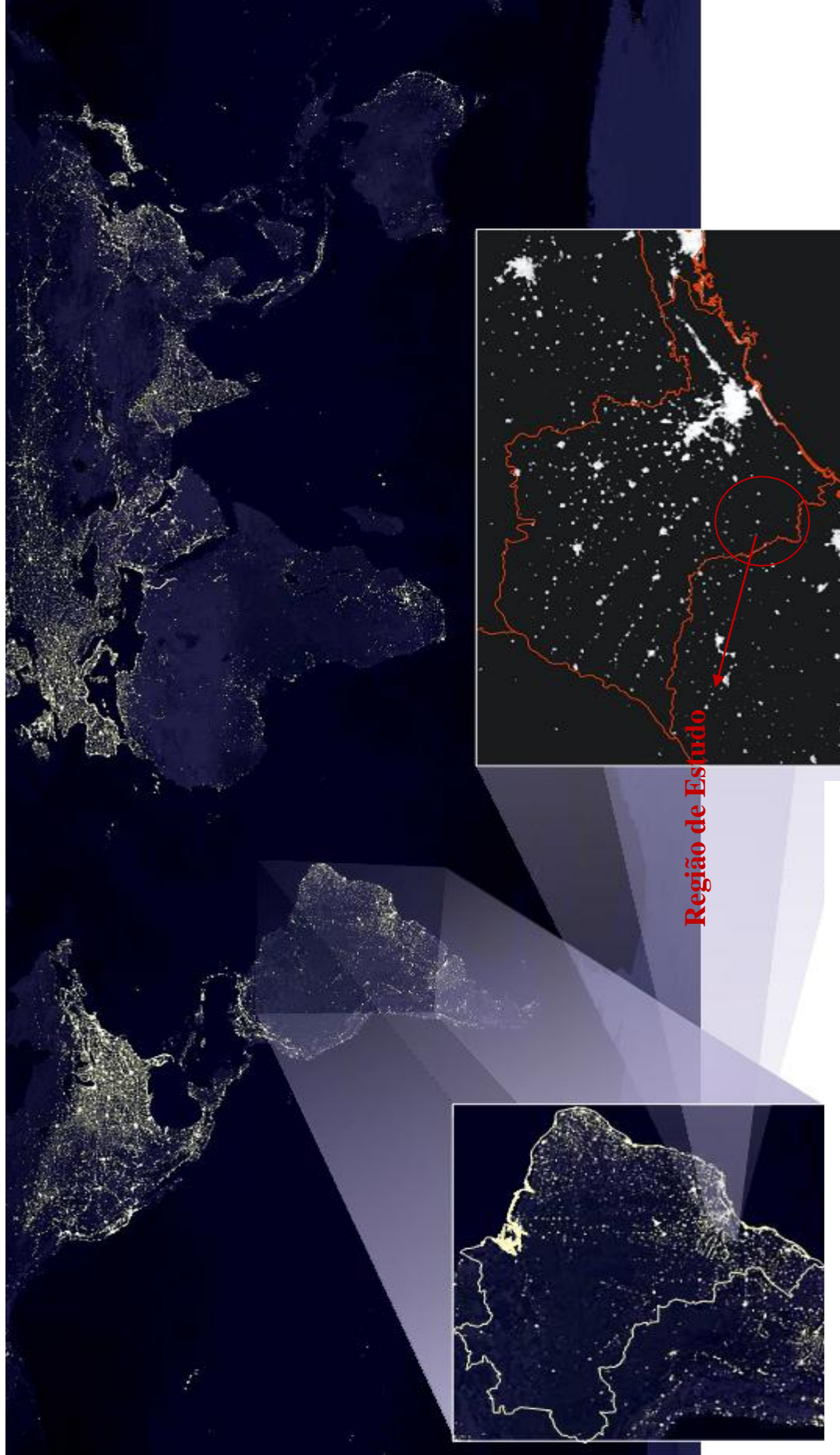
A diminuição no ritmo de crescimento metropolitano foi relativamente compensada pelo crescimento urbano industrial de cidades e aglomerações urbanas que se encontram no interior do Estado.

Além do crescimento industrial, o interior também teve suas atividades terciárias desenvolvidas, principalmente nas sedes regionais de Campinas, São José dos Campos, Sorocaba, Ribeirão Preto e Santos. Assinala-se a importância de Sorocaba, pois a Região Administrativa de Itapeva até então, não havia sido criada, e o município de Itaberá pertencia a Região Administrativa de Sorocaba.

Entretanto, a regionalização organizada pela estrutura de regiões administrativas não é suficiente para permitir a expansão da análise que abrange Sorocaba, colocando-a em pé de igualdade com a análise de Itapeva, pois as condições históricas de desenvolvimento de uma não são as mesmas que da outra.

Na figura 01 - Visão Noturna fica evidente que o desenvolvimento do Sudoeste Paulista (local indicado no mapa) ainda não representa muito comparando com outras regiões do Estado.

FIGURA 01 – VISÃO NOTURNA



Fonte: SEADE (www.seade.gov.br acessado em junho de 2009)

A região de Itaberá, parte da Região Administrativa de Itapeva, não respondeu às mesmas condições de desenvolvimento de Sorocaba, até por razões históricas, e exige uma abordagem específica. No entanto, um desenvolvimento propriamente específico para a região de Itapeva e de Itaberá possibilitaria evitar a dispersão migratória decorrente da busca de empregabilidade no setor industrial.

Deste modo, segundo Gonçalves (1994), não está havendo um fenômeno de “desmetropolização”. O que se observa, é uma reconfiguração do papel metropolitano de São Paulo com uma maior integração à rede urbana paulista.

A desconcentração industrial, impulsionada pela guerra fiscal entre Estados e Municípios, a modernização da agricultura e as especializações territoriais produtivas não é um fenômeno apenas estadual, pois vem ocorrendo, também no âmbito nacional.

Segundo Santos e Silveira:

“(…) a produção industrial concentrada na Região Sudeste torna-se mais complexa, estendendo-se para novas áreas da Região Sul e alguns pontos das Regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte. As regiões industriais já consolidadas tornam-se ainda mais dinâmicas e especializadas. Os Estados da Região Sul, bem como o interior do Estado de São Paulo, são os maiores beneficiados com a desconcentração industrial da Região Metropolitana de São Paulo.”(SANTOS E SILVEIRA, 2001, p.45).

Conforme Luiz Antonio Paulino, dos US\$ 24,1 bilhões de intenções de investimento da indústria de São Paulo no período 1995/2000, registrados pela Secretaria de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico do Estado, distribuiu-se da seguinte forma:

“(…) 22 % das intenções de investimento destinou-se aos municípios situados na RMSP (...) Os restantes 78 % destinou-se ao interior. A região de Campinas foi o principal destino da maior parte desses investimentos com 31 %. Logo em seguida vem a região de São José dos Campos, com 22 % do total. A região de **Sorocaba** aparece em terceiro lugar com 8 % dos investimentos.” (PAULINO, 1998, p.14)

No entanto, Paulino (1998, p.21) adverte que “as empresas têm procurado não ficar tão perto para fugir dos problemas inerentes às grandes metrópoles mundiais, mas não tão longe a ponto de se distanciar em demasia de seu grande mercado consumidor”.

Assim, é efetiva a relação da migração com o desenvolvimento urbano-industrial. Disso, Peliano (1992) conclui que os condicionantes mais gerais do processo no estado não criaram quaisquer facilidades para a mobilidade

ocupacional e social dos migrantes. Ainda assim, para os distintos tipos de migrantes, nos diversos contextos para os quais se dirigiram as possibilidades de mobilidade ocupacional e social no período de 1980 a 2000, podem ter se concretizado de forma diferente. Afinal:

“A mobilidade social é condição e efeito do processo de desenvolvimento. Ela depende, assim, de mudanças estruturais (transformações estruturais, tipos de emprego e espectro ocupacional) e individuais (educação, experiência, informação e relacionamento). O peso de cada uma dessas espécies de fatores depende do estágio e ritmo de desenvolvimento da sociedade.” (PELIANO, 1992, p.134).

Peliano destaca em seu tema, a importância da mobilidade social em favor do desenvolvimento regional, assim como também o fazem outros autores com vínculos com os movimentos sociais.

Nota-se que o Estado promove os deslocamentos populacionais internos através de uma política social e econômica que não consegue equacionar os problemas de distribuição de renda e de desenvolvimento econômico, as regiões mais ricas exercem um poder atrativo enquanto as regiões mais pobres continuam a alimentar o processo migratório.

Do que foi visto, pode-se ainda concluir que a recuperação populacional do interior de São Paulo nos últimos 30 anos, esteve ancorada em seu potencial de absorção migratório no âmbito do próprio estado, proporcionada principalmente pela desconcentração industrial ocorrida na metrópole e pelo incremento do setor terciário.

No entanto, a par dessa dinâmica relativa à indústria, muitas regiões cujo desenvolvimento industrial não é a base mais relevante da economia, como aquela em que se insere o Município de Itaberá, onde a proporção de empregos no setor agrícola ainda é alto, requerem outras estratégias, que tenham como pressuposto não a idéia de competição territorial, mas o cooperativismo.

O ambiente de negócios pode conduzir as políticas públicas ao cooperativismo, e a uma reflexão, em que a idéia de oportunidade como fruto competitivo pode ceder passo ao estímulo de outro modelo atual de gestão cooperativista (GIMENES; GIMENES, 2007).

No Brasil, a OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras) é fonte de dados fidedigna para compreender esse quadro do cooperacionismo. Dessa

maneira, no Brasil existem hoje 3.548 cooperativas reunindo 3,2 milhões de associados e 135 mil funcionários. O setor agropecuário segue o principal segmento alvo do cooperativismo. As cooperativas brasileiras agropecuárias reúnem 600 indústrias e 300 unidades de beneficiamento, são responsáveis por 75% da produção nacional de trigo, 40% da produção de açúcar, 32% da produção de álcool, 37% da produção de soja, 52% do leite sob inspeção federal, 50% da produção de suínos, 65% da produção bovinos (cf. OCD, *apud* GIMENES; GIMENES, 2007).

O trabalho cooperativo e em redes é uma forma de agregar valor ao produto agropecuário, pelo beneficiamento e aprimoramento de sua qualidade final, aumentando assim a competitividade desse produto no mercado. Essa ação é fonte de maior captação de recursos e possibilidade de melhor distribuição de renda. As atividades agropecuárias constituem de forma geral, num circuito oligopolizado, beneficiando apenas poucos produtores. Ações em rede e de trabalho cooperativo desenhariam formas específicas de competir em mercados de diferentes níveis e escalas.

Zuurbier *apud* Gimenes e Gimenes (2007) assinala algumas razões para que um produtor entre em uma cooperativa:

- a) acesso aos mercados: o produtor, sozinho e desvinculado de redes, tem oportunidades limitadas de disputar mercados.
- b) economia de escala: cooperando, o produtor individual pode alcançar outras escalas de operação, e operar com custos menores;
- c) acesso a recursos: as redes de cooperação possibilitam aos produtores acesso à informação, à tecnologia de redes digitalizadas, que disponibilizam assim informações reticulares sobre fontes de capital a custos menores, melhorando o desempenho.

1.4 NOVAS FERRAMENTAS DE GESTÃO

Uma série de fatores intrínsecos à dinâmica dos fluxos de conhecimento e de informação, característicos da sociedade contemporânea deve ser considerada

quando da elaboração de qualquer estratégia que visa proporcionar o desenvolvimento de um território específico.

A quantidade e a velocidade de retorno da informação são decisivas no processo de tomada de decisão (ASCHER, 2004). Harvey (1992) lança a idéia de compressão do espaço-tempo na tentativa de entender as transformações por que passa a sociedade contemporânea.

Ainda conforme Ascher (2004), a autonomia crescente da sociedade se sobrepõe aos limites espaciais e temporais, o desenvolvimento de meios de transporte e comunicação proporciona as transformações dos sistemas produtivos urbanos, e cada vez mais há necessidade de modelos de gestão capazes de gerenciar conflitos.

O Estado deve atuar como mediador entre as forças heterônomas na esfera supranacional e as forças autônomas na esfera territorial (PECUEUR *apud* ASCHER, 2004), a reação autônoma se dá apenas, quando os atores locais conseguem redirecionar as pressões exógenas com coerências nas estratégias utilizadas. “O poder publico deve criar as condições materiais, econômicas e sociais propicias” (ASCHER, 2004) ao desenvolvimento endógeno utilizando os atores locais para isso.

Neste contexto, não somente a atuação estatal é o diferencial, mas a criação e a constituição de instituições formais fortes, tanto do poder publico como do tecido empresarial e da sociedade civil, são fundamentais para alavancar o processo de desenvolvimento.

A regulação estatal deve permitir o desenvolvimento local, de tal maneira, que possa promover a integração regional aos mercados locais, regionais e globais. E ao mesmo tempo, garantir um mínimo de relações socioeconômicas às regiões em tempos de crise.

No processo de globalização, o regime flexível depende cada vez mais das redes de relações (BENKO, 2002) o estudo de suas características é fundamental para definição de estratégias de desenvolvimento econômico. Ao mesmo tempo, que surge uma economia global ressurgue uma tendência de afirmação do local, como uma resposta a exclusão ou como uma tentativa de integração não subordinada (PAULA, 2004).

Em contra ponto as grandes empresas que possuem vantagens competitivas (escala de produção, capacidade de investimento em inovação tecnológica,

capacidade de gerar pressão política) notamos um aumento da importância das externalidades, isto é, cada vez mais o sucesso econômico e social depende das relações entre os diversos atores sociais e não apenas na qualidade individual de cada um, “a sociedade reflexiva pertence a um sistema de interesse coletivo”.

As externalidades positivas como proximidade, cooperação e organização de microempresas em um mesmo território, em sistemas produtivos locais, poderia tornar o território competitivo. (PAULA, 2004)

Na terceira face da modernização como afirma Ascher (2004)¹ a diversificação dos interesses individuais e coletivos fortalecendo as formas de desenvolvimento em rede, ocorrendo a associação das sociedades locais diversas a um processo produtivo que permite o desenvolvimento de características específicas (PAULA, 2004); neste contexto, deve-se buscar a afirmação de uma identidade, de elementos distintos, de uma reputação própria, de características singulares que diferenciem o local dentro do universo da globalização, a diferenciação social e diversificação da demanda estão no cerne desse processo.

O local pode ser construído de duas maneiras diferentes porém, subjetivas, uma a partir de elementos exógenos quando impostos por agentes externos como por exemplo, o poder público central, a partir de uma reação heterônima quase sempre autoritária ou criado a partir de reação endógena quando seu desenho e definido pelos agentes locais através de uma reação autônoma.

Mesmo, quando imposto de maneira autoritária, o poder constituído deve buscar apoio dos agentes locais. Neste contexto nota-se que o Governo do Estado nunca deu a devida importância à região de estudo, as políticas de interiorização das decisões a criação das Regiões Administrativas ou qualquer outra política estatal nunca surtiram o efeito desejado, pois nunca houve um envolvimento da sociedade neste processo.

Na atualidade, a imposição estatal busca outros critérios para a implantação de políticas de desenvolvimento local. As bacias hidrográficas surgem com unidade de gestão, assumindo características importantes que devem ser levadas em conta, para permitir um desenvolvimento econômico e social aliado a preservação ambiental. Por outro lado, a legislação se torna cada vez mais flexível ao incentivar a

¹ Segundo Ascher (2004) a primeira e segunda faces da modernização referem-se ao início do processo de globalização.

participação social neste processo, fazendo com que os atores locais sintam-se mais empenhados na busca de soluções próprias para seus problemas.

O que a região sudoeste paulista precisa é de uma “reação autônoma que é verificada apenas quando há convergência e coerência nas estratégias, redirecionando as leis exógenas a seu favor” (MULS, 2008).

Não faz sentido desenvolvimento endógeno tanto econômico como social, se não for baseado em atores locais. As pessoas precisam aderir a esse projeto, afinal de contas, é a partir da decisão e das escolhas delas, que o caminho é delimitado e neste contexto, as esperanças, sonhos, desejos e vontades são fundamentais para iniciar esse processo, como Juarez afirma “todo desenvolvimento começa pelo protagonismo local que nada mais é que o fenômeno pelo qual os agentes locais se reconhecem como sujeitos de seu próprio destino”.

A qualidade de vida das pessoas depende da capacidade de potencializar as competências que geram ganhos de produtividade, pois sem o incremento da produtividade não há crescimento da riqueza como bem estar social

No sudoeste paulista, as relações sociais sempre foram estruturadas verticalmente, sempre foram relações de dominação política, exploração econômica e exclusão social. Qualquer que seja a estratégia de desenvolvimento econômico para o local, deve-se priorizar as relações horizontais estruturadas em redes sociais, informais, que independem do território atualmente constituído e que podem gerar redes de conhecimento, que facilitam fenômenos de interação, articulação, cooperação e aprendizado. A rede propicia o desenvolvimento tácito, aquele que só consegue ser replicado através das trocas de experiências.

Para cada território é necessário um modelo próprio que depende da sua rede de atores locais, das dotações naturais, da infraestrutura existente, do capital humano (conhecimentos, habilidades e competência das pessoas) e do capital social (PAULA, 2004).

Durante várias décadas, o governo do Estado apostou na regionalização através do desenvolvimento de infraestrutura de transportes e comunicação. Até hoje, isso é evidente, com o programa estadual de recuperação de estradas vicinais levado a cabo pelo governador José Serra, programa esse cujo principal objetivo é promover o escoamento da produção agrícola.

Paralelamente a isso, a criação de agências de desenvolvimento regionais e o desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais (APL) são novas estratégias de regulação patrocinadas pelo governo estadual.

A valorização das características locais e o aproveitamento das suas potencialidades determinam uma nova forma de incentivo econômico local. Os Arranjos Produtivos Locais (APL), que são aglomerados de empresas em mesmo território, que apresentam especialização produtiva e mantêm vínculos de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais, tais como: governos, instituições de ensino e pesquisa, instituições de créditos e associações

Podemos identificar os APLs em uma rua, um bairro, uma cidade, uma rede de cidades ou até mesmo em áreas rurais; essa nova estratégia, contemplando também os arranjos sociais intermediários entre o estado e o mercado, conforme afirma Muls, não dependem dos estoques de capital social inicial.

A dificuldade ou incapacidade de transformar isso em uma teia mais abrangente e complexa para criação de laços de solidariedade e ação social coletiva é que podem levar ao fracasso a adoção dessa estratégia.

Devemos lembrar ainda, que o desenvolvimento regional pode ser uma forma de diminuir as pressões populacionais sobre as grandes cidades e não deve ser encarado apenas como crescimento econômico, mas deve abranger também a esfera social e ambiental.

As estratégias para a promoção da articulação dos diversos atores sociais na escala regional ou local, passa pelo estudo e o desenvolvimento de redes de relações, que permitem uma maior interação entre os diversos segmentos da sociedade. Forma-se um tecido social que possibilita a troca de informações e promove, não somente o desenvolvimento tecnológico, com base no conhecimento, mas, também o desenvolvimento tácito entre os diversos elementos envolvidos.

Conforme Juarez de Paula (2004), desenvolvimento tácito é aquele que só consegue ser replicado através das trocas de experiência. Esse conceito se fundamenta na cooperação e articulação de meios e forças sociais para atingir a finalidade comum do desenvolvimento.

As redes digitais de informação surgem como importantes elementos de governança promovendo e atuando em políticas públicas ligadas a infra-estrutura urbana, segurança pública, prestação de serviços urbanos, negócios e inclusão

digital entre outras. Entretanto, sistemas de inclusão e transmissão de informações de que fazem parte as redes digitais ao mesmo tempo em que podem ser importantes elementos de democratização podem ser também elementos de promoção do controle estatal.

Neste contexto, as redes digitais de informação são responsáveis por permitir acesso a um grande número de informações em tempo real que permitem organizar estratégias de desenvolvimento econômico e social que como afirma Firmino (2007), “não somente respondam às demandas sociais, mas também as antecipem”.

As vias de transporte de trânsito rápido associadas à infraestrutura logística de comunicação por *internet* e fibras óticas, que proporcionam condições mais favoráveis para a localização industrial e a dinâmica interna das cidades em sua organização em forma de redes, recebem a denominação de “eixos de desenvolvimento”, conforme estudos de Sposito e Matshima (2002).

Os eixos de desenvolvimento estão associados a uma:

- Cadeia de núcleos urbanos, de diferentes tamanhos, situados ao longo de uma via de transporte de alta capacidade que estimula a localização da atividade industrial e facilita o estabelecimento de relações funcionais internas.
- As vias de transporte de grande capacidade que constituem os eixos de desenvolvimento são as autopistas (rodovias duplicadas), as ferrovias modernas (eletrificadas) e as infovias (cabos de fibra óptica, telefonia, rede mundial de computadores etc.).
- A infra-estrutura de transporte adequada e de qualidade propicia condições mais favoráveis para a dinâmica econômica dos centros urbanos situados nas proximidades dos eixos, principalmente no tocante à localização das mais diversas atividades industriais, com as empresas buscando reduções do tempo necessário aos deslocamentos de matérias-primas e mercadorias, bem como o aumento da competitividade produtiva.

Beatriz Soares Pontes (1974), ao explicar o que entende por pólo de desenvolvimento, também faz uma alusão aos eixos de desenvolvimento:

“Este não ocorre como uma unidade isolada, estando ligado à região onde se encontra através dos canais por onde se propagam, sobretudo, os fluxos e os preços. Assim sendo, o desenvolvimento de um conjunto de territórios e de sua população só é obtido mediante a propagação consciente dos efeitos dos pólos de desenvolvimento. Esta propagação é feita, em geral, por um caminho que liga dois pólos, dando, portanto, origem ao eixo de desenvolvimento. O eixo, todavia, não é apenas uma estrada. Ele pressupõe um conjunto de atividades complexas que indicam orientações determinadas e duráveis de desenvolvimento territorial e dependem principalmente da capacidade de investimento adicional. Desta forma, os eixos implicam na presença de outros bens complementares como energia, crédito e competência técnica.” (PONTES, 1974, p. 104).

Deste modo, no Estado de São Paulo, os principais eixos rodoviários por onde se realiza a dispersão urbano-industrial da Grande São Paulo em direção ao interior são (Vide figura 02):

1) As rodovias Anhangüera-Bandeirantes (SP 330; SP 348), que passam pela Região Metropolitana de Campinas em direção ao centro agroindustrial de Ribeirão Preto, que já conta com 505.012 habitantes;

2) A rodovia Presidente Dutra (BR 116), via de ligação da metrópole paulista com a metrópole carioca, passando pelo Vale do Paraíba, região de importantes centros urbanoindustriais como São José dos Campos (538.909), Jacareí (191.358), Taubaté (244.107) e Guaratinguetá (104.022). São José dos Campos, além de um importante centro aeroespacial, destaca-se na pesquisa científica e tecnológica, sediando renomados institutos como o Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA) e o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE);

3) A rodovia Washington Luiz (SP 310), um prolongamento da Anhangüera em direção a São José do Rio Preto (357.862), que passa por núcleos urbano-industriais importantes como Rio Claro (168.087), São Carlos (192.923), Araraquara (181.989), Catanduva (105.771) e outros menores. O destaque é o pólo tecnológico de São Carlos, um importante centro de pesquisa direcionada à engenharia, à física e à química, por intermédio da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e de um campus da Universidade de São Paulo (USP). Conta, também, com o Parque de Alta Tecnologia de São Carlos, fundado em 1984 e uma incubadora de pequenas empresas criadas em 1986. (NEGRI e PACHECO, 1994);

4) A rodovia Castelo Branco (SP 280), que passa por cidades importantes como Sorocaba (494.649) e Itu (135.304) em direção a Botucatu (108.112) e Bauru (315.835), segundo dados do censo demográfico de 2000, do IBGE.

Fora dos principais eixos viários do Estado, a Rodovia Francisco Alves Negrão SP-258) é a principal rota de acesso a região de estudo.

Enfim, e em conformidade com Fernandes e Casagrande (2003, p. 57), “no Estado de São Paulo existem eixos ou regiões dentro de regiões de governo e administrativas com perfis socioeconômicos muito diferenciados”. As disparidades econômicas e sociais são muito claras.

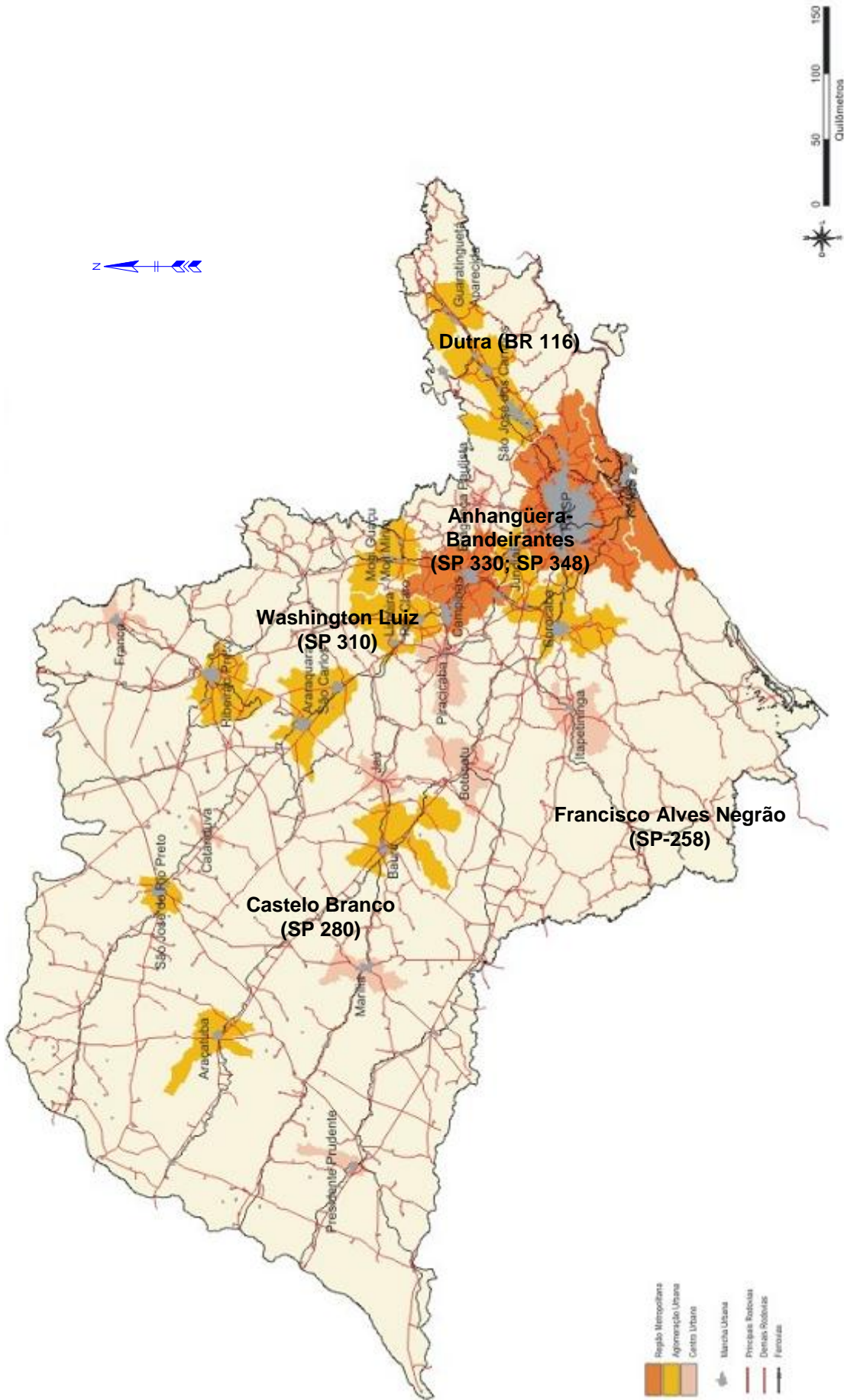
Enquanto algumas áreas próximas à capital e bem servidas por determinados eixos rodoviários atraem os mais diversos investimentos públicos e privados, como as Regiões Administrativas de Campinas, Sorocaba, Vale do Paraíba, Ribeirão Preto e Região Central (São Carlos e Araraquara), outras regiões mais afastadas do entorno metropolitano, com vias de transporte mais precárias e que não apresentam vantagens locais para o capital, como o Vale do Ribeira, Litoral Sul e o Pontal do Paranapanema, permanecem como áreas estagnadas economicamente ou com um crescimento muito inferior às áreas de maior dinamismo.

Pode-se observar que o crescimento econômico endógeno é fato crucial para qualquer estratégia de desenvolvimento regional aplicada atualmente, essas estratégias são fundamentadas na integração entre os diversos componentes da sociedade e a participação dos diversos atores sociais.

Cada região tem sua especificação, suas características sócio culturais, sua vocação econômica, todos esses fatores são decorrentes do processo de ocupação histórica e da sua própria localização e integração aos diversos ciclos econômicos vividos pelo Estado.

Portanto, para que qualquer estratégia de promoção do desenvolvimento regional venha a dar resultados práticos é condição fundamental conhecer os aspectos sócio econômicos do local, com esse intuito, delimitaremos as características regionais e o processo de regulação do Estado ocorrido no recorte temporal desse trabalho para alicerçar as propostas estratégicas de desenvolvimento regional que é nosso objetivo principal.

FIGURA 02 – REDE URBANA PAULISTA



Fonte: SEADE (www.seade.gov.br acessado em junho de 2009)

2 GESTÃO REGIONAL PAULISTA

2.1 AS REGIONALIZAÇÕES DO ESTADO DE SÃO PAULO

O processo de regionalização no Estado de São Paulo teve seus primeiros passos dados em 1967, com a criação das regiões e sub-regiões que seriam conhecidas com regiões administrativas – RA (figura 03). Essa divisão seguiu critérios de polarização e levava em conta o tempo de deslocamento dos diversos municípios ao pólo regional. As regiões polarizadas eram caracterizadas pela dependência de um centro urbano melhor equipado em serviços de total espécie, desempenhando esse centro o papel de capital regional ou cidade pólo (ALVIM, 1996).

Inicialmente, foram criadas com base nessa estrutura 10 regiões e 48 sub-regiões. Em cada sede de RA foi criado um Escritório Regional de Planejamento, com o objetivo de integrar as políticas setoriais nas esferas de governo estadual e municipal. Porém, esses escritórios não passariam de centros de informações de dados (ALVIM, 1996).

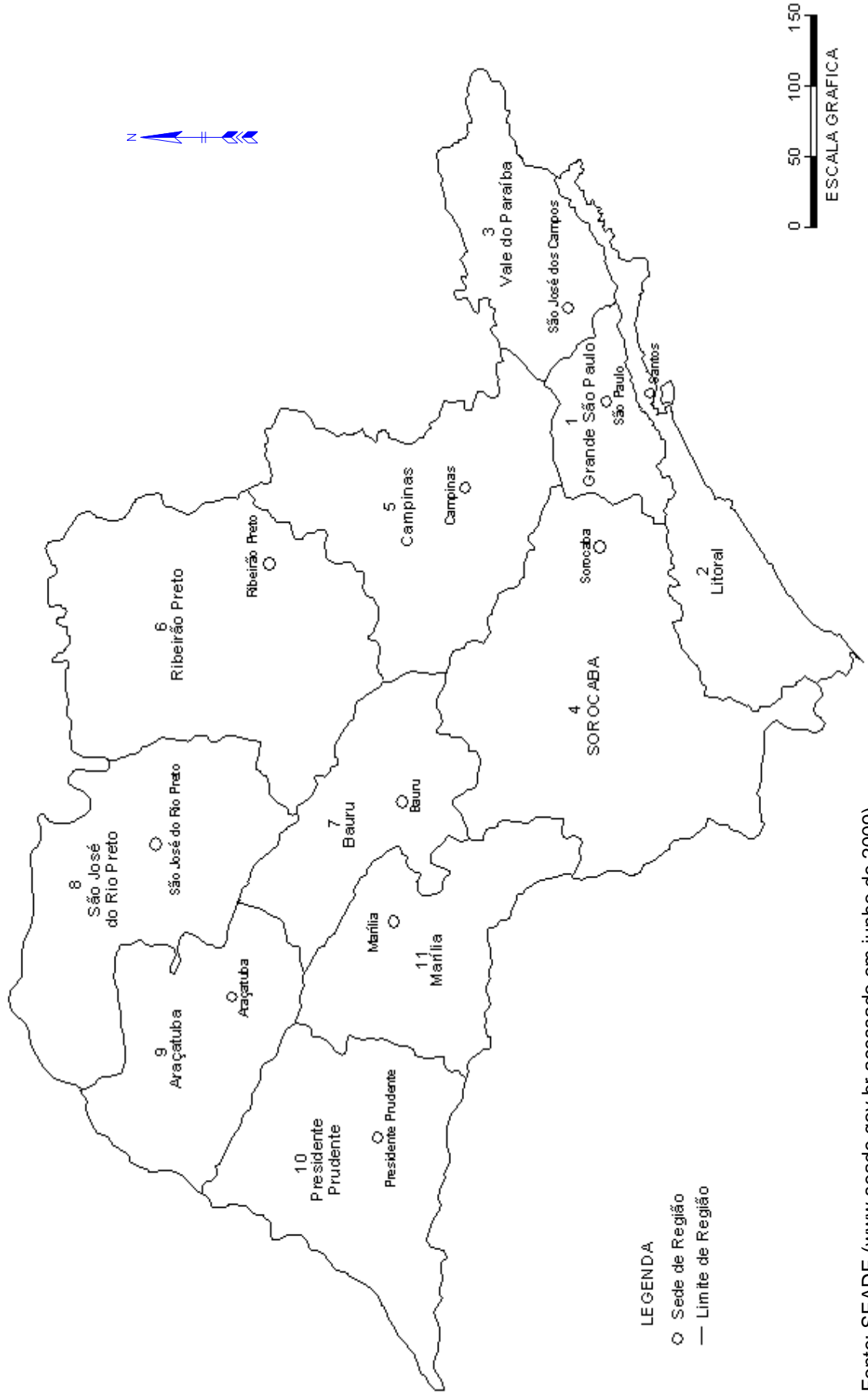
Os critérios adotados para esta primeira estruturação tiveram por objetivo a diminuição das desigualdades regionais e a descentralização industrial. Segundo Bordo (2006), chegou-se a cogitar a utilização dos incentivos fiscais e a criação de “Distritos Industriais” para dinamizar as novas áreas marginalizadas pelo capital industrial.

O modelo então adotado previa uma estrutura verticalizada, com atividades descentralizadas, porém os níveis de decisão continuavam concentrados mantendo as regiões extremamente dependentes do governo central.

Nos governos estaduais de Laudo Natel (71-75) e Paulo Egydio Martins (75-78), vários planos e programas de desenvolvimento regional foram adotados, a maioria deles com o objetivo de promover os eixos viários como principal meio de interiorizar a indústria.

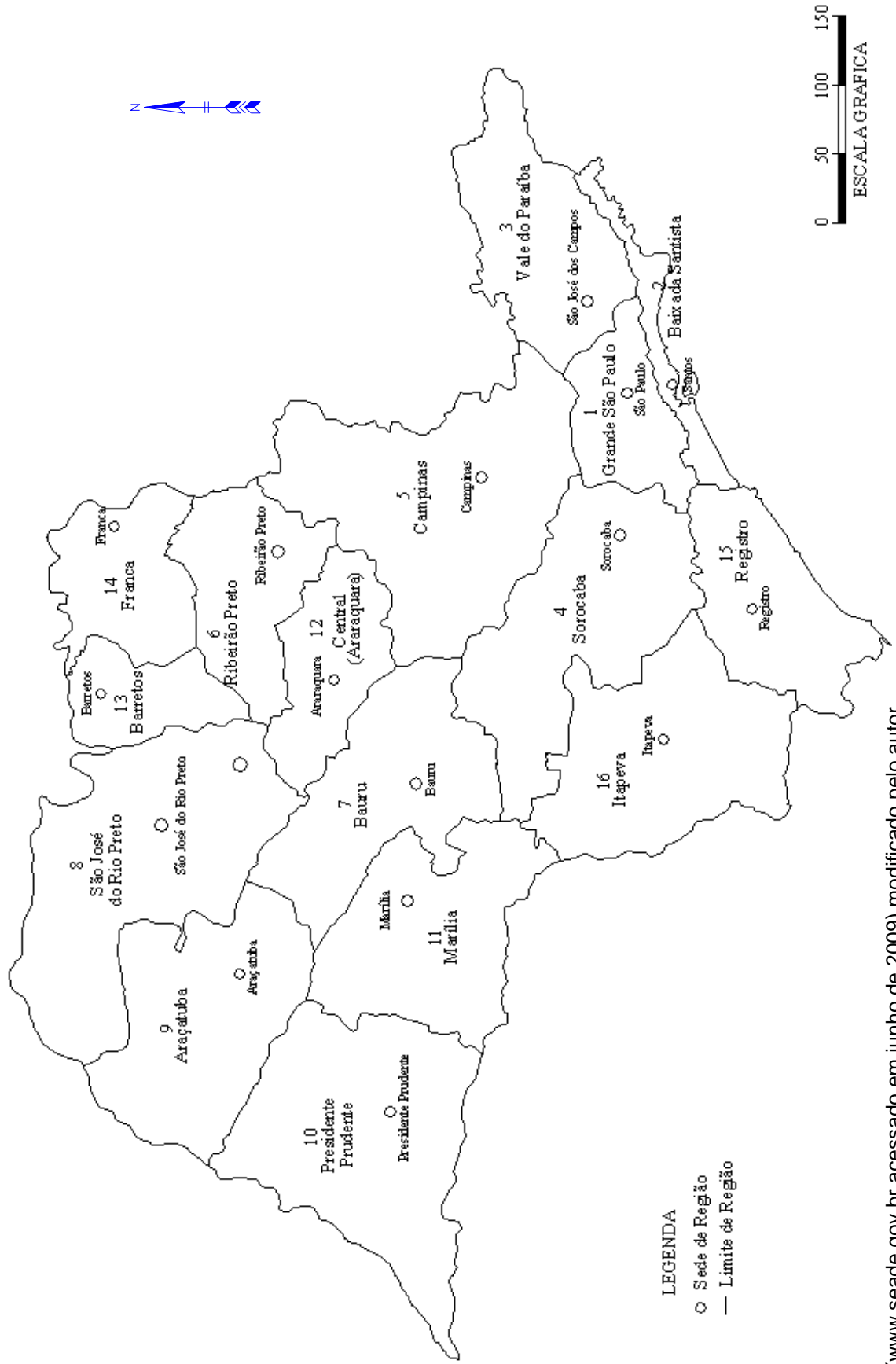
Integrando esta política, em 1974 foi inaugurada a primeira pista da Rodovia dos Imigrantes e mais tarde em 1978 a Rodovia dos Bandeirantes, sendo que esta última permitiu a região de Campinas ter uma infraestrutura suficiente para receber industriais provenientes de São Paulo.

FIGURA 04 – REGIÕES ADMINISTRATIVAS (1970)



Fonte: SEADE (www.seade.gov.br acessado em junho de 2009)

FIGURA 05 – REGIÕES ADMINISTRATIVAS (2007)



Fonte: SEADE (www.seade.gov.br acessado em junho de 2009) modificado pelo autor

Na década de oitenta, principalmente durante o Governo André Franco Montoro (83-86), foram realizados investimentos expressivos em infraestrutura de transportes. Várias estradas vicinais receberam pavimentação para permitir o escoamento da produção agrícola.

Nessa gestão, houve também investimentos para modernização ferroviária e hidroviária, com a construção de eclusas que permitiram a navegabilidade em mais de 400 quilômetros da hidrovia Tietê – Paraná.

No campo administrativo privilegiou-se a descentralização e a gestão regional com a criação das Regiões de Governo (RG). Essas duas divisões regionais, as Regiões Administrativas e Regiões de Governo, convivem até hoje. Para dar suporte às novas RG, o Governo do Estado criou em 1984 os Escritórios Regionais de Governo ligados a Secretaria do Interior.

Nesse novo padrão de organização espacial da administração pública estadual, foram privilegiados os aspectos naturais e a inter-relação socioeconômica das localidades vizinhas, consistindo nos primeiros passos no sentido de fortalecer o município e a região em que este está inserido. O governador Franco Montoro afirmava que o “cidadão não mora na União, não mora no Estado, mora no Município”, discurso disponível no site do Partido Social Democrata do Brasil.

No governo de Orestes Quécia (87-90), o processo de interiorização e desconcentração da indústria continuou um dos principais objetivos da gestão governamental. Os investimentos em infraestrutura de transportes se mostrariam vultosos e as duas estruturas de administração pública até então vigentes, seriam em 1987 finalmente unificadas. Os Escritórios Regionais de Planejamento foram então integrados a Secretaria de Economia e Planejamento que se responsabilizaria pela administração regional.

A política de gestão administrativa regional do Estado ganhou impulso com a Constituição de 1988. Este instrumento delegou aos estados o poder de instituir unidades territoriais com o objetivo principal de integrar a organização, o planejamento e execução de funções públicas de interesse comum.

Neste sentido, o parágrafo 3º do Artigo 25 afirma:

“Os Estados poderão, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum. (Artigo 25, parágrafo 3º da Constituição Federal, 1988)”

Seguindo a mesma linha de raciocínio, a Constituição Estadual de 1989 estabeleceu mecanismos de organização regional que privilegiaram as relações de integração funcional de natureza físico-territorial, econômico-social e administrativa, exigindo planejamento integrado com vistas a criar condições adequadas para o desenvolvimento e adequação regional.

Na década de noventa, a crise econômica então vigente dá seus primeiros sinais de superação, e a participação de São Paulo no valor de transformação industrial nacional “interrompe uma trajetória declinante observada no período de 1970 a 1985” (CAIADO, 1996, p.56). Apesar disso os investimentos em infraestrutura seriam reduzidos e no governo Fleury (91-94), algumas obras, como a construção da Rodovia Carvalho Pinto em direção ao Vale do Paraíba, foram suspensas.

Como forma de combater essa crise econômica o Governador Mario Covas lançou em 1996 o Plano Estadual de Desestatização (PED) ,no objetivo de reduzir o endividamento do estado e principalmente liberar recursos para investimentos em obras em áreas prioritárias como saúde, educação e segurança pública (a nova política de segurança pública assumiria a diretriz de construir várias penitenciárias no interior como uma alternativa para dinamizar a economia).

Em decorrência do Programa Estadual de Desestatização em 1998, foi instituído o Programa de Concessões Rodoviárias do Estado de São Paulo, permitindo a retomada dos investimentos na área rodoviária. Esse programa foi responsável pela inauguração da segunda pista da Rodovia dos Imigrantes em 2002, no governo de Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho.

Em 2000, a Região Sudoeste Paulista, estudada neste trabalho, contou com a privatização da Rodovia Francisco Alves Negrão (SP-258). Essa rodovia constitui na principal rota de acesso ao Sudoeste Paulista, a partir de Capão Bonito até a divisa com o Estado do Paraná.

Ainda no Governo Mario Covas (96-99), foi instituído o Programa Articulação Municipal (PAM), integrando vários outros programas existentes no âmbito da Secretaria da Economia e Planejamento, tais como o Programa de Melhorias em Transporte e Infra Estrutura Urbana (PMTU) e a Implantação de Projetos Especiais (IPE), esse novo programa celebra convênios com prefeituras, entidades não governamentais e consórcios municipais com o objetivo de executar obras na área de infra-estrutura urbana, edificações, aquisições de maquinários,

equipamentos e veículos. Em 2004 foram então celebrados 278 convênios no valor de R\$ 25,8 milhões através desse programa segundo dados da Secretaria de Economia e Planejamento.

Ainda conforme a Secretaria de Economia e Planejamento, as diretrizes básicas do PAM fornecem a dimensão do interesse na regionalização no Estado, a saber:

- a) Contribuir para as políticas de fortalecimento do poder local;
- b) Propiciar a execução de obras e/ou aquisições / reformas de interesse público através das prefeituras, consórcios intermunicipais e instituições não-governamentais;
- c) Atender às demandas prioritárias da população de interesse público, segundo o entendimento do Governador, Prefeito e Presidente.

Apesar das enunciadas preocupações com o processo de regionalização do estado, o descaso do governo relativo à Região Sudoeste do Estado é evidente, chegando-se até mesmo a ser cogitado por meio projeto que tramitou na Assembléia Paulista a criação de um novo Estado da Federação, o Estado de São Paulo do Sul, em virtude da pouca representatividade política da região, tendo sido esse plano abandonado em 2001.

Em 2001, um grande marco no processo de fortalecimento do município se verificou com a aprovação do Estatuto das Cidades (Lei Federal nº 10.257/ 2001). A partir de então, a elaboração do Plano Diretor Municipal se tornou obrigatória para municípios com mais de 20.000 habitantes. No Estado de São Paulo essa obrigação se estendeu a todos os municípios, e o Estado procurou englobar também as áreas rurais, pois a maioria dos municípios paulistas mantém características rurais.

Em 2003, no governo de Geraldo Alckimin, o estado recebeu a autorização para contrair empréstimo de U\$ 10.000.000,00 do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e contrapartida de igual valor para o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de São Paulo(SEBRAE), para o financiamento do programa de fortalecimento das empresas localizadas em arranjos produtivos locais (APL). O objetivo desse empréstimo, segundo o próprio governo seria incrementar a participação das micro e pequenas empresas localizadas nos mercados nacional e

internacional com a oferta de fomento a inovação tecnológica e aprimoramento da gestão de empreendimentos.

Em 2004, setores como os de calçados (Jaú, Franca e Birigui), construção civil (Itu, Tatuí, Tambaú e Vargem Grande do Sul), móveis (região metropolitana e noroeste paulista), confecção (Tietê, Cerquilha, Americana e Ibitinga), plástico (região do ABC), álcool (Piracicaba) e médico-odontológico (Ribeirão Preto) participavam desse programa. Hoje a Secretaria de Desenvolvimento do Estado classificou mais de cinquenta municípios paulistas associados de alguma forma a APL, e infelizmente a Região Sudoeste do Estado ainda não participa desse programa.

Outro meio proposto para intervir no desenvolvimento regional é a Agência de Desenvolvimento Regional (ADR). Uma das primeiras agências criadas foi a do grande ABC, implementada em outubro de 1998. Hoje são 18 agências no estado, e suas estratégias se concentram na busca de novas oportunidades que possibilitem a diversificação da base econômica e produtiva da região. Sua atuação pode ultrapassar os limites físicos e políticos dos municípios, oferecendo uma atuação integrada de abrangência regional.

Segundo a Secretaria de Desenvolvimento, o governo tem como objetivo principal propor a regulação dessas agências como OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público sendo constituídas pela iniciativa privada e pelo poder público com caráter consultivo. Criar uma rede de agências possibilitaria a troca de experiências e o compartilhamento de informações, tecnologia e conhecimento para a solução otimizada e integrada dos problemas comuns aos municípios paulistas, no entanto, uma estratégia como de maior abrangência, ainda está longe de se concretizar.

Finalmente, em 2007 o Governo do Estado criou a RA de Itapeva, antiga reivindicação da população local. O processo de implantação dessa região administrativa foi lento, e algumas secretarias como a da Assistência Social e da Saúde já possuem unidades descentralizadas. Porém a implantação de um hospital regional em Itapeva ainda não foi efetivada, apesar de boa parte da estrutura necessária já estar pronta. Outras reivindicações como a duplicação da SP – 258 estão ainda mais distantes de serem atendidas.

Paralelamente a essas transformações a questão ambiental também começou a ter decisiva importância nas políticas governamentais de regionalização,

principalmente após a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente em Estocolmo (1972). Até então, o governo brasileiro defendia a prioridade ao desenvolvimento econômico e depois viriam os cuidados com o meio ambiente. Segundo Souza (2007), esse conceito foi muito difundido por conta das transformações culturais promovidas pelo modernismo e a cultura da industrialização.

A criação da Secretaria Especial de Meio Ambiente em 1973, marcou a mudança de concepção ambiental, e nos anos 80 foi instituída a Política Nacional do Meio Ambiente que passou a considerar as questões ambientais fundamentais para garantir qualidade de vida às gerações futuras. Essa preocupação foi então coroada com a realização da ECO-92 no Rio de Janeiro, abrindo caminho a viabilização do desenvolvimento sustentável.

Nas décadas de setenta e oitenta no estado de São Paulo assistiu-se à criação da Companhia Estadual de Tecnologia e Saneamento Básico (CETESB), do Conselho Estadual de Meio Ambiente e da Secretaria Estadual de Meio Ambiente que institucionalizam a política estadual sobre o assunto.

A mudança de postura se refletiu na nova organização regional proposta para o estado devendo-se a partir de então considerar como unidade de gerenciamento não somente as afinidades econômicas e sociais de um território, mas também as afinidades ambientais.

“Diversos critérios de espacialização têm sido utilizados...Entre estes, destacam-se a dinâmica econômica regional, as divisões político-regionais, o grau de homogeneidade quanto a determinadas características físico-naturais e, por último, o padrão de drenagem das águas superficiais.” (CURY, 2005, p.85).

Considerando que a matriz energética brasileira está apoiada na geração de energia elétrica através dos recursos hídricos, a política de gerenciamento desses recursos se tornou base para implantação de novas estruturas de planejamento.

Com o aumento do conflito pela utilização da água, agora não somente aproveitada para geração de energia, mas também para consumo humano, para sistemas agrícolas, pesca e até mesmo para lazer apesar da poluição dos mananciais e a diminuição gradativa dos volumes disponíveis, torna-se necessário o

planejamento e a ordenação do uso desses recursos naturais. Com esse intuito, em 1990, criou-se a plano estadual de recursos hídricos.

Alvim (2003), salienta que todas as políticas que atuam em um mesmo território devem se articular com um objetivo, que é o de garantia do desenvolvimento sustentável; as políticas hídricas não podem ficar ausentes dessa articulação. Ainda Alvim (2003, p.187), assinala que os três princípios básicos da Política Estadual de Recursos Hídricos são descentralização, participação e integração.

A chamada Lei Paulista das Águas (Lei Estadual nº 7.633/91) estabelece o seguinte em seu artigo 3º:

- "a adoção da bacia hidrográfica como unidade físico territorial de planejamento;
- o gerenciamento integrado, descentralizado e participativo;
- o reconhecimento da água como um bem público de valor econômico;
- a compatibilização do gerenciamento dos recursos hídricos com a proteção do meio ambiente e desenvolvimento sustentável;
- a participação da sociedade nos processos decisórios, através da composição dos comitês de bacias”.

Outro aspecto importante presente na Constituição Federal de 1988, é a equiparação dos municípios aos demais entes federativos, o que permite uma atuação regional dos mesmos.

Com a nova concepção, o município ganha poderes de legislar sobre assuntos de interesse local (Artigo 30, Inciso I); a participação social também é incentivada, e os municípios estimulados a atuarem nas áreas econômica, legislativa e de gestão dentro de sua esfera administrativa.

Em 1998, a Emenda Constitucional 19/98 veio coroar os esforços de regionalização, e seu Artigo 241 estabeleceu que “A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios disciplinarão por meio de lei os consórcios públicos e os convênios de cooperação entre os entes federados, autorizando a gestão associada de serviços públicos, bem como a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à constituição dos serviços transferidos.”

Mais tarde, em 2002, foi implementada a política nacional de desenvolvimento regional, que buscou a redução das desigualdades regionais se apoiando na promoção da diversidade econômica, social e ambiental como meio para consolidar o desenvolvimento nacional.

2.2.ITABERÁ NO CONTEXTO REGIONAL

Em 1967, a primeira divisão regional proposta para o Estado de São Paulo estabeleceu que o Sudoeste Paulista e o Município de Itaberá estariam inseridos na Região Administrativa de Sorocaba. Essa RA possuía uma grande extensão territorial, equivalente a 16,4% do estado de São Paulo, e características socioeconômicas diversas.

Nas áreas próximas a Capital se verificava um crescente desenvolvimento industrial enquanto, nas áreas mais afastadas, assistia-se a uma dependência expressiva da agricultura, da pecuária e da extração mineral.

O Município de Itaberá consiste numa destas áreas com índices de pobreza e desenvolvimento humano reduzidos conforme dados da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE).

Com a nova divisão regional de 1983 foi instituída a Região de Governo de Itapeva, que abrangeu o objeto de estudo, o Município de Itaberá. Este, antes se encontrava integrado a RA de Sorocaba, distante cerca de 220 km do município de Itaberá. Vindo a se integrar a RG de Itapeva, cidade esta distante cerca de 33 km de Itaberá, a excessiva distância da sede da região de Governo ao município-objeto foi então solucionada.

A RG de Itapeva é constituída pelos municípios de Apiaí, Buri, Capão Bonito, Guapiara, Iporanga, Itaberá, Itapeva, Ribeira, Ribeirão Branco e Riversul.

A 16ª Região Administrativa de Itapeva (a figura 05 mostra os municípios da RA de Itapeva) foi somente instituída no início de 2007, desmembrada da RA de Sorocaba e passando a abranger 32 municípios (Angatuba, Campina do Monte Alegre, Buri, Capão Bonito, Ribeirão Branco, Apiaí, Iporanga, Coronel Macedo, Itaí, Arandu, Paranapanema, Itaberá, Taquarituba, Itapeva, Tejupá, Piraju, Riversul, Itararé, Bom Sucesso de Itararé, Barra do Chapéu, Itaoca, Ribeira, Itaperapuã

Paulista, Fartura, Taquaiá, Barão de Antonina, Itaporanga, Nova Campina, Ribeirão Grande, Sarutaiá, Taquarivaí e Guapiara).

A RA de Itapeva reúne municípios com características bastante distintas, desde municípios serranos com características geográficas semelhantes às encontradas no Vale do Ribeira e atividades econômicas voltadas para exploração mineral, como Apiaí e Guapiara, (municípios pertencentes à bacia hidrográfica do Ribeira do Iguape) até municípios com economia agropecuária, no entorno de Itapeva (municípios pertencentes à bacia hidrográfica do Alto Paranapanema, vide figura 07), até municípios com economia agropecuária, no entorno de Itapeva.

Pode-se encontrar também municípios dotados de grandes áreas de reflorestamento, como é o caso de Buri e Capão Bonito onde a indústria madeireira se faz presente, municípios com incipiente industrialização, como é o caso de Itapeva e municípios com belezas naturais voltados à exploração turística, como é o caso de Paranapanema às margens da represa de Jurumirim.

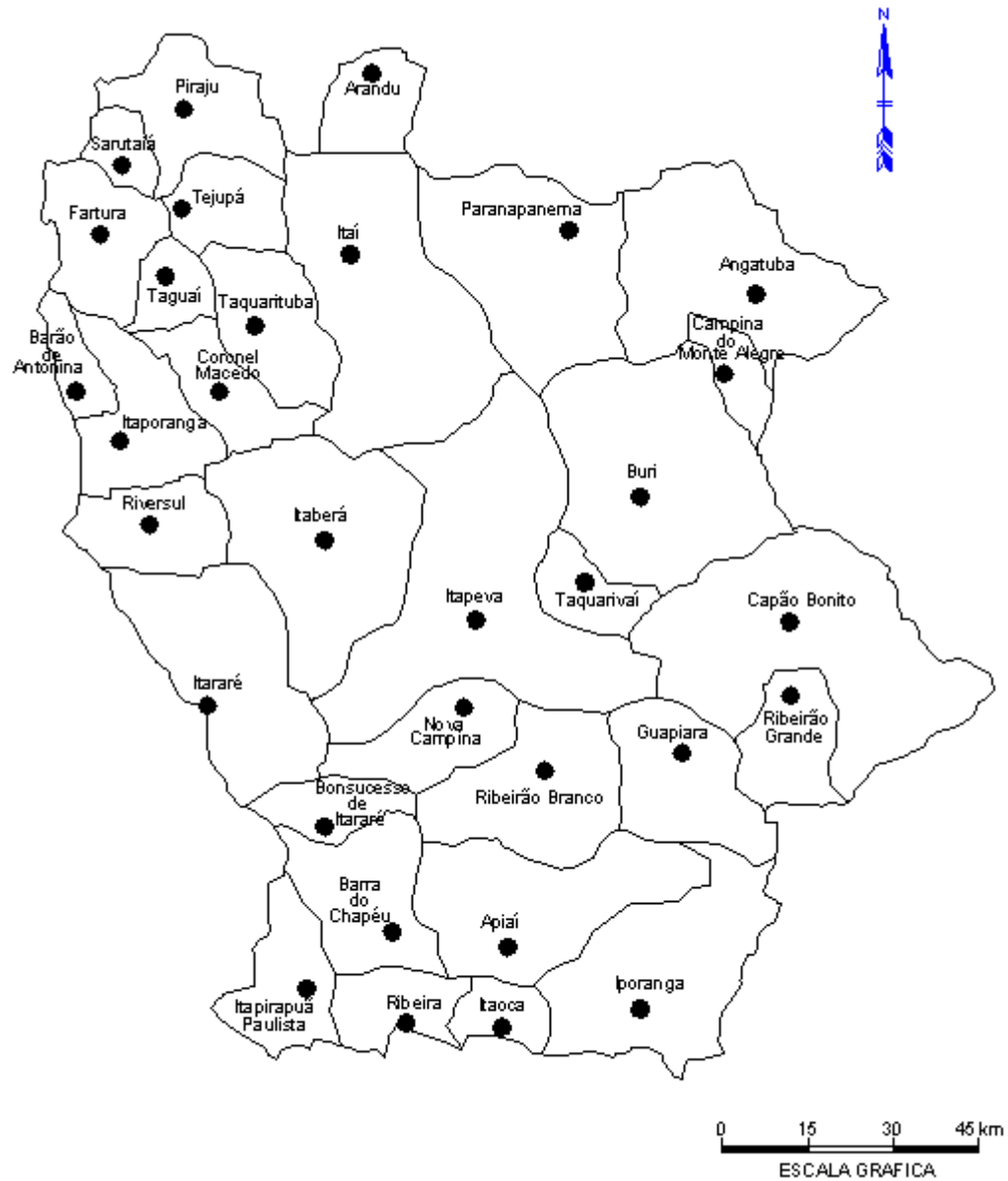
Na classificação do IBGE para análise de dados estatísticos, o Município Itaberá está na microrregião homogênea de Itapeva, conforme mostra a figura 08, composta por 12 municípios (Itaberá, Itapeva, Taquarivaí, Barão de Antonina, Bom Sucesso de Itararé, Nova Campina, Riversul, Coronel Macedo, Buri, Itararé, Taquaritiba e Itaporanga) com uma área de 7.660,12 km² e apresenta uma população total, no ano 2006, de 250.235 habitantes.

A economia local está estruturada no agronegócio, suas principais atividades econômicas são a produção de grãos (feijão, milho e soja), pecuária de corte, silvicultura e mineração.

No que tange à economia, nota-se uma participação relativamente equivalente da RA de Itapeva nos setores industrial e agropecuário e um setor terciário no mesmo patamar apresentado pelo Estado, porém no município de Itaberá existe um setor agrícola muito forte conforme indica o gráfico 03.

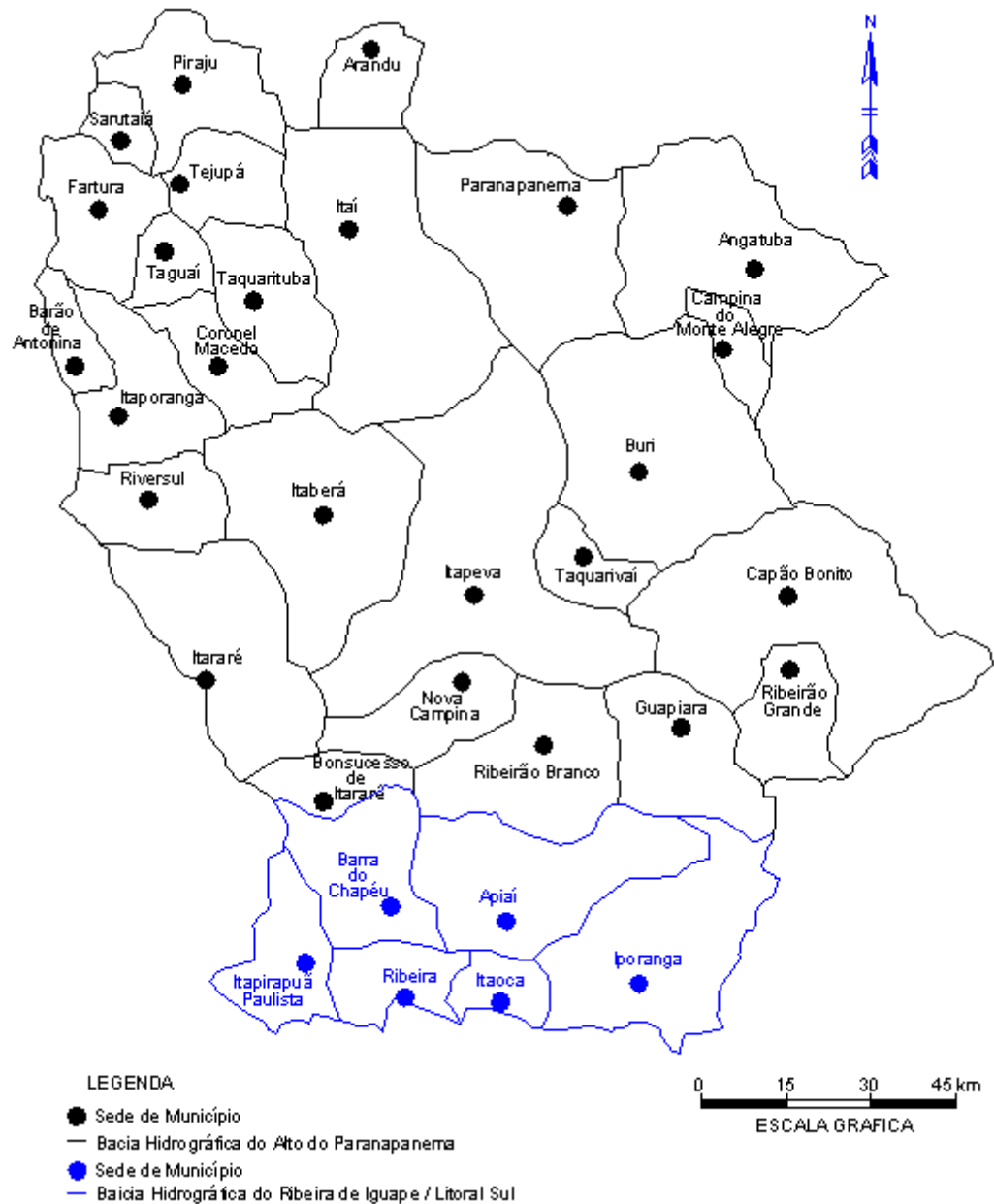
Além da análise do processo de regionalização promovido pela gestão estadual com bases geográficas, ambientais e econômica é também importante fazer-se uma análise sobre o aspecto social, nestes termos o Índice Paulista de Responsabilidade Social e o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal nos fornecem informações relevantes no que se refere à qualidade de vida e ao acesso as políticas públicas de cunho social.

FIGURA 06 – MUNICÍPIOS DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE ITAPEVA



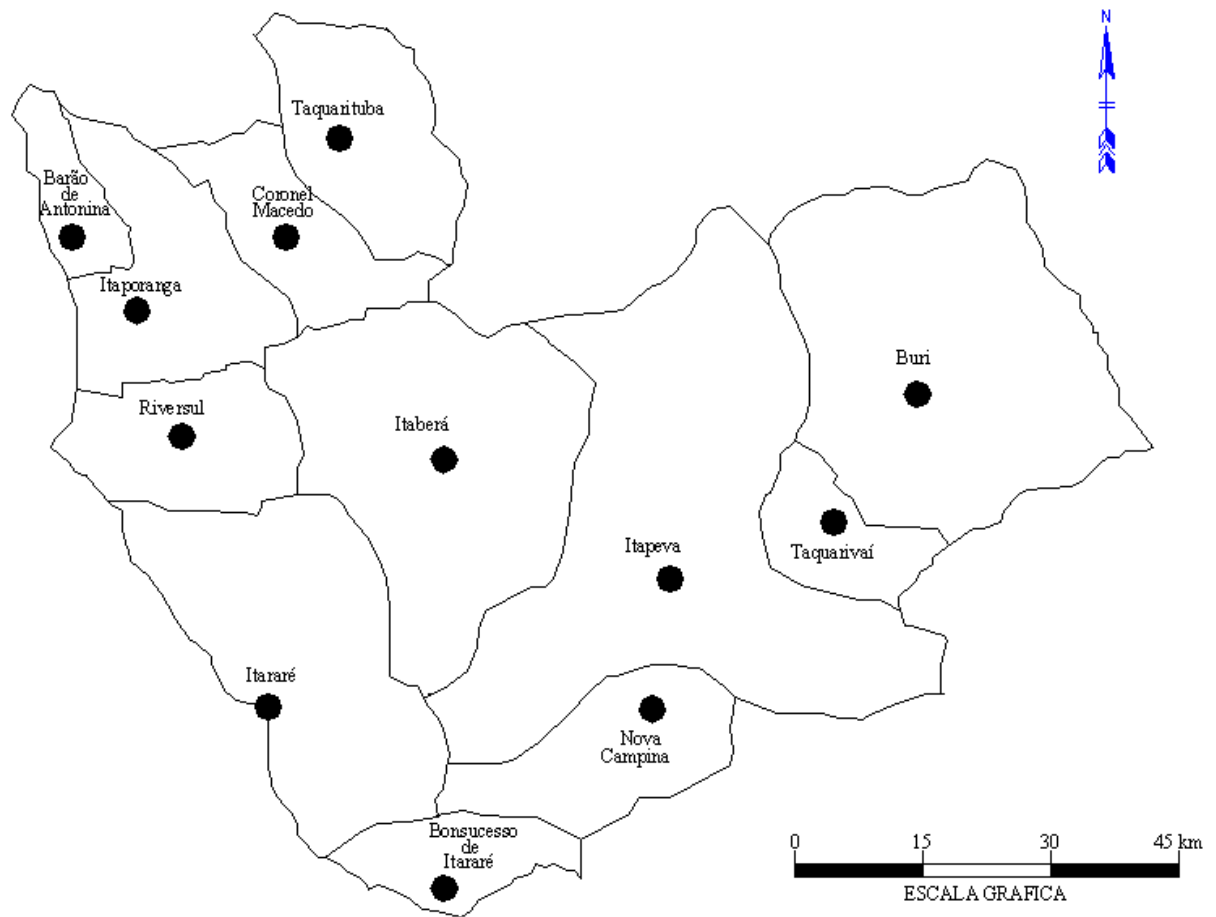
Fonte: SEADE (www.seade.gov.br acessado em junho 2009) modificado pelo autor

FIGURA 07 – REGIÃO ADMINISTRATIVA DE ITAPEVA / BACIAS
HIDROGRÁFICAS DO ALTO DO PARANAPANEMA E DO RIBEIRA DE IGUAPE



Fonte: SEADE (www.seade.gov.br acessado em junho 2009) modificado pelo autor

FIGURA 08 – MIGRORREGIÃO DE ITAPEVA (SEGUNDO O IBGE)



Fonte: SEADE (www.seade.gov.br acessado em junho 2009) modificado pelo autor

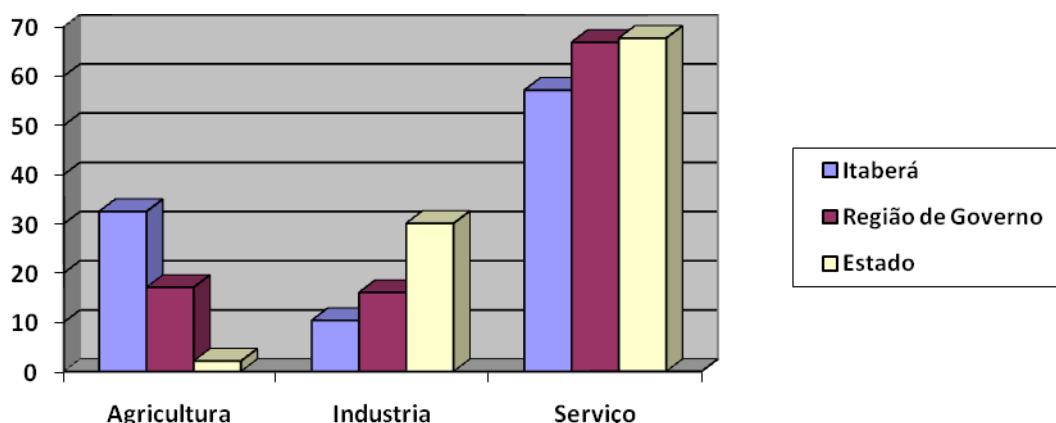


Gráfico 03 – Participação dos Setores Econômicos no Valor Adicionado (%) (2005)
 Fonte: SEADE (www.seade.gov.br acessado em junho de 2009)¹

Também é importante fazer-se uma análise sobre o aspecto social, nestes termos o Índice Paulista de Responsabilidade Social e o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal nos fornecem informações relevantes.

2.2.1 ÍNDICE PAULISTA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL (IPRS)

Os indicadores do IPRS sintetizam a situação de cada município no que diz respeito à riqueza, escolaridade e longevidade, e quando combinados geram uma tipologia que classifica os municípios do estado de São Paulo em cinco grupos, conforme as características descritas no quadro abaixo.²

Os indicadores do IPRS são:

- Indicador sintético de riqueza: combinação linear de quatro variáveis, sendo expresso em uma escala de 0 a 100, na qual o número 100 representa a melhor situação e zero, a pior;

1 Em 2005 a 16ª Região Administrativa de Itapeva ainda não tinha sido criada, portanto como parâmetro utilizamos os dados da Região de Governo de Itapeva que era composta pela maioria dos municípios que formariam a futura RA.

2 A metodologia completa pode ser encontrada em:
[HTTP://www.seade.gov.br/produtos/iprs/pdf/metodologia.pdf](http://www.seade.gov.br/produtos/iprs/pdf/metodologia.pdf)

- Indicador sintético de longevidade: combinação linear de quatro taxas de mortalidade, sendo expresso em uma escala de 0 a 100, na qual o número 100 representa a melhor situação e zero, a pior.
- Indicador sintético de escolaridade: combinação linear de quatro variáveis, sendo expresso em uma escala de 0 a 100, na qual o número 100 representa a melhor situação e zero, a pior.

Grupos	Crítérios	Descrição
Grupo 1	Alta riqueza, média longevidade e média escolaridade	Municípios que se caracterizam por um nível elevado de riqueza com bons níveis nos indicadores sociais
	Alta riqueza, alta longevidade e média escolaridade	
	Alta riqueza, alta longevidade e alta escolaridade	
Grupo 2	Alta riqueza, baixa longevidade e baixa escolaridade	Municípios que, embora com níveis de riqueza elevados, não são capazes de atingir bons indicadores sociais
	Alta riqueza, baixa longevidade e média escolaridade	
	Alta riqueza, baixa longevidade e alta escolaridade	
	Alta riqueza, média longevidade e baixa escolaridade	
	Alta riqueza, alta longevidade e baixa escolaridade	
Grupo 3	Baixa riqueza, média longevidade e média escolaridade	Municípios com nível de riqueza baixo, mas com bons indicadores sociais
	Baixa riqueza, média longevidade e alta escolaridade	
	Baixa riqueza, alta longevidade e média escolaridade	
	Baixa riqueza, alta longevidade e alta escolaridade	
Grupo 4	Baixa riqueza, baixa longevidade e média escolaridade	Municípios que apresentam baixos níveis de riqueza e níveis intermediários de longevidade e/ou escolaridade
	Baixa riqueza, baixa longevidade e alta escolaridade	
	Baixa riqueza, média longevidade e baixa escolaridade	
	Baixa riqueza, alta longevidade e baixa escolaridade	
Grupo 5	Baixa riqueza, baixa longevidade e baixa escolaridade	Municípios mais desfavorecidos do Estado, tanto em riqueza como nos indicadores sociais

Tabela 01 – Índice Paulista de Responsabilidade Social - IPRS
 Fonte: SEADE(www.seade.gov.br acessado em junho de 2009).

Conforme a Fundação Seade (2008), para o cálculo do IPRS deve-se considerar parâmetros para a Classificação dos Municípios. Esses parâmetros são variáveis de acordo com as dimensões do IPRS (riqueza, longevidade e escolaridade) e segundo Categorias (baixa, média e alta). A tabela 02 indica esses limites para cada dimensão do IPRS e suas respectivas categorias:

Categorias	Ano	Dimensões do IPRS		
		Riqueza Municipal	Longevidade	Escolaridade
Baixa	2000	Até 49	Até 64	Até 40
	2002	Até 40	Até 66	Até 50
	2004	Até 42	Até 68	Até 53
Média	2000	-	65 a 71	41 a 46
	2002	-	67 a 72	51 a 55
	2004	-	69 a 72	54 a 57
Alta	2000	50 e mais	72 e mais	47 e mais
	2002	41 e mais	73 e mais	56 e mais
	2004	43 e mais	73 e mais	58 e mais

Tabela 02 – Dimensões do IPRS

Fonte: SEADE (www.seade.gov.br acessado em junho de 2009).

Também há uma escala de componentes dos Indicadores Sintéticos Setoriais e seus Respective Pesos, conforme demonstra o quadro a seguir:

Indicador	Componentes	Pesos
Riqueza	Consumo residencial de energia elétrica por ligação	44%
	Consumo de energia elétrica na agricultura, no comércio e nos serviços por ligação	23%
	Remuneração média dos empregados com carteira assinada e do setor público	19%
	Valor adicionado fiscal per capita	14%
Longevidade	Taxa de Mortalidade perinatal	30%
	Taxa de Mortalidade infantil	30%
	Taxa de Mortalidade de adultos de 15 a 39 anos	20%
	Taxa de Mortalidade de adultos de 60 anos e mais	20%
Escolaridade	Porcentagem de jovens de 15 a 17 anos que concluíram o ensino fundamental	36%
	Porcentagem de jovens de 15 a 17 anos com pelo menos quatro anos de escolaridade	8%
	Porcentagem de jovens de 18 a 19 anos que concluíram o ensino médio	36%
	Porcentagem de crianças de 5 a 6 anos que freqüentam a pré-escola	20%

Tabela 03 – Componentes e Pesos do IPRS³

Fonte: SEADE (www.seade.gov.br acessado em junho de 2009).

³ Para cada ano de referência, as taxas de mortalidade referem-se à média do triênio. Por exemplo, para o IPRS-2000, utilizou-se a média do período 1999-2001.

A partir desses conceitos e parâmetros, o município de Itaberá apresenta resultados conforme os gráficos abaixo:

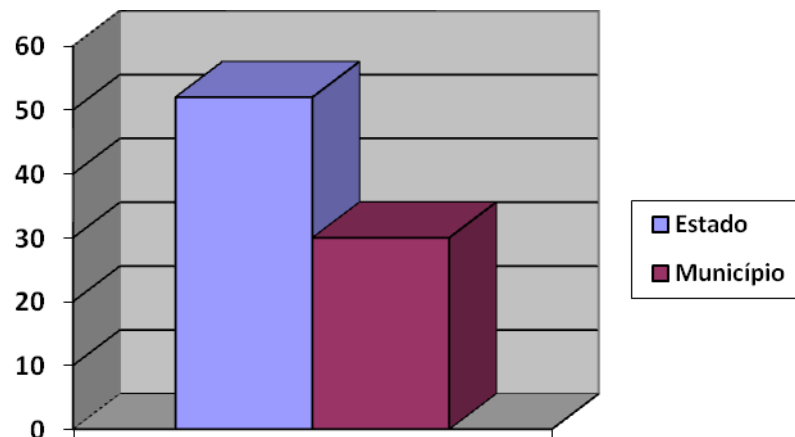


Gráfico 04 – Condições de Vida: Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS) – Dimensão Riqueza (2004)
Fonte: SEADE (www.seade.gov.br acessado em junho de 2009).

Na Dimensão Riqueza, Itaberá encontra-se classificado entre os mais altos pesos (30%), em relação ao estado de São Paulo (52%).

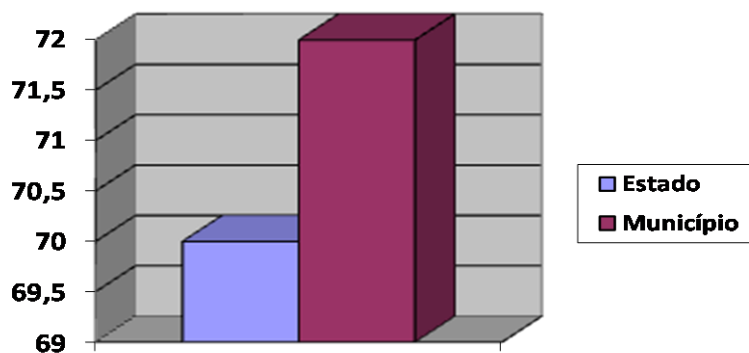


Gráfico 05 – Condições de Vida: Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS) – Dimensão Longevidade (2004)
Fonte: SEADE (www.seade.gov.br acessado em junho de 2009).

Da mesma forma, e por razões que não são objeto deste estudo, Itaberá consegue ter um peso maior do que o próprio estado de São Paulo (72% contra 70%).

E, considerando o estágio atual da educação em nível estadual, até mesmo nacional, Itaberá tem um peso relativamente satisfatório (37%) no Índice Paulista de Responsabilidade Social.

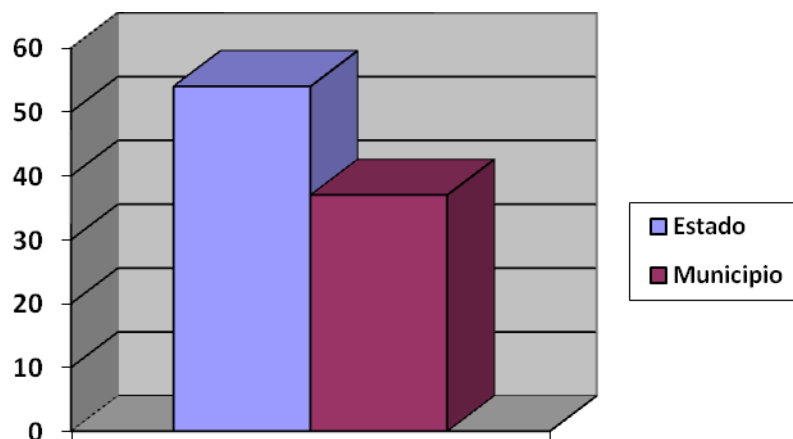


Gráfico 06 – Condições de Vida: Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS) – Dimensão Escolaridade (2004)

Fonte: SEADE (www.seade.gov.br acessado em junho de 2009).

Estas considerações fazem pressupor que os resultados relativos à dimensão social do município não indicam que este fator seja o que impede o seu desenvolvimento mais acelerado, mas, talvez indiquem a carência de uma forma de gestão mais eficiente e eficaz.

Grupo 1	Nenhum
Grupo 2	Itaí e Paranapanema
Grupo 3	Piraju e Taguaí
Grupo 4	Angatuba, Arandu, Barão de Antonina, Bom Sucesso de Itararé, Campina do Monte Alegre, Fartura, Itaberá , Itaóca, Itapirapuã Paulista, Itaporanga, Ribeira e Taquarituba
Grupo 5	Apiaí, Barra do Chapéu, Buri, Capão Bonito, Coronel Macedo, Guapiara, Iporanga, Itapeva, Itararé, Nova Campina, Ribeirão Branco, Ribeirão Grande, Riversul, Sarutaiá, Taquarivaí e Tejuπά

Tabela 04 – Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS) dos municípios do Sudoeste do Estado de São Paulo (2005)

Fonte: SEADE (www.seade.gov.br acessado em junho de 2009)

2.2.2 ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL - IDHM

Este indicador permite analisar o município como unidade a partir das dimensões longevidade, educação e renda, que participam com pesos iguais na sua determinação (SEADE, 2008).

Em relação à Longevidade, o índice utiliza a esperança de vida ao nascer (número médio de anos que as pessoas viveriam a partir do nascimento).

No aspecto Educação, considera o número médio dos anos de estudo (razão entre o número médio de anos de estudo da população de 25 anos e mais, sobre o total das pessoas de 25 anos e mais) e a taxa de analfabetismo (percentual das pessoas com 15 anos e mais, incapazes de ler ou escrever um bilhete simples).

Em relação à Renda, considera a renda familiar *per capita* (razão entre a soma da renda pessoal de todos os familiares e o número total de indivíduos na unidade familiar).

Todos os indicadores são obtidos a partir do Censo Demográfico do IBGE. O IDHM se situa entre 0 (zero) e 1 (um), os valores mais altos indicando níveis superiores de desenvolvimento humano. Para referência, segundo classificação do PNUD, os valores distribuem-se em 3 categorias:

- a. Baixo desenvolvimento humano, quando o IDHM for menor que 0,500;
- b. Médio desenvolvimento humano, para valores entre 0,500 e 0,800;
- c. Alto desenvolvimento humano, quando o índice for superior a 0,800.

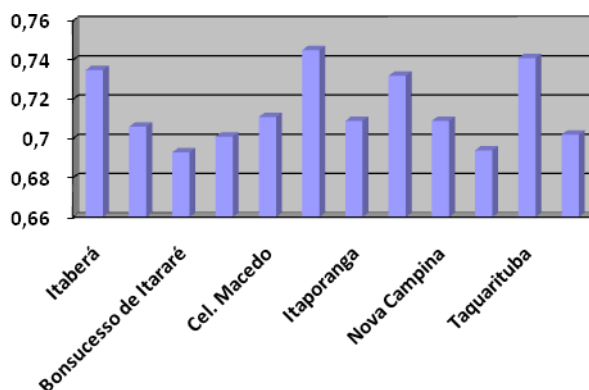


Gráfico 07 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal dos Municípios da Microrregião de Itapeva

Fonte: SEADE (www.seade.gov.br acessado em junho de 2009).

Municípios	IDH
Itaberá	0,735
Barão de Antonina	0,706
Bonsucesso de Itararé	0,693
Buri	0,701
Cel. Macedo	0,711
Itapeva	0,745
Itaporanga	0,709
Itararé	0,732
Nova Campina	0,709
Riversul	0,694
Taquarituba	0,741
Taquarivaí	0,702

Tabela 05- Índice de Desenvolvimento Humano Municipal dos Municípios da Microrregião de Itapeva
 Fonte: IBGE; Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento-PNUD; Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas-IPEA; Fundação João Pinheiro-FJP (2004)

Nesse contexto, como podemos observar no gráfico e da tabela acima, tanto o Município de Itaberá como os demais da microrregião de Itapeva podem ser classificados como municípios de médio desenvolvimento humano, por conta das categorias supracitadas do IDHM do PNDU das Nações Unidas.

Em vista de seu pequeno potencial de crescimento econômico por uma gestão de baixo impacto nesse setor, o município pode ser considerado como uma localidade do interior do estado de São Paulo de IDHM satisfatório, sobretudo comparado com o IDHM do Estado.

Pode-se concluir conforme a tabela 05, que o Município e a Região possuem bons indicadores nas três dimensões avaliadas pelo IPRS. Apenas, dois municípios (Itaí e Paranapanema) possuem bons indicadores de riqueza, e pelo menos um indicador social baixo e, outros dois municípios (Pirajú e Taguaí) possuem indicadores sociais bons, porém indicadores de riqueza fracos. Doze municípios estão no grupo 4, que concentra indicadores de riqueza baixos e indicadores sociais intermediários, e a maioria dos municípios da região (dezesseis) está no grupo 5 caracterizada por índices menos favoráveis.

2.2.3 PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO EM CONSÓRCIOS INTERMUNICIPAIS

Itaberá participa de diversos consórcios de desenvolvimento no âmbito regional, a figura 09 mostra os municípios da região Sudoeste do Estado associados ao Conselho de Desenvolvimento da Região Sul (CONDERSUL), municípios

associados a Associação dos Municípios do Vale do Alto Paranapanema (AMVAPA) e municípios associados a ambos instrumentos de regionalização.

Um dos primeiros criados foi o CONDERSUL, implantado na região em 1995. A associação sem fins lucrativos teve a participação dos seguintes municípios: Buri, Nova Campina, Campina do Monte Alegre, Guapiara, Itapeva, Taquarivaí, Ribeirão Branco, Itaberá, Itararé, Bonsucesso de Itararé, Itaporanga, Riversul, Cerqueira César, Paranapanema, Itapirapuã Paulista, Capão Bonito e Barão de Antonina.

A finalidade principal do CONDERSUL era criar um consórcio intermunicipal para obter maior representatividade perante os demais órgãos da administração pública, auxiliar o desenvolvimento sócio-econômico dos municípios e desenvolver ações para potencializar o desenvolvimento desta região.

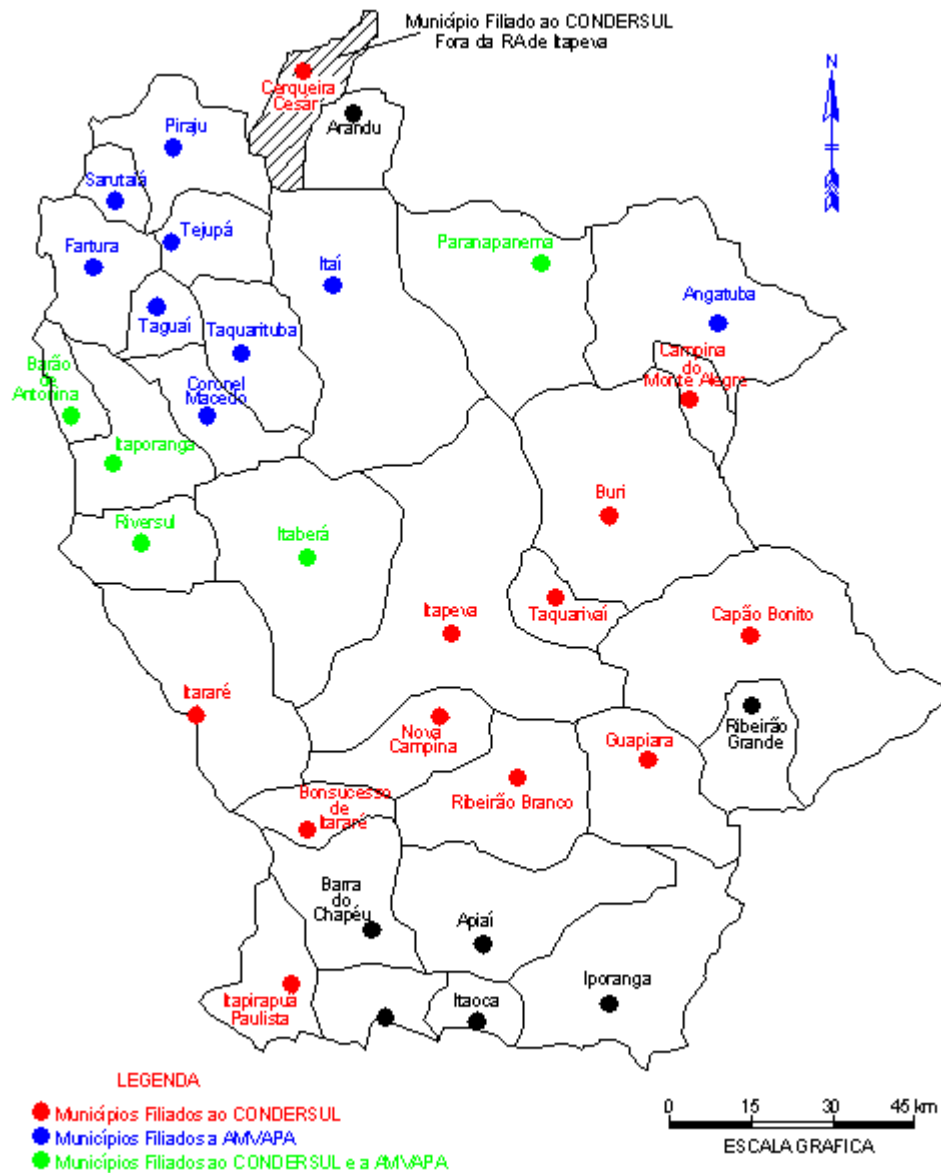
Em doze de junho de 1998, com a instituição do Conselho Fiscal foram estabelecidas as fontes de financiamento desse consórcio. Na mesma data, os municípios estabeleceram em acordo que caberia a cada consorciado uma contribuição mensal para a manutenção das atividades do consórcio no valor de 0,5% do ICMS (cinco por cento) de cada município, sendo devido a partir do mês de novembro do corrente ano.

Em 2002, esse percentual passou para 0,25% e vige até os dias atuais. O ingresso no consórcio é facultativo a qualquer município das regiões Sul e Sudoeste, a critério do conselho de prefeitos.

É missão do CONDERSUL:

- Planejamento, adoção, e a execução dos programas e medidas destinadas a promover o desenvolvimento sócio-econômico das regiões compreendidas no território dos municípios consorciados.
- Representar os municípios em assuntos de interesses comuns, perante Órgãos Federais, Estaduais e empresas particulares.
- Fomento das atividades agrícolas, industriais e comerciais.
- Proteção dos recursos naturais e preservação do meio ambiente.
- Desenvolvimento humano e social da região.
- Aperfeiçoamento do ensino superior, básico e técnico.
- Assistência no planejamento municipal.
- Esclarecimento da opinião pública, acerca dos programas existentes.
- Assessorar as Câmaras Municipais.

FIGURA 09 – MUNICÍPIOS DO SUDOESTE PAULISTA
FILIADOS AO CONDERSUL E A AMVAPA



Fonte: SEADE (www.seade.gov.br acessado em junho 2009) modificado pelo autor

- Capacitação dos servidores públicos.
- Firmar convênios, contratos e acordos, receber auxílios, contribuições e subvenções;
- Outras ações visando o desenvolvimento regional.

Ainda na década de noventa, alguns anos mais tarde, o município de Itaberá, filiou-se a AMVAPA (Associação dos Municípios do Vale do Alto Parapapaema) por questões políticas. Essa associação foi integrada por Angatuba, Barão de Antonina, Coronel Macedo, Fartura, Itáí, Itaporanga, Paranapanema, Piraju, Riversul, Saratuaia, Taguaí, Taquarituba e Tejupá.

Os critérios de financiamento dessa associação e seus objetivos não variaram muito em relação aos do CONDERSUL.

A política de integração regional que veio sendo praticada por Itaberá teve como principal objetivo o exercício de pressão administrativa a partir da união de municípios detentores de interesses comuns. É a partir deste critério, que a participação municipal em consórcios ou associações regionais é definida.

Apesar da participação do Município de Itaberá nessas estratégias de integração regional, a visão institucional dessas políticas não leva em conta as necessidades de desenvolvimento regional, as características políticas internas, as dificuldades de conciliar os interesses dos diversos agentes públicos e até mesmo, a rivalidade cultural entre os municípios são importantes obstáculos que devem ser superados para a verdadeira integração regional.

Muito da rivalidade cultural é decorrente da própria ocupação histórica dos municípios estudados, no próximo capítulo analisaremos as características históricas e o processo de ocupação do município que podem ter colaborado para a desintegração administrativa verificado na região.

3 O MUNICIPIO DE ITABERÁ: CARACTERÍSTICAS SOCIO-ECONOMICAS

3.1 FORMAÇÃO HISTÓRICA DE ITABERÁ

Os primeiros núcleos habitacionais no sul e sudoeste do Estado de São Paulo de que se tem notícia datam do século XVIII, e serviram de apoio para descanso e abastecimento de tropas muars que vinham do sul em direção ao mercado de negócios de Sorocaba.

Esses núcleos surgiram nos pontos de paragens existentes nesse caminho, que coincidia com antigas trilhas indígenas denominadas Peabiru. Logo após, as Bandeiras que buscariam pedras preciosas e outras riquezas, houve catequização dos índios locais incentivada sobremaneira pelo Barão de Antonina, proprietário de extensas terras no norte do Paraná e sul de São Paulo. Em 1844, foi fundado o núcleo habitacional de São João da Boa Vista do Rio Verde, atual Itaporanga. Durante esse período a estrutura urbana das cidades se definia atendendo às necessidades de defesa.

O caminho em direção aos pampas no Rio Grande do Sul esteve fechado durante muito tempo em virtude das preocupações da coroa portuguesa com a invasão espanhola pelo sul. Porém, a intensificação do comércio entre Curitiba e São Paulo fez com que essa rota comercial fosse definitivamente aberta no século XVIII.

Apesar do verdadeiro sentido da colonização portuguesa estar apoiado na exploração dos recursos naturais com vistas ao mercado europeu (Prado Junior, 1942), o abastecimento das Minas Gerais e sua exploração dependiam muito dos muars. Por volta de 1750, a necessidade de registro e cobrança de taxas impostas pelo governo paulista, possibilitou que uma feira de negócios surgisse em Sorocaba, possibilitando o desenvolvimento do comércio local. Assim, apesar do declínio da mineração nos anos posteriores, a feira de Sorocaba continuou tendo um papel comercial importante até o início do ciclo do café (SUPRINYAK, 2006).

A ocupação da região sudoeste paulista baseou-se no regime de sesmarias, sistema causador de grande concentração de renda e poder político, e que permaneceu sem transformações significativas durante longo tempo.

A maioria dos municípios, entretanto, se desenvolveu em torno de um centro religioso, e muitas vezes em terras da própria igreja, servindo de base e dividindo com o Estado o poder, alianças que estão na raiz do coronelismo, no qual o

latifundiário exerce seu poder baseado na sua relação com as instituições públicas principalmente, sistema de oligarquias da época colonial. (ANDRADE, 1985).

“Zona de passagem, São Paulo não chegou a formar no período colonial, vida própria; a pequena mineração de lavagem que ai se praticou nos dois primeiros séculos, a insignificante agricultura ensaiada, de caráter puramente local, não tiveram expressão nenhuma.”(PRADO Jr., 1942, p. 67)

As terras, entre os Rios Verde e Taquari, foram ocupadas inicialmente após a decadência do ciclo do ouro no final do século XVII, em decorrência da migração proveniente de áreas de mineração ou de produção do açúcar. Essas terras pertenciam inicialmente à Fazenda Pirituba, de propriedade do Barão de Antonina.

Após, a ocupação dessa área pelos mineiros José Rodrigues Simões, Francisco Antônio da Silva e Antônio Joaquim Diniz, em 1862, deu-se a doação de uma gleba para formação de um patrimônio, na elevação entre os córregos da Água Limpa e Lavapés, afluentes da margem esquerda do Ribeirão das Lavrinhas. Nesse local, foi erguida a capela de Nossa Senhora da Conceição de Lavrinhas, na antiga Vila de São João Batista do Rio Verde (atual Município de Itaporanga). Em 1914 a antiga capela foi demolida, dando lugar à Igreja Matriz de hoje.

Este primeiro núcleo populacional primitivo fundado em 1862, constituído por exploradores e aventureiros vindos de Minas Gerais não gerou vínculos com o local, uma vez que suas atividades se baseavam na mineração e não representavam motor expressivo para o crescimento econômico da região.

Em março de 1871 foi o povoado elevado à condição de Freguesia, com a Lei Provincial nº 16, de 09 de março, desmembrando-se do Município de São João Batista do Rio Verde. Em 1873, a Lei Provincial nº 69, de 20 de abril, transferiu o Distrito do Município de São João Batista do Rio Verde (Atual Itaporanga) para a Vila de Itapeva da Faxina.

Itaberá foi elevada a categoria de Vila com a denominação de Conceição de Lavrinha, por Decreto Estadual nº 192, de 08 de abril de 1891, desmembrando-se então de Faxina.

Constituindo o Distrito Sede, sua instalação verificou-se no dia 25 de abril de 1891 com o nome simplificado de Lavrinha, tendo a denominação alterada para Itaberá em 1905 (Lei Estadual nº 975 de 20 de dezembro de 1891), e finalmente em 1906 elevado a Cidade com a Lei Estadual nº 1.038 de 19 de dezembro.

Na divisão administrativa que se refere ao período de 1911 a 1933, o Município de Itaberá seguiu sendo o Distrito Sede. Em divisões territoriais datadas de 31-XII-1936 e 31-XII-1937, bem como no quadro anexo ao Decreto-lei Estadual nº 9073, de 31 de março de 1938, o Município de Itaberá pertencia ao termo judiciário de Faxina, da Comarca de Faxina, e permanecia ainda como seu Distrito Sede.

Nos quadros fixados pelo Decreto Estadual nº 9775, de 30 de novembro de 1938, para 1939-1943 e posteriormente, pelo Decreto-lei Estadual n.º 14334, de 30 de novembro de 1944, que fixou o quadro territorial para vigorar em 1945-1948, o Município de Itaberá é composto de um Distrito, Itaberá, que pertence ao termo e à Comarca de Itapeva.

O Município de Itaberá permaneceu como Distrito da Comarca de Itapeva, nos quadros territoriais fixados pelas Leis Estaduais números 233, de 24-XII-1948 e 2.456, de 30-XII-1953 para vigorar, respectivamente, nos períodos 1949-1953 e 1954-1958.

A Lei Estadual no 5.285, de 18 de fevereiro de 1959 criou o Distrito de Turiba do Sul e o incorporou ao Município de Itaberá. Em divisão territorial, datada de 1-VII-1960, o município é constituído de dois Distritos: Itaberá e Turiba do Sul, assim permanecendo em divisão territorial datada de 15-VII-1999.

Por volta de 1960 foi criado o distrito de Engenheiro Maia e mais recentemente já no século XXI, o distrito de Tóme.

Enquanto isso, a economia baseada no café propiciava o surgimento de muitos municípios na fronteira das plantações. Em Itaberá haviam alguns cafezais localizados nas rotas de acesso ao município nas proximidades em que mais tarde passaria o ramal de Itararé da Ferrovia Sorocabana. Richard Morse advertiu, entretanto, que

“Entre 1890 e 1900 foram criados no estado 41 municípios novos, localizados, na sua maioria na “fronteira” do café.....Não era, contudo o fazendeiro, mas o intermediário urbano que tinha os maiores lucros, uma vez que comprava a preços baixos na época da colheita e vendia durante os meses em que a concorrência era menor [...]”(MORSE, 1940, p. 281).

Em 1891, foi obtida a autonomia municipal, em plena febre do café e às vésperas da crise que marcou o início do século XX. (PRADO JUNIOR, 1942). O município e a região, afastados que eram dos grandes centros urbanos, sempre

esteve à margem dos principais ciclos econômicos vividos pelo estado. O ciclo do café e a industrialização que floresceram nos anos 30 e 40 do século XX não representariam, entretanto, fatores expressivos para a sua ocupação e desenvolvimento.

A estrutura formal e administrativa, fazendo de Itaberá parte da Comarca de Itapeva, longe de favorecer a solução de eventuais carências e necessidades, não contribuiu para que as desigualdades intermunicipais e da região pudessem ser solucionadas. Nem mesmo, a autonomia municipal conquistada em 1891 e reforçada com a Constituição de 1988, consiste em fator suficiente para promover o desenvolvimento da região.

Essas bases históricas assinalam causas possíveis para o atraso da região Sudoeste Paulista, uma das regiões do estado e do país que apresentam significativos desequilíbrios de distribuição de riqueza, embora os índices absolutos e comparativos geradores de IDH se apresentem até mesmo aparentemente favoráveis.

Apesar de sua antiga colonização, marcada pela importante rota de tropeiros que vinha do Sul para São Paulo, essa trajetória histórica não proporcionou ciclos de desenvolvimento virtuosos à região, mas uma situação caracterizada pela concentração de renda fortemente vinculada à estrutura latifundiária e pela degradação ambiental.

A região é conhecida como “ramal da fome”, por ser a mais pobre do estado de São Paulo, apesar da presença de grandes lavouras, florestas e agroindústrias (NOGUEIRA, 1999).

A maioria dos municípios possui grandes extensões de terra (os maiores municípios do estado em extensão ali se concentram), e apresentam, no entanto, vazios demográficos. Sua interligação às demais regiões do estado é prejudicada pelo péssimo estado de conservação das rodovias secundárias e vicinais, o que prejudica as ligações com as principais rodovias que dão acesso ao interior do estado. “O atraso da região reflete a rede urbana pouco desenvolvida.” (NOGUEIRA, 1999).

O Sudoeste Paulista e o Vale do Ribeira são reconhecidamente regiões “deprimidas”, urgindo a intervenção dos governos estadual e municipal para “alavancar seu desenvolvimento” (NOGUEIRA, 1999).

Pequenas e médias propriedades fundamentadas no trabalho manual, e inexpressiva ou inexistente mecanização são responsáveis por uma produção endógena de alimentos para subsistência, gerando neste domínio a produção de pequeno volume de riqueza. As propriedades extensas, ainda que eventualmente utilizem grande quantidade de trabalhadores oferecem empregos sazonais e geradores de baixos salários. A regra, no entanto, admite a contratação de pequeno número de trabalhadores rurais fixos, devido ao desnecessário contingente humano requerido para a operação mecânica da produção agrária, hoje. Observa-se também, má distribuição de renda e por vezes baixa escolaridade da mão-de-obra. (NOGUEIRA, 1999).

O potencial turístico de ecoturismo ainda é pouco explorado, e a região se destaca como a segunda do estado em termos de área ocupada por florestas naturais. As extensões de Mata Atlântica ainda não foram devidamente exploradas economicamente (NOGUEIRA, 1999).

Dados de 1996, mostram que da área destinada à agropecuária, as pastagens ocupavam na época cerca de 49%; a área de cultivo agrícola ocupava 19%; a de reflorestamento, 14% e a vegetação natural, 18%. Comparativamente aos índices de 1985, foi verificado o crescimento de áreas cultivadas e pastagens, aumentando o cultivo de perenes e olerícolas e indicando reduções das áreas com cultura de cereais e reflorestamento.

As grandes florestas de imbuia e araucária propiciaram exploração desenfreada e o desenvolvimento da indústria madeireira no início do século XX. Com a diminuição das florestas naturais a indústria madeireira entrou em decadência, recuperando-se apenas na década de 60 com investimento em reflorestamento, aproveitando os incentivos governamentais, principalmente em face das restrições das condições de solo e topografia da região. Assinala-se que “[...] apesar desses incentivos não houve renovação total das áreas desmatadas propiciando o aumento das áreas destinadas à agricultura e pecuária.” (NOGUEIRA *et al.*, 1999).

Além, da exploração da floresta nativa de araucária e imbuia no início do século passado, que incentivou o desenvolvimento da indústria madeireira principalmente em Itapeva, Buri e Itararé, verificou-se também a exploração mineral representada pela produção de calcário e filito, principalmente em Itapeva e Apiaí como fontes econômicas alternativas.

Porém, essas atividades extrativistas não significariam melhoria das condições sociais uma vez, que a maior parte da produção se destinou a outras regiões. A agricultura intensiva nos demais municípios acarretou grande consumo de água para irrigação completa, o que veio a incentivar o consumo desenfreado dos recursos naturais, quase sempre sem gerar benefícios para melhoria das condições de vida da população local.

Todos os municípios da microrregião de Itapeva fazem parte da bacia do Alto do Paranapanema com o Rio Itararé, na divisa do estado, e o Rio Verde (que corta o município de Itaberá) contribuindo para o reservatório de Chavantes. O Rio Taquari, que também passa por Itaberá, segue até o reservatório de Jurumirim, sendo o sistema hídrico completado pelo aquífero do Tubarão. A demanda por água para irrigação é muito grande e consiste em 80% do total disponível, segundo o Relatório de Qualidade Ambiental elaborado pelo Governo do Estado em 2006.

Para completar esse quadro ambiental, os sistemas de destinação de resíduos sólidos são inadequados na maioria dos municípios da região, apenas dois municípios (Barão de Antonina e Nova Campina) possuem índice de qualidade de destinação de resíduos (IQR) satisfatórios.

3.2 A OCUPAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ITABERÁ

A organização social baseada no latifúndio, com domínio político e econômico exercido pelos Coronéis, causou segregação social e concentração de riqueza, sobrando apenas terras da cúria para a ocupação pela população de baixa renda. Foi justamente nessas terras, que o processo de urbanização da cidade se iniciou, e encontramos até hoje distritos e bairros rurais ocupando terras públicas ou da igreja sem que sua ocupação tenha sido regularizada.

No município de Itaberá, a estrutura urbana da cidade se definiu como foi anteriormente observado, também devido às necessidades de defesa. E, as preocupações com a defesa também se evidenciam pelo fato de seu núcleo habitacional ter sido construído em uma colina, com vista para as áreas que permitem o acesso principal ao norte. O Rio Lavrinhas serviu de anteparo natural deste caminho.

A morfologia urbana (figura 10 mostra a malha urbana de Itaberá) se apresenta em malha de tabuleiro de xadrez; as quadras subdivididas em terrenos de frentes estreitas e comprimento extenso. A estrutura urbana foi organizada a partir de uma praça central, onde foi construída a igreja matriz, com a entrada principal voltada para o nascente. A matriz se localiza ao lado da primeira construção para fins administrativos do município, a Câmara Municipal, obedecendo aos critérios de organização territorial e administrativa luso-brasileira.

Os primeiros bairros fora do perímetro do centro foram Vila Cruzeiro e Vila Dom Silvío, originados a partir de ocupação destituída de critérios urbanísticos. Na década de 70, foi construída a Vila Bandeirantes, com financiamento do governo de Paulo Maluf, e neste bairro, já se nota a previsão de área verde e área industrial às margens do Rio Lavrinhas, em local menos favorecido pela topografia.

Na década de 80, surgiram inicialmente o Jardim Rossi, e posteriormente o Jardim Carolina (loteamento clandestino implantado pelo proprietário do terreno) e o Jardim Espanha, implantado pela Prefeitura Municipal em terreno doado pelo proprietário. Esses loteamentos admitem critérios urbanísticos, como ruas largas, grandes raios de curvatura nas esquinas e terrenos de 10,00 m de frente por 25,00 m de profundidade. As áreas verdes continuam renegadas aos lugares menos favorecidos pela topografia.

Nos anos 90, a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU) financiou a construção dos conjuntos habitacionais do Jardim Santa Inês I, II e III. Nota-se, neste caso a existência de área verde, área de lazer e área institucional com lotes de 250 m² e traçado viário com ruas organizadas hierarquicamente.

O programa da CDHU não contemplou investimentos em infra-estrutura, que ficaram a cargo do Município. As dificuldades de financiamento foram sanadas apenas em 2004, com a construção do conjunto habitacional do Jardim Santa Inês IV. Nessa fase, foram destinadas verbas da CDHU para construção da rede de abastecimento de água, da rede coletora de esgoto, rede elétrica e iluminação pública, sistema de drenagem superficial e pavimentação das vias.

Os investimentos na área rural são, e sempre foram escassos, quase sempre concentrados na manutenção das estradas rurais geralmente a cargo do Governo Municipal.

Desde 1998, o estado vem investindo na recuperação dessas estradas, através do Programa Melhor Caminho da Companhia de Desenvolvimento Agrícola do Estado de São Paulo (CODASP), porém apenas recentemente esse programa atendeu Itaberá. Os bairros rurais, localizados em sua maioria em áreas da Mitra Diocesana de Itapeva, possuem carência de infra-estrutura urbana e ocupação sem critérios urbanísticos, com a população vivendo em condições precárias.

Em Itaberá, esse problema se agravou ao longo das décadas anteriores uma vez, que o município não passou pelo intenso processo de urbanização ocorrido no Brasil na década de 70.

A maior parte da população ainda está nas áreas rurais (cerca de 60% da população total). O acesso a esses núcleos habitacionais é, na maioria das vezes, realizado por meio de estradas rurais sem pavimentação. Essa população se dedica a agricultura de subsistência e ao trabalho de bóia-fria nas épocas de colheita.

O município de Itaberá está localizado à margem dos principais eixos viários da Região Sudoeste do Estado (figura 12), estando entre a SP – 270 Rodovia Raposo Tavares, ligação ao oeste do estado e a SP – 258 Rodovia Francisco Alves Negrão, ligação ao norte do Paraná que tem Ponta Grossa como principal centro urbano. Porém, a região se localiza entre dois portos exportadores importantes, Santos e Paranaguá, o que facilita o escoamento da produção agrícola local. Entretanto, o trecho que liga Itaberá a SP – 258, na principal rodovia de acesso, a Rodovia Eduardo Saigh (SP – 249) possui pista simples, sem acostamento, sinalização precária e é dotado de um sinuoso e perigoso traçado. Esse trecho somente foi pavimentado na década de 70, seguindo o traçado original da estrada de terra até então existente.

A tabela a seguir mostra o volume de tráfego das estradas da região e serve como base para avaliar os níveis de integração da região às demais do estado. A tabela permite analisar as Rodovias SP – 280 (Castelo Branco) em Tatuí e a SP – 270 (Raposo Tavares) em Itapetininga, importantes rotas de acesso a região a partir da Capital. Dentro da região estudada coletamos os dados da SP – 258 (Francisco Alves Negrão) em Itapeva e SP – 249 (Eduardo Saigh) em Itaberá.

Conforme demonstra a tabela 06 o volume diário médio de tráfego nos municípios de Itaberá e Itapeva é muito abaixo do volume registrado em Tatuí e Itapetininga, demonstrando claramente a precária integração da região com as demais regiões do Estado.

RODOVIA	LOCALIDADE	VOLUME DIÁRIO MÉDIO DE TRÁFEGO
SP – 280	Tatuí	20.580
SP – 270	Itapetininga	11.895
SP – 258	Itapeva	2.478
SP – 249	Itaberá	1.630

Tabela 06 – Volume Diário Médio de Tráfego (2005)

Fonte: Departamento de Estradas de Rodagem (D.E.R.)

3.3 ASPECTOS FÍSICOS E AMBIENTAIS DO MUNICÍPIO DE ITABERÁ

- **RELEVO**

O Município de Itaberá está localizado na Depressão Periférica, na zona do Paranapanema entre as Cuestas Basálticas e o Planalto Atlântico. Nessa província geomorfológica, a topografia é pouco acidentada com declividades predominantes de 6% a 12% e altitudes variando entre 500 m nas proximidades do Rio Verde e 896 no topo dos morros mais amplos no sul do Município (vide figura 13). Na área urbana, a altitude é de 615 m no ponto em que se localiza a igreja matriz. A formação geológica predominante no município é do Grupo Itararé.

UNIDADE DE RELEVO	ÁREA (KM ²)	PORCENTAGEM (%)
Colinas Médias	479,87	44,23
Morrotes Alongados e Espigões	389,14	35,94
Morros Amplos	137,67	12,71
Colinas Amplas	43,06	3,98
Planícies Aluviais	34,03	3,14
TOTAL	1.083,77	100

Tabela 07 – Unidade de Relevô do Município de Itaberá

Fonte: IPT (2006)

As unidades de relevo predominantes em Itaberá, segundo estudo do IPT são de colinas médias (declividade predominante de até 12%), morrotes alongados e espigões (declividade predominante superior a 12%).

- **MEIO AMBIENTE**

Segundo estudo do IPT (2006), existem vários processos de alteração do meio físico que podem gerar degradação ambiental. Como exemplo, podemos citar:

- 1) A aceleração do processo erosivo e ocorrência de escorregamentos (solo e rocha);
- 2) Aumento de áreas inundáveis ou de alagamento;
- 3) Ocorrência de subsistência do solo;
- 4) Diminuição da infiltração de água no solo;
- 5) Contaminação do solo e das águas superficiais e subterrâneas.

Ainda segundo estudo do IPT, poder-se-ia utilizar terrenos considerados impróprios para ocupação, desde que fossem empregados recursos tecnológicos que viabilizassem essa ocupação. Também se deveria levar em conta as variáveis socioeconômicas e a relação custo-benefício desse empreendimento.

A grande extensão territorial do município de Itaberá (1.083,77 km²) potencializa os problemas ambientais. Ao analisar o mapa de declividade é possível explicar a existência de processos erosivos isolados, principalmente nas áreas de pastagens assumindo formas de sulcos e boçorocas causados com a retirada da cobertura vegetal natural (IPT).

A utilização do solo e de pivôs de irrigação sem nenhum controle eleva o consumo de água dos rios diminuindo seu volume. Não é difícil encontrar entre os moradores mais antigos da cidade, aqueles que alertam para a diminuição do volume de água do Rio Lavrinhas que corta a cidade, e é responsável pelo abastecimento de água. Estes são apenas exemplos de degradação ambiental de pequena monta. A figura 14 mostra os pontos de pivôs que são utilizados no município.

Guardando as devidas proporções, nota-se uma pressão social e do mercado imobiliário para ocupação das áreas de preservação permanente, principalmente ao longo dos cursos d'água que cortam a cidade. Na área rural não é diferente, e as pressões ocorrem para aumento das áreas de plantio, tendendo a gerar a ocupação dessas áreas.

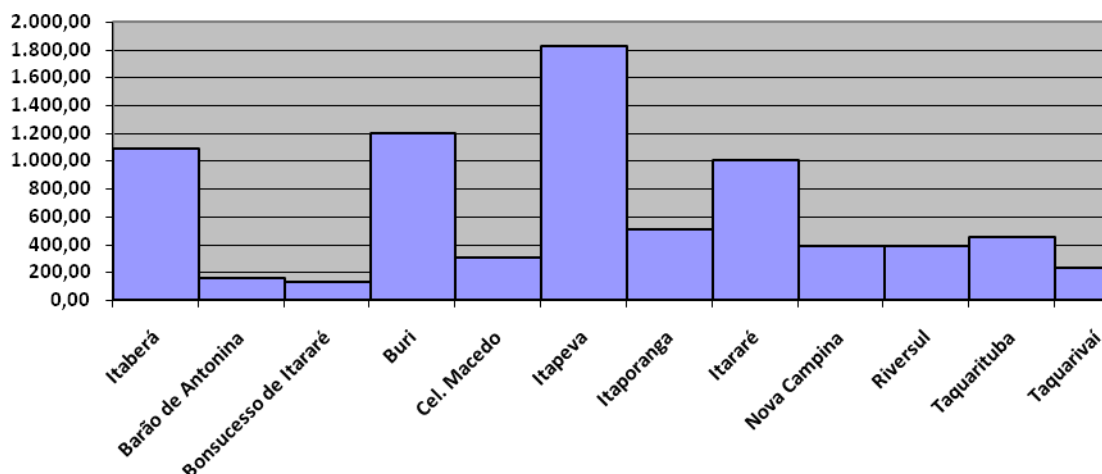


Gráfico 08 – Áreas dos Municípios da Microrregião de Itapeva em km²
 Fonte: SEADE (www.seade.gov.br acessado em junho de 2009).

Outros problemas ambientais também podem ser citados, como o uso indiscriminado de agrotóxicos contaminando os mananciais, algumas vezes até mesmo em áreas próximas ao centro urbano. Nos últimos anos o Ministério Público investiga esses casos e tenta coibir os abusos.

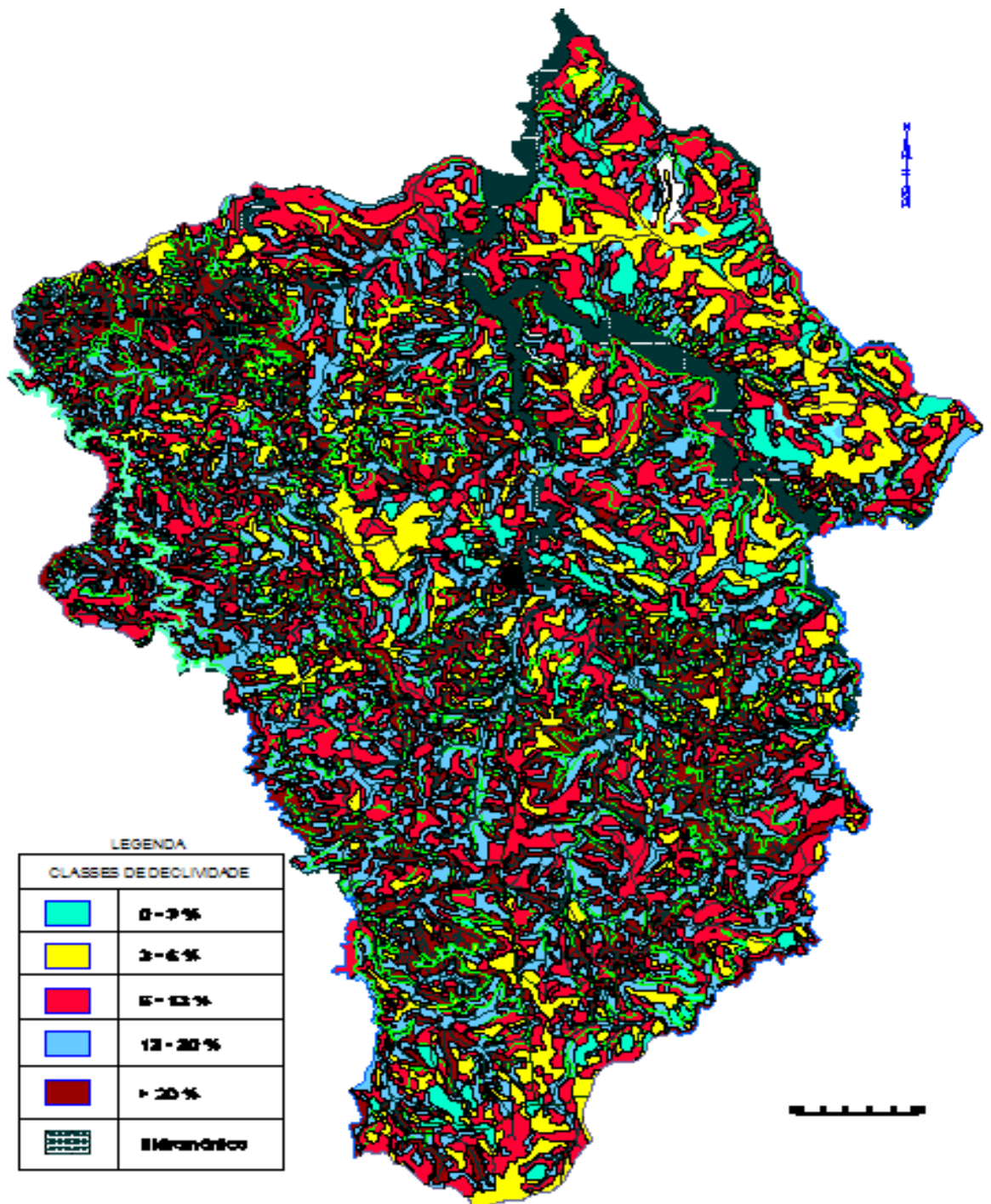
O processo de beneficiamento de grãos com secadores e silos de armazenamento, alguns deles muito próximos a cidade, geram também pendências judiciais e prejudicam as condições de saúde dos habitantes.

Na área urbana há cinco áreas sujeitas a inundações (Barra Funda, Vila Santa Maria, Vila Esperança, Vila do Sapo e Jardim Rossi) representando cerca de 60 famílias expostas às conseqüências de escorregamentos, e outras duas áreas (Estrada Velha e Vila Dom Silvio) representando mais 35 famílias. A primeira vista, esses problemas são de pequeno porte, porém representam grande volume de recursos e investimento, comparativamente ao orçamento municipal que é de R\$ 14.000.000,00 para o próximo ano.

Na cidade não há coleta seletiva de lixo, no entanto, está em vias de implantação, utilizando-se recursos estaduais. O aterro sanitário apesar de não ser um dos piores da região, ainda não é o ideal em termos ambientais.

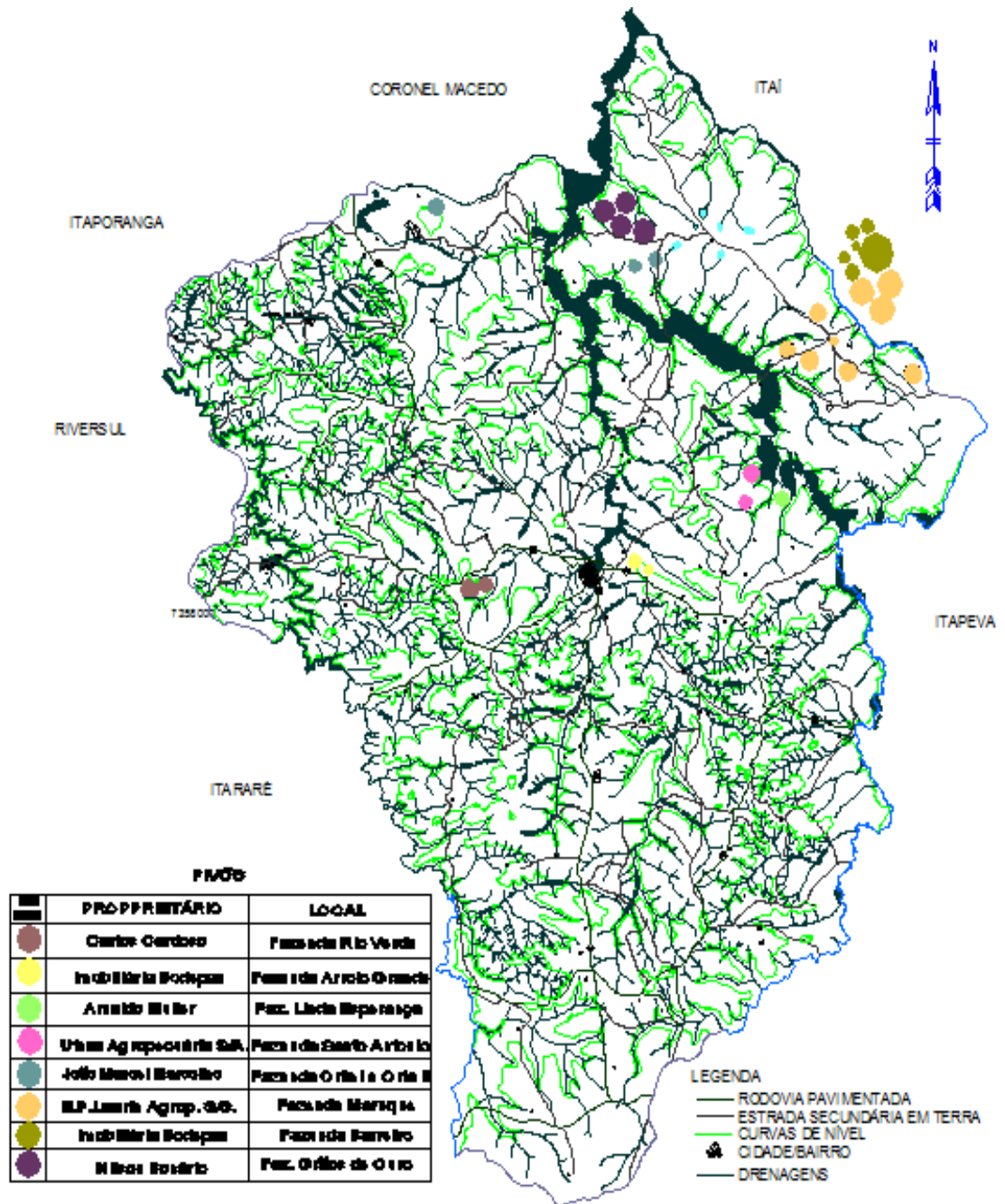
Não há legislação ambiental de esfera municipal, e a legislação federal que estabelece as áreas de preservação permanente, como áreas de várzeas e de mata ciliar, tanto nas áreas rurais como nas áreas urbanas, sofre ainda com a especulação imobiliária e a falta de fiscalização.

FIGURA 13 – MAPA DE DECLIVIDADE DO MUNICÍPIO DE ITABERÁ



Fonte: Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo

FIGURA 14 – LOCALIZAÇÃO DOS PIVOS DE IRRIGAÇÃO NO MUNICÍPIO DE ITABERÁ



Fonte: Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo

As novas regras do município verde, programa desenvolvido pelo governo estadual, e que não qualificou nenhum município da região para obtenção do selo verde, são a grande esperança para essas áreas. Além dessas iniciativas, o Município somente consegue atuar na área ambiental com apoio do estado, tanto nas ações de fiscalização como nas ações de financiamento de investimentos em obras que podem diminuir a degradação ambiental (em 2006 as obras de desassoreamento do Rio Lavrinhas foram executadas em parceria com o governo do estado).

Nos últimos anos, nota-se um corte desenfreado de árvores na área urbana sem qualquer critério, e as justificativas para esse procedimento são de que as árvores cortadas não são adequadas para o ambiente urbano, provocando destruição de calçadas, muros e comprometendo a rede de energia elétrica. Porém, não há política municipal para substituir essas árvores por espécies adequadas, e a população local está sofrendo com a falta de áreas verdes e parques urbanos.

3.4 ASPECTOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DO MUNICÍPIO DE ITABERÁ

- **ECONOMIA**

A economia se baseia principalmente no setor de serviços, cuja participação no total do valor adicionado representa 56,63 % (ainda assim abaixo da média estadual que é de 66,46%) e no setor agropecuário, que representa 34,30% do total do valor adicionado. No estado, esse setor representa apenas 1,84%. A participação da indústria no total do valor adicionado é de 9,07% contra 31,70% na média estadual. O índice de desenvolvimento humano é de 0,73, e o grau de urbanização é de apenas 58%, muito abaixo da média nacional. (SEADE, 2005)

Os dados econômicos disponíveis na fundação SEADE mostram que 24,31% dos empregos municipais são gerados pelas atividades agropecuárias. Em levantamento feito pelo IPT (2006) para a elaboração do Plano Diretor para o Município, nota-se que 34,41% da área do município é formada pela classe de uso do solo denominada de campo antrópico / pastagem (área de pecuária para produção de leite ou para gado de corte).

Outros 36,36% são destinados a culturas temporárias (áreas de cultivo de feijão, milho, trigo, soja e aveia, de forma rotativa ao longo do ano) e 23,23% consiste de área de mata, compreendendo tanto a mata nativa, primária ou secundária com área representativa e contínua na escala de trabalho, como também matas ciliares, representadas pela vegetação arbórea e arbustiva localizada ao longo das drenagens.

Ainda, em relação aos dados econômicos disponíveis na fundação SEADE, notamos grande quantidade de empregos no setor terciário ou de serviços, um percentual de 46,98%; dados compatíveis com processos de desenvolvimento. Porém, no caso de Itaberá, isso indica que o setor público ainda é o maior empregador, pois o setor privado não é representativo.

O setor primário também é grande gerador de empregos. Ainda conforme os dados da SEADE (2005), esse setor representa 24,31% dos empregos municipais. Considerando os dados de uso e ocupação do solo, poderíamos esperar maior participação desse setor na economia, porém a mecanização elevada das grandes propriedades e a agricultura de subsistência praticada nas pequenas propriedades faz com que o número de empregos nesse setor não seja representativo, sofrendo também com a sazonalidade das culturas temporárias.

Há processos junto ao Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) para obtenção de autorização de pesquisa para exploração de mineral de argila, argila refratária e argila turfa. As explorações de areia estão na fase de licenciamento, porém essas atividades representam ações localizadas e pontuais no Município.

Esses dados também se refletem na renda da população local. Em pesquisa patrocinada pelo IPT para elaboração do plano diretor municipal, verificou-se que 40% das pessoas possuem renda de 1 salário mínimo e que 80% recebem até 3 salários mínimos, podendo-se concluir que o grande número de empregos no setor primário é decorrente de serviços de baixa qualificação, sujeitos a ciclos de sazonalidade da produção agrícola.

Ainda na pesquisa do IPT, nota-se que uma das maiores dificuldades encontradas pelos moradores é o acesso ao treinamento e qualificação profissional, principalmente para as faixas de menor renda, encontrando-se como segunda maior preocupação da população, a saúde.

O setor comercial é um dos mais organizados, a Associação Comercial apesar dos problemas de capital social e de participação coletiva enfrentados, consegue relativa organização. O município está bem servido de lojas, supermercados, farmácias, drogarias, bares, padarias e todo tipo de comércio básico, porém a ausência de concorrência provoca elevação dos preços no varejo e atendimento precário ao consumidor. Quanto maior a necessidade de produtos específicos, maior é a necessidade de deslocamento para outras regiões. O comércio atacadista é inexistente no município.

O governo municipal elaborou um programa baseado em treinamento de mão-de-obra e incentivos fiscais para a indústria de confecção, que possibilitou a geração de muitos empregos nos dois últimos anos. Porém, esses empregos ainda exigem qualificação mínima e oferecem baixa remuneração. Ainda, nesse setor é grande a dependência de mão-de-obra qualificada externa ao município.

- **EDUCAÇÃO**

A estruturação relativamente recente do ensino fundamental e médio no município fez com que sejam mascarados os índices alarmantes de baixa escolaridade entre a população de Itaberá. Índices muito piores do que a média estadual; pode-se citar como exemplo que 80,63% da população de 25 anos ou mais possuem menos de 8 anos de estudo ou ainda, que a média de anos de estudo da população entre 15 e 65 anos é de apenas 5,35 (informações da fundação SEADE, em pesquisa realizada no ano de 2000). Ambos os índices estão muito aquém dos encontrados no estado, respectivamente de 55,55% e 7,64 anos.

A retórica local justifica o fato, alegando oferta insuficiente de ensino técnico e superior, principalmente nas áreas em que prevalece o interesse local voltado à agropecuária. O desenvolvimento desses cursos permitiria uma melhor capacitação e ingresso no mercado de trabalho em melhores condições de disputa de vagas.

Essa ausência de formação superior e técnica local obriga a grandes deslocamentos para dar continuidade à formação, ficando esse acesso limitado às pessoas com melhores condições financeiras, o que gera desmotivação de muitos que percebem renda menor a continuar seus estudos.

A procura pela continuidade dos estudos e a falta de emprego e de possibilidades no mercado de trabalho local e regional colaboram para que os jovens que se afastem, e que dificilmente voltem após a conclusão dos seus estudos, colaborando ainda mais para a verificação dos baixos índices de escolaridade registrados no município. Porém, essa afirmação deve ser feita com ressalvas, pois segundo Veiga:

“esse tipo de “êxodo rural” é um sinal de desenvolvimento (mesmo que insatisfatório), e não de “atraso” ou “decadência”, como é comum que se pense.” (VEIGA, 2005, p.8).

O êxodo dos jovens e das pessoas mais instruídas além de contribuir para a estagnação econômica colabora também para as baixas taxas de crescimento demográfico registradas no município.

- **SAÚDE**

O índice de mortalidade infantil é de 4,18 por mil, muito abaixo dos 13,09 registrados no estado. Isso é explicado devido a implantação de programas sociais que estimulam o pré-natal, porém a taxa de mortalidade na infância é de 42,40 por mil, muito acima dos 15,59 registrados no estado, o que é explicado pelas precárias condições do sistema de saúde municipal.

O município oferece apenas atendimento básico em postos de saúde, casos mais complexos precisam ser transferidos para centros maiores que contam com hospitais regionais, como Sorocaba, Jaú e Botucatu. Esses deslocamentos cobrem distâncias de cerca de 200 km com transporte financiado pela municipalidade.

Alguns exames laboratoriais simples podem ser realizados no município, porém via de regra, também há necessidades de deslocamento relativamente grandes para exames de complexidade maior.

Não só o atendimento público da saúde sofre com a falta de infraestrutura e profissionais para consultas médicas ou exames laboratoriais, o atendimento particular também é afetado e obriga mesmo as pessoas das classes mais altas a grandes deslocamentos, quando há necessidade de atendimento de maior

complexidade. Os planos de saúde também sofrem com a necessidade de deslocamentos, limitando sua eficácia como sistema de saúde complementar ao sistema público.

Na política municipal de saúde não há prioridade para setores preventivos como vigilância sanitária ou epidemiológica. A atuação nestas áreas está limitada as necessidades impostas pelo estado ou pela União atreladas às exigências para liberação de verbas ou dependência dessas liberações para essa atuação. Finalmente, a sociedade civil não está organizada de maneira eficiente para que haja cobrança desses serviços.

- **ORGANIZAÇÃO SOCIAL**

Para análise deste tópico, utiliza-se o conceito de capital social. O capital social estuda a formação de redes entre os diversos atores presentes em uma sociedade e ajuda a estudar as influencias sociais que eles exercem no desenvolvimento econômico.

“A densidade das redes que se estabelecem entre o poder publico local, as e a sociedade civil e, principalmente, a qualidade das redes entre essas formas intermediarias de coordenação, é que nos da uma medida do estoque de capital social existente em um determinado território.” (MULS, 2008, p.13 e 14).

Em Itaberá, a sociedade civil está pouco organizada, existem poucas associações sociais comunitárias ou sindicais atuantes, e elas esbarram na dificuldade de organizar as pessoas na busca de uma atuação em conjunto para solução dos problemas de interesse comum.

Os conselhos municipais dependem e sofrem grande influencia do poder público, e são, na maioria das vezes, órgãos que não tem atuação prática.

A sociedade espera do poder público uma atuação paternalista, podemos citar vários exemplos de formas dessa atuação, que vão desde o fornecimento de transporte gratuito para os doentes até a pressão popular para remoção de entulho. Em pesquisa do IPT para elaboração do plano diretor, a maioria das pessoas respondeu que tem pouca influencia para tornar sua cidade um lugar melhor para viver.

As poucas ações sociais verificadas no município quase sempre estão ligadas a estruturas de cunho religioso, enraizadas na igreja católica, protestante ou no espiritismo.

A ausência de capital social está relacionada às precárias condições sociais que vão desde a presença de um mercado de trabalho que oferece poucas oportunidades e baixa renda até os baixos índices de escolaridade registrados, pode-se concluir claramente que a vulnerabilidade econômica colabora intensamente para o escasso desenvolvimento do capital social.

• INFRA-ESTRUTURA

Apesar da localização estratégica entre dois importantes portos aduaneiros brasileiros, a malha viária não é desenvolvida e o município sofre também com problemas de telecomunicações que dificultam sua integração com o resto do estado.

Os programas de repasse de recursos principalmente, do governo federal de infraestrutura urbana farão com que praticamente, todas as vias públicas do município sejam pavimentadas até o final de 2010. Muitas vias dos bairros rurais começarão a ser pavimentadas no mesmo período. Outros programas do setor de energia elétrica fizeram com que a totalidade da cidade, e várias áreas rurais conseguissem iluminação pública.

Infelizmente, nota-se que esses investimentos são realizados respeitando critérios eleitorais. Há pouco investimento em galerias de águas pluviais, rede coletora de esgoto, abastecimento de água e habitação. Não há integração entre as diversas esferas de governo para que haja uma política de investimento em infraestrutura tecnológica e de comunicação ou que garanta investimentos na melhoria do sistema educacional, possibilitando assim a integração às demais áreas do estado e permitindo o chamado crescimento endógeno local.

Outros itens de infraestrutura também se fazem presente, 92% do esgoto produzido no município é coletado e tratado em sua totalidade, todos os domicílios do município são atendidos com coleta de lixo e destinados ao aterro sanitário, 98 % dos domicílios possuem rede pública de abastecimento de água e 85 % deles tem

espaço suficiente; todos os dados estão disponíveis na Fundação SEADE em pesquisa realizado no ano de 2000.

O déficit habitacional ainda é grande, em concurso público realizado em 2004 para a distribuição de cerca de 100 unidades habitacionais da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo (CDHU) construídas no município, foram credenciadas mais de 600 interessados. Não há política de investimento na área habitacional, somente agora no final de 2008 é que, com a ajuda de programa do governo federal e por imposição deste governo, o plano habitacional municipal está sendo desenvolvido para suprir essa ausência.

- **LAZER**

O sistema de lazer do município está baseado em uma rede de campos de futebol, tanto na área rural como na área urbana, e quadras de esportes cobertas na área urbana.

Existem muitos conflitos nos locais de prática de esportes ou de atividades sociais, como bailes encravados em áreas residenciais; a falta de legislação de zoneamento adequada é uma das explicações para esses problemas que estão sendo discutidos em processos judiciais.

Não há projetos de implantação de parques urbanos prevendo atividades sociais e áreas verdes destinadas à população local, as poucas iniciativas estão previstas no Plano Diretor, porém, a falta de cobrança da sociedade e o descaso das autoridades não permitem nutrir grandes esperanças quanto à implantação dessas áreas.

4 INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO REGIONAL E MUNICIPAL

4.1 PLANOS REGIONAIS

O planejamento imposto de cima para baixo pelo governo central por meio da regulação do mercado criou desequilíbrios econômicos e desigualdades regionais que atinge a esfera socioeconômica.

Por essa razão, uma visão regionalizada fundamentada nas características e necessidades locais, e a integração entre estas e a economia globalizada vem alimentando as políticas federais de planejamento e de desenvolvimento econômico. Essa busca tem como objetivo principal o incentivo ao desenvolvimento socioeconômico equilibrado entre as diversas regiões do país.

As mudanças presentes no sistema capitalista, e o processo de globalização mesmo desde os anos oitenta, bem como a política econômica liberal evidenciam as dificuldades do planejamento centralizado e dos padrões tecnológicos até então existentes. O reconhecimento desses problemas forneceu “grandes linhas em que passam a se inspirar as ações que visam às reestruturações econômicas e territoriais”. (RÜCKERT, 2005, p.80).

Ao mesmo tempo em que o município ganha enormes poderes para definir o seu futuro, vê-se acuado diante dos desafios a vencer. O crescimento da necessidade dos municípios, de garantir os direitos básicos aos cidadãos previstos na Constituição Federal tais como habitação, transporte, saúde, educação, trabalho e lazer vem gerando novas demandas ao poder municipal.

Segundo Cruz (2002), a maioria dos municípios brasileiros é de pequeno ou médio porte e exige ações integradas para solução de seus problemas. Esses municípios, principalmente os de porte médio¹, estão ganhando importância à medida que os instrumentos legais conferiram responsabilidades cada vez maiores à instância municipal.

Nesse sentido, segundo Steinberger e Bruna:

“As cidades médias vêm assumindo o papel de elo urbano-regional que lhes confere o papel de núcleos estratégicos da rede urbana brasileira, na medida em que congregam as vantagens do estar aglomerado no espaço urbano e a possibilidade de estarem articuladas a um espaço regional.” (STEINBERGER e BRUNA, 2001, p.71)

¹ Na definição de cidades de porte médio aqui se utiliza os critérios demográficos que classificam essas cidades como tendo de 100 mil a 500 mil habitantes.

Essa possível relação entre as cidades de porte médio e o espaço urbano-regional enquanto formador de redes define tendências, em curso no quadro de transformações territoriais. Essas transformações “parecem atribuir uma maior visibilidade à questão regional e valorizar um maior protagonismo por parte das comunidades organizadas em uma base territorial (cidades e regiões)” (FERRÃO, *apud* BRAGA, 2005: p.2250).

Desse modo, identificam-se os contornos de uma “nova ação estratégica de emancipação de base territorial, que tende a fortalecer a capacidade dos diferentes territórios para constituírem-se como protagonistas ativos dos processos de desenvolvimento”(FERRÃO, *apud* BRAGA, 2005, p.2250).

Pode-se observar que no Estado de São Paulo a maior parte das cidades de porte médio localiza-se no entorno da Grande São Paulo, com exceção das cidades localizadas no setor sudoeste (regiões de Campinas, Sorocaba, Vale do Paraíba), concentrando-se em menor volume, na porção central do Estado.

Este quadro, conforme Braga (2005) se justifica pelo processo de desconcentração industrial ocorrido no Estado, principalmente nas décadas de 1970 e 1980, quando houve um arrefecimento da concentração econômica na Grande São Paulo e sua realocação nas regiões do entorno metropolitano (principalmente nas regiões de Campinas, São José dos Campos, Baixada Santista e Sorocaba). Essa dinâmica foi denominada por Azzoni (1986) de “desconcentração–concentrada”, pois a dispersão da indústria se dá, de maneira concentrada, apenas nas regiões mais dinâmicas, e não no território paulista como um todo.

Nesse contexto, define-se uma nova realidade urbana para o interior paulista, na qual os problemas antes exclusivos das áreas metropolitanas passam a se apresentar também nas cidades médias, o que implica a necessidade de novos instrumentos de ordenação e gestão territorial urbana, que demandam uma abordagem regionalizada do problema.

No processo de desconcentração industrial as cidades que possuíam vantagens de localização receberam um fluxo de pessoas e recursos que promoveram seu desenvolvimento econômico (NOGUEIRA, 1997). As demais cidades do estado com base econômica eminentemente agrária não desfrutaram desse processo. Na região de estudo, Sorocaba absorveu esses recursos industriais e exerceu poder atrativo sobre as demais cidades, algumas a mais de 200 km daquele centro urbano.

Atualmente os municípios que não absorveram os recursos advindos do processo de desconcentração industrial, devido à fragilidade de sua própria atividade industrial, veem no desenvolvimento do setor de prestação de serviços uma forma de promover o crescimento econômico.

Nestes últimos anos, de 2007 a 2009, foram criados mais de 400 empregos em Itaberá, no setor de confecções, de prestação de serviços à produção industrial desconcentrada, o que acarretou a terceirização da mão-de-obra organizada em Arranjos Produtivos Locais.

O crescimento desses setores não é suficiente para atender às demandas de regiões fundamental e tradicionalmente agrárias, somado ao fato de que a presença de grandes extensões de terras hoje mecanizadas faz com que o emprego formal nesse setor da economia não represente números significativos. A falta de qualificação da mão-de-obra é um fator expressivo na composição do quadro de emprego e de trabalho, sendo que grande parte dos trabalhadores rurais executam trabalho temporário, em colheitas e serviços.

Revela-se, portanto, a incapacidade dos mencionados setores de solucionar todos os problemas decorrentes do crescimento urbano e ao mesmo tempo de atender às demandas por direitos, bem como garantir as instâncias constitucionais dos cidadãos que colaborem para o incentivo de ações conjuntas e integradas contando com a participação social.

Neste contexto, surge como alternativa a participação dos municípios, entre eles Itaberá, em Conselhos, Consórcios e Associações de Municípios que tenham como princípio o Desenvolvimento Regional, associações estas que devem ser disciplinadas com vistas ao atendimento dessas novas demandas sociais.

Outro ponto importante é delimitar essa abrangência regional, o que significa responder se os municípios devem ser agrupados de acordo com uma identidade regional, “apoiada em elementos históricos, culturais, econômicos ou ambientais que diferenciem a região”, (BANDEIRA, 2006) ou quais critérios essa delimitação deve obedecer.

Ainda segundo Bandeira:

“[...] pode-se propor algumas orientações práticas para delimitação de regiões:

a. A delimitação deve basear-se na identificação de redes de articulação regional já existentes;

- b. Devem ser aproveitados elementos simbólicos capazes de contribuir para o fortalecimento de uma identidade da região;
- c. Além disso, a abrangência territorial da região deve assegurar que seja alcançado um patamar mínimo de densidade institucional.” (BANDEIRA, 2006, p.4).

A cooperação intermunicipal através de Consórcios ou Conselhos Regionais em Itaberá sofre influências políticas e sociais, entre estas a desconfiança desencadeada entre os diversos representantes e atores municipais devido a posições políticas com objetivos divergentes, até desconfiança relativa ao sistema de gestão financeira e aporte de capital para investimento.

O objetivo principal desses instrumentos de políticas de integração regional é a articulação de diversos atores locais, permitindo ao poder público implementar políticas de desenvolvimento regional com o apoio social.

Esses conselhos devem se constituir em órgão consultivo e deliberativo, tornando-se um importante interlocutor entre o governo e a sociedade, entretanto as dificuldades apontadas são reais e estão longe de serem resolvidas, minimizando a eficácia de Consórcios e Conselhos Regionais.

Existem outros instrumentos de gestão pública para solução de problemas no âmbito municipal com abordagem regional. Podem-se citar os fóruns regionais e os consórcios intermunicipais (gestão associada de serviços públicos).

Todos esses instrumentos propiciam alternativa de ganho de escala para a implementação de políticas públicas, uma vez que os problemas ultrapassam as fronteiras municipais.

Como exemplo, de problemas que ultrapassam essas fronteiras é possível mencionar a manutenção de estradas rurais que atravessam vários municípios e são responsáveis pelo escoamento da produção agrícola. No caso de Itaberá, há um consórcio com outros municípios para a compra e manutenção de “patrulha rodoviária”, isto é, máquinas responsáveis pela manutenção das estradas rurais.

As vantagens competitivas dessa nova abordagem não se restringem apenas ao ganho de escala proveniente da concentração da produção em uma determinada região, mas a sinergia entre as ações no objetivo de evitar a dispersão de seus esforços e os recursos disponíveis são pontos importantes da atuação conjunta dos municípios.

Para a efetiva concretização dessas ações em prol do desenvolvimento regional é preciso estabelecer diretrizes, tais como, por exemplo, interesses comuns entre os municípios, disposição para cooperação, superação de problemas político-partidários, a existência de uma identidade regional, a proximidade física e facilidade de comunicação (TREVAS, 2004, p.2).

Todas essas diretrizes de gestão pública devem ir ao encontro da política estadual de desenvolvimento regional, no objetivo de não somente desconcentrar seus órgãos, mas também descentralizar as decisões.

O incipiente desenvolvimento de políticas de articulação em nível regional vem sendo fator decisivo para a insuficiente articulação e integração dos territórios brasileiros, e a Constituição Federal de 1988 “[...] não estabelece instrumentos institucionais adequados a cooperação intergovernamental” (TREVAS, 2004, p.3).

A perspectiva de maior articulação entre o nível federal e o âmbito municipal começou a ter maior importância com a Lei dos Consórcios que está vinculada a Emenda Constitucional nº 19 de 1998²², que disciplina a cooperação entre os entes federativos autorizando a gestão associada de serviços públicos.

Com base na articulação com o âmbito federal é possível assinalar a atuação do Governo Federal na Região Sudoeste do Estado de São Paulo (através dos Ministérios da Assistência Social, Saúde, Educação, Planejamento, Agricultura, Cidades e Integração). Com o objetivo de unificar tais políticas federais interministeriais e municipal-regionais o Governo Federal criou o programa Território da Cidadania, que deve receber cerca de R\$ 107,2 milhões de reais para investimento em quinze municípios (Barão de Antonina, Bonsucesso do Itararé, Buri, Capão Bonito, Coronel Macedo, Guapiara, Itaberá, Itapeva, Itaporanga, Itararé, Nova Campina, Ribeirão Grande, Riversul, Taquarituba e Taquarivaí).

Estes quinze municípios mais Ribeirão Branco (figura 13) que se associou em 2009, fazem parte do CONSAD (Consórcio de Segurança Alimentar e

2 A emenda constitucional nº 19 de 1998 estabelece o seguinte: “A União, os Estados, O Distrito Federal e os Municípios disciplinarão por meio de lei os consórcios públicos e os convênios de cooperação entre os entes federados, autorizando a gestão associada de serviços públicos, bem como a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais á continuidade dos serviços transferidos.”

Desenvolvimento Local), e as ações previstas são de fortalecimento das cadeias produtivas sub-regionais e modernização do setor público municipal.

O CONSAD prevê e incentiva a economia solidária, tendo como base o setor de serviços e de produção artesanal baseado no pequeno empreendedor. Também, incentiva a agricultura familiar e fortalece as associações entre produtores e consumidores, especialmente a formação de cooperativas.

No Sudoeste Paulista os primeiros programas que envolvem agricultura familiar e produção de hortifrutigranjeiros estão em fase inicial de implantação.

Segundo o Ministério do Trabalho (2009), economia solidária é o conjunto de atividades econômicas de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito, organizadas sob a forma de autogestão³. Pode-se concluir que essa concepção envolve características como cooperação, autogestão, economia e solidariedade entre os envolvidos em um sistema econômico de produção e no caso regional voltado para a agropecuária principalmente.

A economia solidária prevê a propriedade coletiva dos meios de produção e gestão democrática, atuação em cooperação e trocas baseadas na solidariedade com acesso ao microcrédito. Estes são importantes instrumentos desse sistema econômico (KLEIMANN, 2006).

Ainda segundo Kleimann:

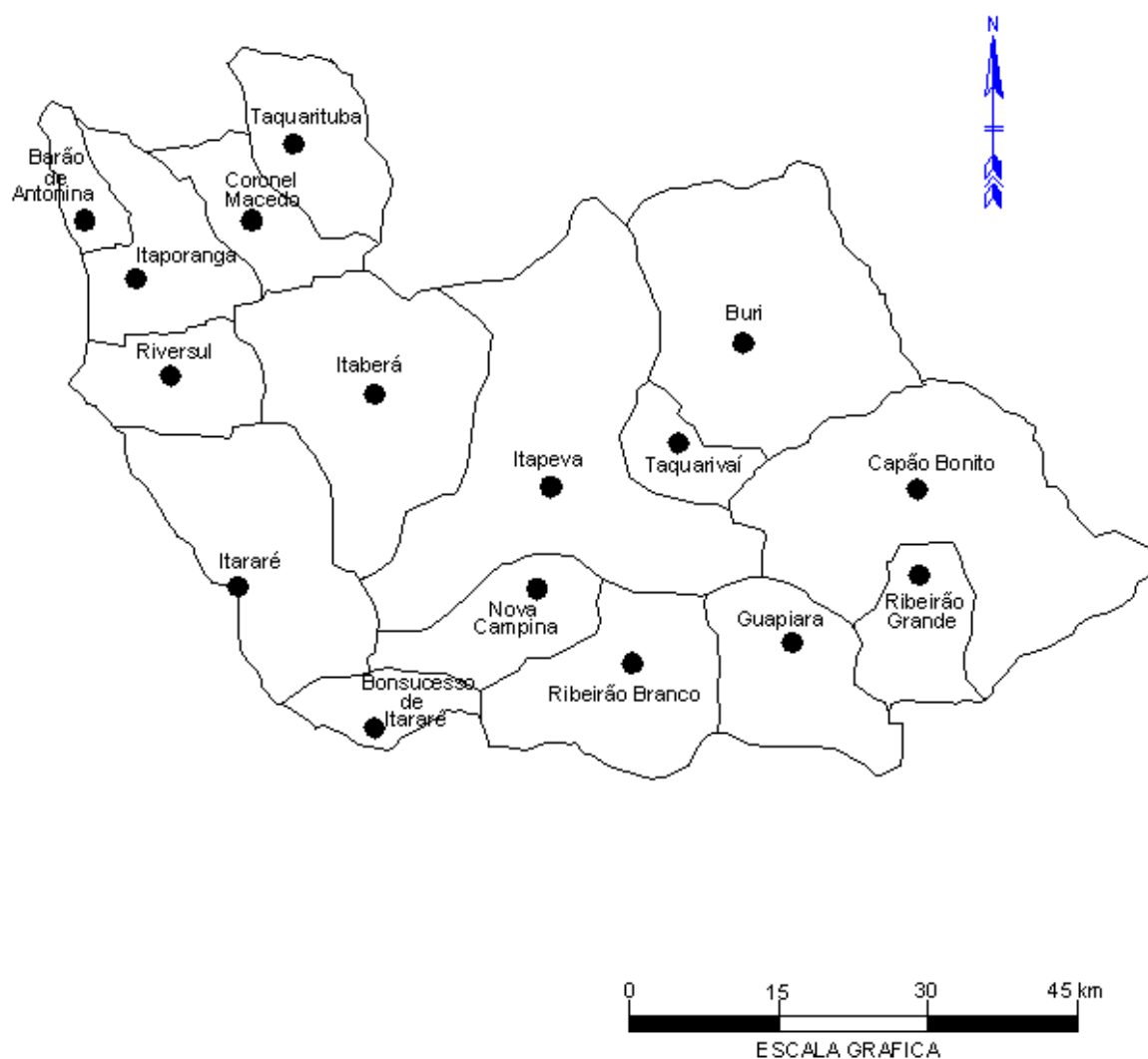
“A economia solidária se constitui na construção de um sistema efetivamente não capitalista, acima de tudo porque o valor do ser humano supera o valor da troca.” (KLEIMANN, 2006, P.74)

Entre as ações territorializadas previstas pelo programa Território da Cidadania com base nos preceitos da economia solidária serão realizadas ainda este ano estão:

- a) Ações fundiárias;
- b) Apoio a gestão territorial;
- c) Direitos e desenvolvimento social (benefícios assistenciais);
- d) Educação e cultura (principalmente o acesso a banda larga);
- e) Infraestrutura (principalmente apoio a elaboração dos planos habitacionais de interesse social);

³ Definição disponível no site do ministério do trabalho www.mtb.gov.br

FIGURA 15 – MUNICÍPIOS FILIADOS AO CONSAD (2009)



Fonte: SEADE (www.seade.gov.br acessado em junho 2009) modificado pelo autor

- f) Organização sustentável da produção (apoio a associações e empreendimentos cooperativos);
- g) Saúde, saneamento e acesso à água.

Os objetivos e potencialidades do consórcio público vão além de simples instrumento de cooperação federal na área de promoção do desenvolvimento regional/local, podendo interferir e contribuir na implementação de políticas públicas e sociais das diversas esferas de governo.

4.2 A ADOÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA COMO UNIDADE DE GESTÃO

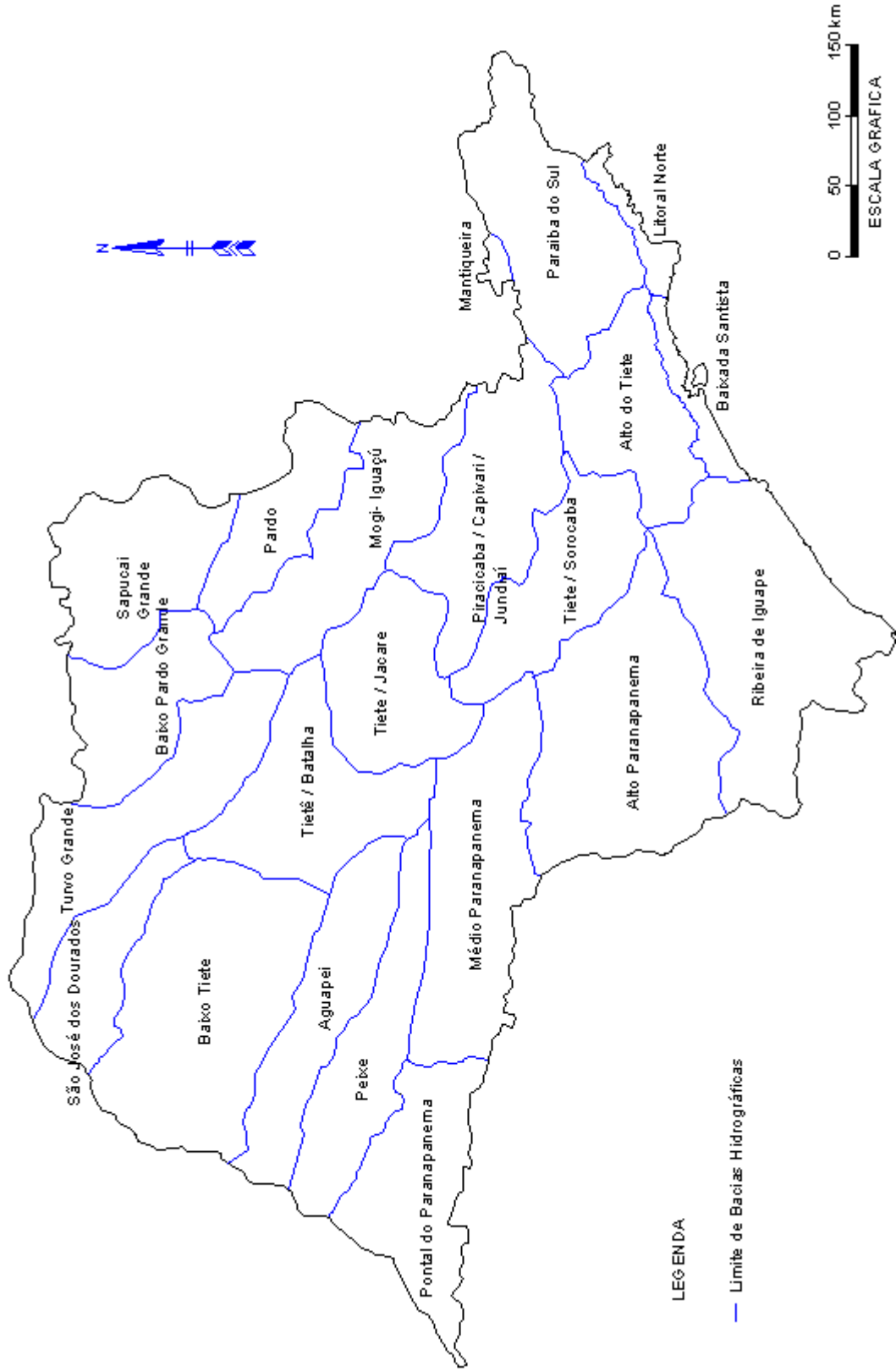
O Governo Estadual a partir de 1990 vem utilizando a base geográfica da bacia hidrográfica como forma de integrar as diversas políticas de desenvolvimento econômico, criando comitês de gestão previstos em lei.

Em 1990 o Estado produziu o Primeiro Plano Estadual de Recursos Hídricos, com base em um diagnóstico sobre o uso e o controle da água.

A Lei nº 7.663, de 1991 instituiu a Política Estadual de Recursos Hídricos e os seus princípios, além de diretrizes para atualização periódica do Plano Estadual de Recursos. A partir de então, a lei paulista das águas determina:

- A adoção da bacia hidrográfica como unidade físico-territorial de planejamento;
- O gerenciamento integrado, descentralizado e participativo;
- O reconhecimento da água como um bem público de valor econômico;
- A compatibilização do gerenciamento dos recursos hídricos com a proteção do meio ambiente e desenvolvimento sustentável;
- A participação da sociedade nos processos decisórios, através da composição dos comitês de bacias.

FIGURA 16 – BACIAS HIDROGRÁFICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO



Os Comitês de Bacias Hidrográficas são colegiados legalmente constituídos, no âmbito do Sistema Nacional de Recursos Hídricos e dos Sistemas Estaduais e desempenham o papel de fundamento e base para uma gestão participativa e integrada da água, são deliberativos e integrados por representantes do Poder Público, da sociedade civil e de usuários de água. Podem ser oficialmente instalados em águas de domínio da União e dos Estados. São previstos comitês federais e comitês de bacias de rios estaduais, definidos por sistemas e leis específicas.

A melhoria da qualidade de vida da população depende não somente do desenvolvimento econômico, mas também da sustentabilidade ambiental. A partir do exposto, a preservação e ordenação do consumo dos recursos hídricos tornam-se essenciais para a política de integração socioeconômica das regiões.

O governo do Estado já atua no programa de microbacias desde a década passada. O Município de Itaberá possui 23 microbacias e todas elas se encontram integradas ao Comitê de Bacia do Alto do Paranapanema. Os recursos naturais não dependem das divisões políticas estabelecidas quase sempre aleatoriamente, e a gestão integrada desses recursos é determinante da política de desenvolvimento regional.

4.3 OUTRAS FORMAS DE ATUAÇÃO REGIONAL

O Governo do Estado de São Paulo está implementando o Programa de Articulação Municipal que tem por objetivo contribuir para o desenvolvimento regional, com ações em todas as áreas, dando aos municípios acesso a tecnologias e soluções modernas. As diretrizes básicas desse programa são:

- a) Contribuir para as políticas de fortalecimento do poder local;
- b) Propiciar a execução de obras, aquisições e reformas de interesse público através das prefeituras, consórcios intermunicipais e instituições não-governamentais;
- c) Atender às demandas da população consideradas de interesse público e prioritárias.

Entre os principais programas e ações dessa política estão a criação de agências de desenvolvimento regional com organizações da sociedade civil de interesse público e o incentivo aos arranjos produtivos locais, onde empresas que atuam em atividades similares ou relacionadas podem ser articuladas em redes organizacionais, conforme estabelecido pela Secretaria de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo.

“De forma genérica pode-se definir uma Rede Organizacional como uma estrutura, na qual podem participar empresas, que devido a limitação de ordem dimensional, estrutural e financeira, não podem assegurar as devidas condições de sobrevivência e desenvolvimento.” (CANDIDO, 2000, p.8)

Neste contexto, redes organizacionais são estruturas que formam uma malha de interconexões entre seus componentes com o objetivo de facilitar a troca de informações e articulação que, neste caso tem o apoio institucional e político, para realizar transformações sociais que possam permitir o desenvolvimento econômico.

Ainda para este ano, o Governo do Estado está implementado um plano de investimento do sudoeste paulista em diversas áreas temáticas com agronegócios, comércio, indústria e serviços, cultura e turismo, educação, esportes e lazer, meio ambiente, saúde e transporte. Esse plano prevê investimentos da ordem de R\$ 382 milhões sendo a área habitacional e de recuperação de estradas vicinais para escoamento da produção as mais beneficiadas, também há investimentos expressivos previstos em infraestrutura urbana e regularização fundiária.

Os primeiros resultados desses empreendimentos já estão sendo vistos, cerca de 30 km de estradas vicinais destinadas ao escoamento da produção agrícola dentro do Município de Itaberá foram recuperados no início de 2009.

4.4 SISTEMAS DE GERENCIAMENTO DE INFORMAÇÕES EM REDES: redes organizacionais e redes digitais

Cada vez mais as informações disponíveis e a velocidade delas são fatores determinantes no gerenciamento de qualquer atividade, como afirma Benko (2002), vivemos numa rede de relacionamentos formando um tecido social que torna o conhecimento da informação essencial para o desenvolvimento econômico.

O conteúdo e a forma de distribuição dos bens, o gerenciamento de sua produção e a distribuição, tanto de bens como de matérias primas, formam um desenho de como e para que essas mercadorias circulem, estabelecendo uma rede de sistemas e possibilitando uma logística de gestão e distribuição, tanto de bens tangíveis como intangíveis (idéias e informações).

O processo de regulação pública torna-se essencial para articular e disponibilizar essas informações e sistemas reticulares, para disponibilizá-los ao maior número possível de pessoas e empresas.

A importância desse processo é evidente na análise dos diversos sistemas de promoção social e econômica levados a cabo pela administração pública. No Estado de São Paulo, existe o sistema organizacional dos Arranjos Produtivos Locais (APLs). Seu funcionamento pleno requer a disponibilização e gerenciamento de informações vinculadas a atividades específicas, tanto no que se refere à matéria prima, distribuição de produtos e disponibilidade de mão-de-obra capacitada e especializada.

Essas informações organizadas em rede poderão eventualmente se articular e se tornar manejáveis e disponíveis digitalmente, podendo atingir um maior número de pessoas, empresas e instituições, auxiliando assim a logística de distribuição e a circulação da produção em diversos níveis, entre estes, o nível regional.

A administração pública federal vem utilizando o Sistema Nacional de Informações das Cidades (SNIC), que já está sendo implantado pelo Ministério das Cidades. Esse sistema, segundo o Ministério das Cidades (2009), é constituído de um programa de implantação de geotecnologias aplicado à gestão territorial municipal, com o objetivo de disponibilizar aos gestores municipais o maior número de informações possíveis que possam auxiliar na tomada de decisão e no direcionamento das políticas públicas a nível municipal e regional.

Esse sistema exemplifica a participação do estado como agente regulador, de forma que possa contribuir para gerar riqueza e garantir sua distribuição equilibrada (GORZ, 2005), caso contrário, em vez de proporcionar desenvolvimento, a atuação pública acaba por reproduzir e aprofundar a pobreza.

No processo de articulação e promoção dessas políticas é fundamental considerar a rede de interdependência entre os diversos atores da sociedade. A participação social deve ser garantida na solução dos problemas regionais (CAIADO, 1996), o que pode ser facultado por meio da universalização, divulgação e

transparência das informações, sem esquecer a necessária acessibilidade da linguagem, buscando que esta seja de fácil compreensão para o cidadão.

4.5 PLANOS MUNICIPAIS

4.5.1 DÉCADA DE SETENTA

Em 1964, a legislação federal estabelecia que todos os municípios deveriam elaborar seu Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDI) sem os quais, nenhum empréstimo ou recurso orçamentário federal poderia ser concedido.

Em São Paulo, a legislação orgânica dos municípios em 1967 alterada pelo Decreto Lei Complementar n.º 09 de 31 de dezembro de 1969 confirmava essa determinação. Os recursos financeiros somente seriam concedidos para programas e ações baseadas no PDDI, e como menciona a própria lei “ainda que simples [...] comprovando que o município iniciou um processo de planejamento permanente”. (BRAGA, 1995)

Segundo Villaça (2004), nenhum município paulista atende o dispositivo citado acima. Isto é, seus programas e ações nunca foram baseados no que exigia a regulamentação do PDDI (Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado). Mesmo assim. “[...] não se tem notícia de qualquer município do Brasil ou do Estado de São Paulo que jamais tenha tido um pedido de empréstimo negado por falta do plano diretor” (VILLAÇA, 2004, p.225), isto é, os municípios brasileiros cumprem a lei apenas formalmente.

Neste contexto, Itaberá elaborou o seu PDDI em 1969, também nesta época foram elaboradas as legislações complementares, como o Código de Obras e o Código de Posturas.

A administração municipal não se conscientizou da importância desse instrumento de planejamento como contribuição ao aperfeiçoamento da gestão pública, não vislumbrando sua aplicação e conseqüente melhoria da qualidade de vida no município. O zoneamento industrial, comercial e residencial com a delimitação de suas áreas de expansão prevista pelo PDDI, simplesmente foram ignorados no processo de crescimento urbano do município.

A concepção desse plano é bem clara ao priorizar a solução dos problemas por meio da ciência e da técnica, sendo possível notar através dos desenhos de

implantação e previsão de expansão da rede de infraestrutura urbana, que o diagnóstico da cidade era bastante consistente e o distanciamento entre o plano e a sua possibilidade de implantação era grande, na medida em que não levava em conta as influências políticas dos proprietários que estavam nessa área de expansão.

O arcabouço do referido plano, enfatizando a infraestrutura existente no município até então, e as possibilidades de expansão desta evidenciam que esse documento teve elaboração técnica competente, mas é fato que jamais foi implantado. Esta ausência de implementação faz supor, que outros fatores estão envolvidos na inviabilização dos planos, entre estes, o da descontinuidade política, nos anos subsequentes à sua aprovação, diversas correntes políticas antagônicas se alternaram no poder municipal.

Além da falta de flexibilidade do plano decorrente da ausência de revisões periódicas, não foi encontrado na administração municipal nenhuma fonte documental que esse plano foi em algum momento revisto, que poderiam acompanhar e partir das necessidades de desenvolvimento local. E isso, fez com que este perdesse credibilidade e fosse sendo paulatinamente abandonado. Em relação a esta questão envolvida com as interferências políticas, pode-se lembrar que

“Os problemas a serem atacados num plano diretor, bem como suas prioridades [...] são uma questão política e não técnica. São questões que devem ser estar nas plataformas dos movimentos populares e dos partidos políticos. O diagnóstico técnico servirá, isto sim, e sempre a *posteriori* (ao contrário do tradicional), para dimensionar, escalonar ou viabilizar as propostas, que são políticas; nunca para revelar os problemas.” (VILLAÇA; 2004, p. 236).

A falta de divulgação do plano surge como outro fator que dificulta a implantação, o autoritarismo é um dos fatores que impediu a divulgação, pois os canais democráticos entre o Estado e sociedade civil não estavam fortemente estabelecidos à época.

Villaça comenta a respeito do plano de Salvador em 1976: “[...] um plano que só uns poucos privilegiados tomaram conhecimento ou não foi feito para ser levado a sério, não foi feito para ser executado, ou então sua divulgação seria inconveniente” (2004, p. 210). Conhecendo a administração pública itaberaense da

época, as três condições são bastante plausíveis para este caso, o autoritarismo político e o sistema coronelista ainda estavam presentes na sociedade.

O município de Itaberá, ainda hoje, possui a maioria da sua população ocupando bairros rurais que no plano diretor de 1969 não foram considerados. A falta de democratização, de transparência e de características políticas, tornando o plano essencialmente técnico foram aspectos que colaboraram com as dificuldades de implementação das diretrizes propostas. Poucas pessoas na administração pública e no município conheciam a existência desse planejamento.

“O plano diretor é um instrumento eminentemente político, cujo objetivo deverá ser o de dar transparência e democratizar a política urbana.”
(BRAGA, 1995, p.4).

Também em 1969, foi elaborado o Código de Obras como legislação complementar. Esse documento se apresenta extremamente detalhista quanto a exigências para construções individuais, mas menciona poucos instrumentos urbanísticos. O parcelamento do solo, o seu uso e ocupação, tanto na área urbana quanto na área rural, não foram elaborados.

Cabe destacar especialmente, que o zoneamento urbano proposto jamais passou à prática, tendo sido realizadas algumas diretrizes e exigências relativas a esse tema que estão contidas no plano diretor, não tendo sido elaborada nenhuma lei completar sobre o tema.

A observação empírica registra que o Plano Diretor de 1969 em Itaberá, se manteve totalmente desvinculado das políticas públicas mais amplas e das ações concretas exigidas pela situação do município, posteriormente levadas a cabo ao longo dos anos. Os artigos relacionados de alguma forma ao zoneamento são o principal exemplo disso, nenhuma zona estabelecida como residencial, industrial ou comercial, se concretizou como tal.

O exemplo clássico disso é o Jardim Espanha, previsto como área de expansão industrial pelo antigo plano. Constituiu-se com o apoio da própria administração municipal, que recebeu a área em doação e urbanizou o local como área residencial, vendendo seus lotes para a população.

A visão limitada à área urbana do município esquecendo a área rural é uma questão interessante de análise. A área rural hoje ainda abriga em torno de 60% da

população e grande parte da força econômica. A falta de integração desse plano com outras políticas planejadas pelas demais esferas de governo e municípios vizinhos, demonstra que o plano diretor atendeu apenas aos interesses de uma classe dominante. Não era conveniente criar e apoiar dispositivos que limitassem a ação das elites, portanto o maior interesse era o de colocar o plano diretor na prateleira.

O saudoso prefeito Pedro Mariano de Oliveira Filho que promulgou a lei do PDDI, sempre dizia em seu gabinete que o crescimento econômico se torna um preço muito caro a se pagar através do aumento da população e dos problemas urbanos, principalmente o aumento da violência e isso não somente ele, mas a classe dominante como um todo não queriam para Itaberá

4.5.2 O ATUAL PLANO DIRETOR

A Constituição Federal de 1988 apresenta princípios importantes que interferem diretamente na vida dos municípios, aumentando-lhes a responsabilidade ao equipará-los aos demais entes federativos. Definem-se competências legislativas de interesse local, cabendo aos os estados cuidar das matérias e questões de interesse regional predominante. À União caberia tratar das questões de interesse geral; o artigo 30, Incisos I e II define a competência da unidade federativa municipal para tratar de assuntos de interesse local e complementar a legislação federal e estadual no que couber.

Ao município caberia também promover o adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano. É de sua competência executar a política de desenvolvimento urbano com o objetivo de ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem estar de seus habitantes (Inciso VIII do artigo 30 da Constituição Federal).

Ainda a Constituição Federal, em seu artigo 182, estabelece que a função social da cidade somente seja atingida quando a população é atendida em seus direitos básicos de moradia, transporte público, saneamento básico, saúde, educação, lazer e trabalho.

Em 2001, o Estatuto das Cidades vem complementar a legislação federal e estabelecer diretrizes e instrumentos da política pública que possam garantir o atendimento das funções sociais da cidade, entre os diversos instrumentos o plano diretor participativo é um dos principais.

Para elaboração do Plano Diretor Participativo em Itaberá (aprovado no final de 2006) o Governo Estadual, por meio da Secretária da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico e do Programa de Apoio Tecnológico aos Municípios desenvolveu um trabalho envolvendo leituras técnicas e comunitárias. Além disso, previu-se um diagnóstico do capital social e a elaboração de proposta de projeto de lei, que mais tarde seria aprovada pela Câmara Municipal como Plano Diretor Participativo.

Esse trabalho foi elaborado pelo Laboratório de Recursos Hídricos e Avaliação Geoambiental, pelo Laboratório de Riscos Ambientais do Centro de Tecnologias Ambientais e Energéticas do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) e contou com a participação de técnicos do Centro de Tecnologia de Produtos Florestais do IPT, da Unesp / Bauru e da USP / Zona Leste e abrangem oito municípios da região Barão de Antonina, Coronel Macedo, Itaporanga, Riversul, Taquarituba e Itaberá.

Mais uma vez, a elaboração do plano partiu de imposição legal, reafirmando o que ocorreu na década de setenta. Ainda, que a promessa de punição não se concretizasse, a exigência legal e a possibilidade que a punição ocorresse foram suficientes para pressionar a administração municipal a elaborar o plano diretor. Em Itaberá isso tornou-se muito evidente na medida em que os trabalhos elaborados pelo IPT somente tiveram apoio da administração municipal nas vésperas de vencimento do prazo para sua elaboração.

O desinteresse da administração municipal se tornou evidente pela falta de definição das políticas públicas incentivadas no plano diretor. Os gestores municipais não podem e não querem limitar sua atuação, isto é, na medida em que aprovam leis que estabelecem critérios para a urbanização da cidade se vêem obrigados a cumpri-los limitando assim sua atuação,

Sem definições de critérios políticos, a exaustiva coleta de dados e o diagnóstico técnico levado a cabo pelo IPT não acarretou no estabelecimento de prioridades das ações de interesse do governo municipal.

Flavio Villaça (2004) alerta para que o diagnóstico técnico deve ser posterior a definição política dos objetivos, servindo apenas para a delimitação das prioridades. Pode-se ir mais além, afirmando-se que a coleta de dados deve ser padronizada para que possa servir de parâmetro para análises futuras dos resultados obtidos pelas políticas implantadas.

É louvável a exigência de participação social, mas nos capítulos anteriores se discorreu sobre a inexistência de um capital social e qualificado para assumir a administração pública em Itaberá. Alguns poucos participam de forma tímida da vida política, apesar das audiências e demais reuniões públicas. É possível ainda notar a debilidade de atuação da população no sentido de interferir na gestão pública, e a cultura paternalista existente no Brasil explica em parte o fato dessa inexpressiva participação.

Segundo Reis (2008, p.3), é preciso que os planos diretores criem “condições propícias à capacitação da sociedade”, fato que não se confirma neste plano diretor, e sequer foi incentivado pela administração municipal.

A interdisciplinaridade com as demais áreas de abrangência do plano, principalmente educação, saúde e transporte também não foi atingida, os poucos gestores públicos que participaram do processo de elaboração do Plano Diretor já não fazem parte da administração municipal. Observa-se ainda, que os atuais quadros técnicos não demonstram compromisso nem se obrigam a realizar o que foi anteriormente planejado, evidenciando que as discontinuidades políticas determinam quase que como regra a desmobilização e o desmonte dos quadros técnicos vigentes nas gestões anteriores à situação.

A Lei que instituiu o Plano Diretor aprovada pela Câmara em 2006 determinou as diretrizes básicas da política a ser implantada nas diversas áreas de atuação da administração pública. Mas, pouco mais de dois anos depois de sua aprovação, poucos atores do poder executivo conhecem ou aplicam seus princípios, não havendo cobranças da sociedade ou do poder legislativo para sua efetiva aplicação.

No Plano Diretor além das diretrizes básicas nota-se o enunciado de matas de uso e ocupação do solo urbano e rural que constituem um embrião da lei de zoneamento, porém nenhuma legislação complementar foi aprovada ou sequer encaminhada a Câmara Municipal.

A implantação do Plano obedecendo à obrigatoriedade legal, a falta de interesse das elites coronelistas e do poder público em definir prioridades e

implementá-las, bem como a inexpressiva participação social e até mesmo o desconhecimento de grande parte da população da existência do Plano Diretor apontam para um futuro pessimista. Desta maneira, pode-se acompanhar a posição de Reis (2008, p.4), ao lembrar que

“É preciso criar centros de ensino e formação para cidadania (...). E será neste momento que os cidadãos terão oportunidade de compreender juridicamente o que significa o Estatuto da Cidade, pois entenderão o que são os instrumentos de Política Urbana.”

O diagnóstico técnico foi feito de maneira abrangente e profunda, as prioridades técnicas elencadas junto às diretrizes básicas, mas isso não garante a sua implementação, e a falta de comprometimento dos gestores municipais com o Plano Diretor de Itaberá mais uma vez ameaça a consecução do planejamento.

Itaberá é um município de pequeno porte que possui relativamente poucos problemas urbanos, mas a ausência da aplicação efetiva do Plano Diretor pode trazer resultados indesejáveis, e ainda evidencia uma situação de fragilidade das relações entre a sociedade civil e política.

4.6 ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

A promoção do desenvolvimento regional no Estado de São Paulo é abordada por meio de diversas estratégias, a divisão político administrativa do estado em regiões e sub-regiões com objetivos de descentralizar as decisões é apenas uma das varias políticas implantadas pelo Governo do Estado com esse objetivo.

Entre as diversas estratégias também se pode citar a adoção das UGRH e dos comitês de bacias hidrográficas com seu viés ambiental e os planos diretores que nos dão um uma abordagem municipal desse processo.

Todas essas estratégias possuem um foco principal na atuação da sociedade organizada, os atores sociais desempenham cada vez mais um papel na gestão, crescendo sua importância nos processos de tomada de decisão e são incentivados para isso, o que questiona decisões governamentais autoritárias ou a imposição política destas.

As diversas estratégias para promoção do desenvolvimento regional, com abordagens específicas, devem agir em sinergia convergindo sempre para a melhoria da qualidade de vida do cidadão.

A tabela 08 fornece uma síntese das estratégias propostas neste trabalho de atuação regional. Através deste, também é possível delinear a crítica à imposição legal e de cima para baixo, de algumas políticas públicas. Deseja-se na verdade, mostrar que essas ações, que são juridicamente reguladas, muitas vezes são amplas e genéricas, não respeitando as especificidades de cada região e não atendendo às necessidades do local.

A tabela proposta indica a possibilidade de que esses instrumentos, que são representados estaticamente no quadro, devem se relacionar, sugerindo um funcionamento em redes e em ações fundamentadas em sinergias. Nesse quadro procura-se esclarecer os diversos níveis de atuação tanto na esfera da administração pública como na esfera social.

A atuação em redes organizacionais e digitais visaria integrar os diversos níveis de ação das políticas públicas fornecendo subsídios para melhorar o processo de gestão, neste sentido o Programa Território da Cidadania do Governo Federal e o Plano Diretor de 2006, elaborado pelo IPT, e considerando de forma integrada Itaberá e mais oito municípios da região são os primeiros passos nessa direção.

As redes organizacionais se fundamentam, portanto, nas relações sociais e econômicas entre atores, empresas e entre ambas, formando um tecido econômico e social que se materializa territorialmente. O poder público surge então como possível agente regulador dessas redes.

Informações organizadas em redes digitais, utilizando-se de TIC (Tecnologia de Informação e Comunicação) são possíveis instrumentos de gestão, e podem possibilitar o melhor aproveitamento das oportunidades existentes e contribuir para promover o seu desenvolvimento, à medida que esse conhecimento passa a ser difundido entre os diversos atores sociais envolvidos no processo.

Outro aspecto importante, diz respeito ao processo de regulação estatal, sendo que as informações disponibilizadas em redes digitais podem permitir ao cidadão acompanhar todo o processo decisório do agente público, dando transparência à gestão pública e permitindo o conhecimento detalhado das condições e fatores que podem interferir nesse processo. Apesar das evidentes críticas que se pode fazer a essa proposição, frente às características

patrimonialistas já mencionadas, existentes no âmbito dos governos locais, deve-se lembrar que estas afirmações sugerem potenciais do sistema de gestão em redes, que é necessário assinalar.

Para a promoção do desenvolvimento local de forma endógena com emprego das vantagens competitivas específicas do local é necessário disponibilizar a sociedade as informações que retratam suas possibilidades, integrando os aspectos socioeconômicos e ambientais em nível regional. Dessa maneira os atores sociais poderão se tornar efetivamente cidadãos, como peça-chave para o desenvolvimento das regiões brasileiras, que esperam ainda pelo prometido desenvolvimento.

Estratégias	Atuação	Características e Críticas
Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (década de setenta)	Municipal (dentro da jurisdição política)	<ul style="list-style-type: none"> • Imposição Legal • Ausência de participação da sociedade
Plano Diretor Atual	Municipal (dentro da jurisdição política)	<ul style="list-style-type: none"> • Imposição Legal • Incipiente participação da sociedade
Regionalização por meio das Regiões Administrativas do Estado	Regional (dentro da jurisdição política)	<ul style="list-style-type: none"> • Imposição Legal
Regionalização por meio dos Comitês de Bacias Hidrográficas	Regional (atuação com critérios ambientais)	<ul style="list-style-type: none"> • Imposição Legal com delimitação ambiental • Participação incipiente da sociedade
Microrregiões do IBGE	Regional (apenas como critério estatístico)	<ul style="list-style-type: none"> • Critérios técnicos sem aplicação prática somente para fins estatísticos
Consórcios e Conselhos Regionais	Regional (dentro da jurisdição política)	<ul style="list-style-type: none"> • Livre associação municipal • Sem participação da sociedade • Abrangência restrita a solução de problemas específicos
Arranjos Produtivos Locais Agencias de Fomento	Regional (sem definição de abrangência)	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio da iniciativa privada • Toma como base características econômicas locais
Estruturas em redes organizacionais e Redes Digitais, como instrumento de políticas públicas de sinergia	Abrangência pode variar, indo da esfera local e municipal à regional. Com enfoque nas vocações locais e regionais, que devem ser investigadas e propostas	<ul style="list-style-type: none"> • Favorece a integração com base na solução de problemas afins • Articula um número expressivo de agentes

Tabela 08 – Quadro sinóptico de estratégias existentes e propostas para atuação regional

Fonte: Autor

CONCLUSÃO

O Sudoeste do Estado de São Paulo passou por um processo de colonização fundamentado no sistema de sesmarias, expressas em grandes extensões de terra. Essa origem histórica deu base para uma política coronelista e a formação de latifúndios, causas da marginalização da região dos ciclos econômicos que geraram a riqueza do Estado.

Essa situação não experimentou avanços significativos, verificando-se a reprodução da pobreza, apesar das muitas políticas de regionalização estruturadas no correr da história da interiorização brasileira. Esse trabalho procurou relacionar esses múltiplos esforços de articulação entre os movimentos, ações e estratégias de regionalização para a região alvo e no país, demonstrando as insuficiências e limitações destes para a promoção do desenvolvimento regional.

Na década de 1970, o importante processo de desconcentração industrial vivido pela cidade de São Paulo incentivou o crescimento industrial do interior principalmente, ao longo dos eixos rodoviários mais importantes. Com esse processo, a região de Sorocaba absorveu e concentrou esses investimentos tornando-se centro de gestão e se constituindo numa Região Administrativa do Estado.

Devido principalmente a distância desse centro de gestão, o sudoeste seguiu com sua economia baseada na agricultura e com índices de desenvolvimento inferiores a média estadual. Em decorrência da significativa extensão territorial da Região Administrativa de Sorocaba, que é uma das maiores do Estado, os índices econômicos se manifestam então distorcidos, refletindo a situação da cidade sede, principalmente no que se refere ao setor industrial e de serviços.

Embora a administração estadual propiciasse a descentralização ao criar regiões e sub-regiões administrativas com estrutura independente, o sistema de tomada de decisões prosseguiu centralizado. Essa característica fez com que o sudoeste paulista, predominantemente agrário, se relacionasse a Sorocaba de uma perspectiva administrativa, cidade essa de economia marcadamente industrial, deixando claros os interesses divergentes entre as duas regiões.

Essa situação perdurou até 2007 quando foi criada a 16ª Região Administrativa de Itapeva. A implantação dessa unidade administrativa ainda não foi completamente concluída, mas a expectativa é de que ela possa atender aos interesses regionais de maneira mais direta e eficaz, priorizando os problemas específicos.

Com a criação da mencionada RA e durante esse percurso o governo procurou desenvolver outros instrumentos de administração pública baseados nas características peculiares de cada região.

A preocupação com o meio ambiente se tornou o principal foco das discussões sobre o crescimento econômico, com base no conceito de desenvolvimento sustentável.

Baseado neste conceito, a administração pública criou na década de 1990 a política de recursos hídricos e os comitês de bacia ou unidades de gerenciamento de recursos hídricos (UGRH). No sudoeste, a UGRH do Alto Paranapanema foi criada em 1995.

Também na década de 1990, a proposta de integração e entre as políticas de desenvolvimento econômico regional foi levada a frente. Em 1995, o CONDERSUL, o primeiro consórcio intermunicipal de que Itaberá fez parte, foi criado. Posteriormente, outras associações intermunicipais surgiram com os objetivos de gerenciar políticas integradas de desenvolvimento e pressionar as autoridades governamentais a assumirem a regionalização como premissa.

Paralelamente, políticas públicas vieram sendo desenvolvidas no âmbito federal por meio de vários Ministérios (Assistência Social, Saúde, Educação, Planejamento, Agricultura, Cidades e Integração Nacional), porém, o programa de integração entre essas políticas somente chegou ao sudoeste paulista em 2009, com a criação do CONSAD, que tem como um dos seus objetivos promover a ação integrada entre os diversos órgãos governamentais.

As ações integradas entre os diversos órgãos e níveis governamentais e entre os próprios municípios estão no centro da promoção do desenvolvimento regional e por meio delas a administração pública pode atenuar o desequilíbrio econômico entre as diversas e heterogêneas regiões brasileiras.

Existem hoje, inúmeras alternativas para promoção do desenvolvimento e integração regional. Essas alternativas se evidenciam tanto no processo de regulação promovido pelo poder público como na atuação e na participação organizada dos diversos atores sociais. Pode-se citar entre essas alternativas, a regionalização administrativa do Estado, os sistemas de gestão em comitês de bacia, os consórcios e associações municipais, os arranjos produtivos locais, as agências de fomento e de desenvolvimento local. Todas essas atividades associativas se organizam em estruturas reticulares, relacionando-se diretamente

com a gestão do território. Uma possível gestão que aprofunde os instrumentos de gerenciamento em redes talvez consista em estratégia para o futuro dos municípios e regiões.

A economia da Região Sudoeste do Estado é predominantemente agrícola, baseada na produção de cereais (feijão, milho, trigo e soja), existindo também áreas destinadas à suinocultura, pecuária e reflorestamento, todas essas atividades hoje geram baixos índices de emprego de mão-de-obra.

A Secretaria de Agricultura e Abastecimento conta hoje com dois pólos regionais de desenvolvimento tecnológico dos agronegócios, o que indica o apoio governamental às políticas de desenvolvimento endógeno que buscam o crescimento econômico e a integração regional.

Essas ações somente fazem sentido na medida em que contam com o apoio dos diversos atores locais. A região alvo precisa encontrar meios de desenvolver seu capital humano e social, ao promover por meio de qualificação da mão de obra e ao incentivar a atuação em cooperativas e associações, quer de produtores ou de redes de cooperação, que venham agilizar e reestruturar as possibilidades de fluxos de oportunidade e informações.

Em Itaberá os primeiros exemplos dessa atuação estão surgindo na indústria da confecção com incentivo municipal, tanto no treinamento de pessoal como no incentivo ao empresário para montar sua pequena indústria e absorver essa mão-de-obra.

Outro exemplo, é a atuação sinérgica dos pequenos produtores rurais, incentivados a atuar em cooperação, aumentando assim sua escala de produção. Para auxiliá-los, os órgãos públicos recebem e distribuem essa produção diminuindo assim, os custos finais que incidem na compra desses produtos e eliminando os atravessadores.

Para que essas novas políticas de incentivo a cooperativas e associações de produtores possam causar efeito é importante que o poder público, promova a atuação em redes de negócios, facilitando o desenvolvimento econômico local.

Os custos de aglomeração, os problemas sociais e a poluição ambiental vem sendo evidenciados como problemas das grandes cidades. Em contrapartida, a melhoria dos sistemas de transporte e de comunicação pode fazer com que as regiões mais afastadas desses centros urbanos possam se tornar interessante

alternativa para diminuir as pressões sociais acarretadas pela excessiva densidade populacional urbana.

Na região estudada, a existência de grandes latifúndios e a mecanização assistida pela agricultura na últimas décadas aumentaram os índices de desemprego e diminuíram a renda dos trabalhadores. A falta de investimento em educação de nível técnico e superior colabora para que essa mão de obra desqualificada, e contando com poucos anos de escolaridade, tenha dificuldades de colocação no mercado profissional.

As iniciativas para promover a qualificação profissional ainda se verificam tímidas; os primeiros cursos superiores de universidades públicas chegaram a Itapeva apenas, no final dos anos noventa. O ensino profissionalizante estadual, principalmente na área agrícola, está agora recebendo expressivos investimentos, e a estratégia municipal de capacitação e qualificação no setor agrícola possibilita o aprimoramento da mão-de-obra ao agregar valor ao trabalho.

Essas estratégias de desenvolvimento regional em conjunto dependem fundamentalmente do gerenciamento de múltiplas informações em tempo real, que sejam capazes de gerar conhecimento e possibilitar uma maior integração entre os diversos atores sociais, desde instituições governamentais responsáveis pela regulação do mercado até cooperativas, associações e produtores, chegando ao consumidor final.

Acredita-se que a dependência do mercado e de investimentos externos para promover desenvolvimento econômico das regiões menos favorecidas pode ser reduzida por meio do incentivo ao mercado regional. Para tanto, não é preciso apenas produzir, mas atuar a partir da base social, no sentido de articulá-la e buscar integrá-la. Esse é o sentido da idéia de redes, sistemas de articulação e gestão de estratégias conjuntas de desenvolvimento.

O estímulo ao mercado regional pode ser utilizado para manter os recursos gerados na região em que são produzidos e promover seu crescimento econômico, para que com isso, possa se formar as redes de relações entre empresas, produtores e consumidores. Estas podem ser organizadas de maneira que as informações cruciais sejam disponibilizadas em tempo real. O instrumento das TIC (Tecnologias de Informação e Comunicação) já vem se demonstrando uma ferramenta necessária e de grande alcance.

Neste momento os sistemas e redes digitais devem ser encarados como importante instrumento de geração de informações que possam ser utilizadas para a promoção e o incremento das atividades econômicas e porque não sociais também, fornecendo importante meio de desenvolvimento das redes no seio das regiões e na integração dessas regiões a nível nacional e internacional.

BIBLIOGRAFIA

ABASCAL, Eunice Helena Sguizzardi e Esteves, Hugo Cardoso. **Estratégia de desenvolvimento regional e combate à pobreza: o Município de Itaberá na Região Sudoeste do Estado de São Paulo**. XIII ENANPUR. Florianópolis, 2009.

ALVIM, Angélica Tanus Benatti. **O portal do Paranapanema sob a ótica do planejamento regional no Estado de São Paulo: 1960-1995**. Dissertação de mestrado FAU-USP. São Paulo. 1996.

ALVIM, Angélica Tanus Benatti. **A contribuição do Comitê do Alto Tietê à gestão da bacia metropolitana-1994**. Tese de doutorado FAU-USP. São Paulo. 2003.

AMARAL FILHO, Jair do. **Desenvolvimento regional endógeno em um ambiente federalista**. In: Planejamento e políticas públicas nº 14 - dez. de 1996. Ipea pp. 36-70
<http://www.ipea.gov.br/pub/ppp/ppp14/amaralfilho.pdf>

AMORIM FILHO, O. e SERRA, R.V. **Evolução e perspectivas do papel das cidades médias no planejamento urbano e regional**. In.. ANDRADE, T. A. e SERRA, R.V. Cidades Médias Brasileiras. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.

ANDRADE, Maria Antonia Alonso de. **Neocoronelismo e perspectivas eleitorais na Nova República**. João Pessoa: textos UFPB / NDIHR, nº 12, 1985.

ASCHER, François. **Los nuevos principios del urbanismo**. Alianza Editoria. 2004.

AZZONI, C. R. **Indústria e Reversão da Polarização no Brasil**. São Paulo: FIPE/USP, 1986.

BAENINGER, R. **Homogeneização de tendências populacionais em São Paulo: o papel dos pólos regionais no processo de urbanização e de redistribuição espacial da população**. Brasília, 1994, doutoramento do pesquisador no IFCH/UNICAMP.

BANDEIRA, Pedro Silveira. **Participação, articulação de atores sociais e desenvolvimento regional**. Brasília: texto para discussão nº 630, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 1999.

BANDEIRA, Pedro Silveira. **Institucionalização de regiões no Brasil**. Ciência e Cultura, São Paulo, vol. 58 nº 1, Janeiro/Março 2006.

BARROS, Alexandre Rands; RAPOSO, Isabel. **Algumas experiências recentes de políticas internacionais de desenvolvimento regional**. In: Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v. 33, n. 4, out-dez.2002. Disponível em: http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/Publicacoes/REN-Numero_Publicados/docs/ren2002_v33_n4_a6.pdf.

BENKO, Georges. **Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI**. 3ª Edição. São Paulo. Hucitec Annablume, 2002.

BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira; SALLES, Julieta Teresa Aier; NORDER, Luiz Antonio Cabello. **L'Université et la (re)construction socio-environnementale dans les assentamentos de travailleurs ruraux sans terre.** Cadernos de Desenvolvimento e Meio Ambiente, Curitiba, n.2, p.93-107, 1995.

BORDO, Adilson Aparecido. **A influência do eixo de desenvolvimento da Rodovia Washington Luiz na estruturação econômica do município de Itapolis/SP.** Dissertação de mestrado da Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2006.

BRAGA, Roberto. **Plano diretor municipal: três questões para discussão.** Caderno do Departamento de Planejamento da Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP, v.1 n° 1, p. 15-20, agosto 1995

BRAGA, Roberto. **Cidades médias e aglomerações urbanas no estado de São Paulo: novas estratégias de gestão territorial.** In: Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – São Paulo, 20 a 25 de março de 2005.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo demográfico de 2000.** Disponível em <http://www.ibge.gov.br>

CAIADO, Aurílio Sérgio Costa. **Dinâmica socioespacial e a rede urbana paulista.** São Paulo em Perspectiva, São Paulo, vol 9, n. 3, jul./set. 1996.

CAIADO, Aurílio Sérgio Costa. **Desenvolvimento regional: novos requisitos para a localização industrial em São Paulo.** *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, Fundação Seade, v.10, n.2, abr./jun. 1996.

CANDIDO, G.A., ABREU, A.F. **Os conceitos de redes e as relações interorganizacionais: um estudo exploratório.** In ENANPAD, 24. Florianópolis. Anais do ANPAD, 2000.

CANO, Wilson. **Raízes da concentração industrial em São Paulo.** São Paulo: T. A, 2.ed., 1983.

CARVALHO, Priscila de Macedo. **Dinâmica e econômica e mobilidade populacional: o caso de São Paulo.** Monografia de graduação apresentada ao Departamento de Economia da Universidade de Taubaté (2003).

CASTRO, M. G. et. al. **O processo de inserção do migrante na sociedade urbano industrial.** In: MOURA, H. (coord.) Migração interna: textos selecionados. Fortaleza: BNB-ETENE, 1980, p 871-906.

CURY, José Flavio. **A gestão integrada de Bacias Hidrográficas: A abertura de uma oportunidade de desenvolvimento sustentável do Alto Paranapanema (1994-2004),** Tese de Doutorado de Estruturas Ambientais e Urbanas da FAU-USP. São Paulo. 2005.

CRUZ, Maria do Carmo M.T. **Cooperação intermunicipal: a experiência do Estado de São Paulo**, Brasil. X Congresso Internaiconal del CLAD sobre la reforma del Estado y de la administracion pública. Santiago, Chile. 2005.

CRUZ, June Alisson Westard; QUANDT, Carlos Olvano; MARTINS, Tomás Sparano. **A estrutura em redes como forma de promoção de vantagem competitiva**. Redes, Santa Cruz do Sul, v.3 n°1, p 266-287, janeiro / abril 2008.

DAVIDOVICH. F.R. e LIMA, O.M.B. **Contribuição ao Estudo de Aglomerações Urbanas no Brasil**. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, ano 37, v. 1, jan/mar. 1975.

DOWBOR, Ladislau. **Política nacional de apoio ao desenvolvimento local**. Disponível em <http://dowbor.org/artigos.asp>, março 2009.

FERREIRA, J. P. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Rio de Janeiro. Instituto de Geografia e Estatística. 1957.

FERNANDES, A.; CASAGRANDE, E. **Eficiência e equidade: incursões recentes em torno de um velho debate a partir das regiões do Estado de São Paulo**. In GONÇALVES, M.; BRANDÃO, C.; GALVÃO, A. (orgs.). *Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano-regional*. São Paulo: UNESP; ANPUR, 2003.

FIRMINO, Rodrigo José. **A cidade e as tecnologias da informação e comunicação: gestão do desenvolvimento urbano-tecnológico**. Redes, Santa Cruz do Sul v.12 n° 3, p 168-190, setembro / dezembro 2007.

GIMENES, Régio Marcio Toesa; GIMENES, Fátima Maria Pergoini. **Agronegócio cooperativo: a transição e os desafios da competitividade**. Redes, Santa Cruz do Sul v.12, n° 2, p. 92-108, maio / agosto 2007.

GONÇALVES, M. **Novas configurações no desenvolvimento urbano paulista**. *Espaço & Debates: Revista de Estudos Regionais e Urbanos*, 1994, n° 38, p. 39-53.

GORZ, André. **O imaterial. Conhecimento, valor e capital**. Anna Blume. São Paulo. 2005

HARVEY, D. **A Condição Pós-Moderna**. Editora Loyola, São Paulo, 1992.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA (IBGE). **Contas regionais do Brasil** . <http://www.ibge.gov.br> (01 ago.2005)

INSTITUTO DE ECONOMIA APLICADA (IPEA); INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA (IBGE); UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS – INSTITUTO DE ECONOMIA/NÚCLEO DE ECONOMIA SOCIAL URBANA E REGIONAL (UNICAMP.IE.NESUR); (SEADE). **Caracterização e tendência da rede urbana do Brasil: redes urbanas regionais – Sudeste**. Rio de Janeiro, SP: IPEA, v.51, 168p. 2001.

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS. **Parecer Técnico nº 10.852-301-51/241**. Plano Diretor Participativo do Município de Itaberá. 2006

IPEA/NESUR/IBGE. **Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil**. Campinas, IE-UNICAP, 1999.

JUNIOR, Caio Prado. **Formação do Brasil Contemporâneo**. Editora Brasiliense, São Paulo, 1942

JUNIOR, Caio Prado. **História econômica do Brasil**. Editora Circulo do Livro, São Paulo, 1942.

KLEIMANN, Fernando. **A economia solidária como política pública no governo Lula**. In: ZART, Laudemir Luiz; SANTOS, Josivaldo Constantino dos. (orgs). Educação e sócio-economia solidária: interação universidade e movimentos sociais. Editora Unemat. 2006.

LAPLANTINE, F. **Aprender antropologia**. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

LENCIONI, S. **Cisão territorial da indústria e integração regional no Estado de São Paulo**. In GONÇALVES, M.; BRANDÃO, C.; GALVÃO, A. (orgs.). *Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano-regional*. São Paulo: Editora UNESP; ANPUR, 2003.

LIMA ANDRADE, J. R. **Uma estratégia alternativa de desenvolvimento regional: o turismo no Estado de Sergipe**. Curitiba, 1997. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná.

MELLO, Diogo Lordello de. **Regiões Metropolitanas e Aglomerados Urbanos**. Revista de Administração Municipal. Rio de Janeiro, v. 39, n. 205, p.48-55, 1994.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. **“Sistemas de Informações das Cidades”**. Brasília. 2009. Disponível em www.cidades.gov.br. Acessado em maio de 2009.

MINISTÉRIO DO TRABALHO. **“Território da Cidadania”**. Brasília. 2009. Disponível em www.mte.gov.br. Acessado em maio de 2009.

MORSE, Richard. **Formação econômica de São Paulo (de comunidade à metrópole)**. 2ª. Edição. São Paulo. Editora Difusão Européia do Livro. 1970.

MULS, Leonardo Marco. **Desenvolvimento local, espaço e território: O conceito de capital social e a importância da formação de redes entre organismos e instituições locais**. Revista Economia, Brasília v. 9 nº 01, p. 01-21. janeiro / abril 2008.

NEGRI, B; PACHECO, C. **Mudança tecnológica e desenvolvimento regional nos anos 90: a nova dimensão espacial da indústria paulista**. *Espaço & Debates. Revista de Estudos Regionais e Urbanos*. 1994, Ano XIV, nº 38, p. 62-82.

NOGUEIRA, Elizabeth Alves e. **Desenvolvimento regional, ocupação do espaço rural e o mercado de trabalho no sudoeste do Estado de São Paulo. São Paulo 1999.** Tese de doutorado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

NOGUEIRA, Elizabeth Alves e. **A organização espacial do sudoeste paulista: um pré-diagnóstico sobre a polarização recente da região. Agricultura em São Paulo.** São Paulo, 1997.

NOGUEIRA, Elizabeth Alves e. **Pesquisa e desenvolvimento: prospectando demandas para a região Sudoeste de São Paulo. Agricultura de São Paulo.** São Paulo v 52 n° 1 p. 63-75. Janeiro / junho 2005.

OLIVEIRA, Gilson Batista de. **Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento.** Revista da FAE, Curitiba, v.5, n.2, p.37-48, maio/ago. 2002.

OLIVEIRA, G. B; LIMA, J. E. de S. **Elementos endógenos do desenvolvimento regional: considerações sobre o papel da sociedade local no processo de desenvolvimento sustentável.** Revista da FAE, Curitiba, v.6, n.2, p.29-37, maio/dez. 2003.

PANG, Eul-Soo. **Coronelismo e oligarquias – 1989-1945.** Rio de Janeiro. Editora Civilização Brasileira. 1979.

PAULA, Juarez de. **Territórios, redes e desenvolvimento.** In BRAGA, Christiano; MORELLI, Gustavo; LAGES, Vinícius Nobre. (orgs.). **Territórios em Movimento: Cultura e Identidade com Estratégia de Inserção Competitiva.** Brasília: Editora Relume Dumará, 2004.

PAULINO, Luís Antônio. **O novo mapa da indústria brasileira.** In. Revista Teoria e Debate, Seade, n° 38, mai/jun/jul, 1998.

PELIANO, J.C. **Distribuição de renda e mobilidade social no Brasil: a ordem e o progresso desiguais.** Campinas, 1992, Tese de Doutorado em Economia apresentado ao IE/Unicamp.

PERROUX, François. **A economia do século XX.** Lisboa: Herder, 1967.

PINTAUDI, S e CARLOS, A. **Espaço e indústria no Estado de São Paulo.** *RBG – Revista Brasileira de Geografia.* 1995, v. 57, n° 01, p. 05-23.

PONTES, B. **Os centros industriais do Estado de São Paulo.** *Boletim Paulista de Geografia.* 1974, n° 49, p.65-142.

REIS, Kleiber Gomes. **A importância da cidadania para a eficácia do Plano Diretor.** Disponível em [HTTP://www.ifg.com.br](http://www.ifg.com.br) em 11 de outubro de 2008.

RÜCKERT, Adomar A. **Reforma do Estado, reestruturações territoriais, desenvolvimento e novas territorialidades.** Espaço Tempo n° 17, p. 79-94. São Paulo. 2005

SAMPAIO, S. **Padrões de distribuição industrial no Estado de São Paulo: áreas mais representativas – 1950 a 1970.** *Revista de Geografia*. 1982, v. 01, p. 07-24.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI.** São Paulo. Editora Record. 2001. 471 p.

SÃO PAULO (Estado). Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade). **Características gerais do processo de industrialização paulista.** São Paulo: SEADE, 1988.

SÃO PAULO (Leis e Decretos) **Lei Complementar nº. 760 de 1 de agosto de 1994.**

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE SÃO PAULO. **“Relatório de Qualidade Ambiental do Estado de São Paulo”.** São Paulo. 2006

SENE, Estáquio de; MOREIRA, João Carlos. **Geografia Geral e do Brasil.** São Paulo. Scipione, 2002.

SERRA, Geraldo G. **Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo: Guia Prático para o Trabalho de Pesquisadores em Pós-Graduação.** São Paulo, Edusp: Mandarin, 2006.

SILVEIRA, Raul. **Concentração Industrial Regional, Especialização Geográfica e Geografia Econômica: Evidências para o Brasil no Período 1950-2000.** Documentos Técnico-Científicos. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 36, nº 2, abr-jun. 2005

SIMÕES, Antônio Lopes. **Globalização e Desenvolvimento Regional.** In: *Revista Gestão e Desenvolvimento* nº 11 – 2002. Instituto Universitário de Desenvolvimento e Promoção Social da Universidade Católica Portuguesa, Viseu, Portugal, pp 9-25
http://www.ordemeconomistas.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=133&Itemid=404

SIMÕES, Rosyler Cristina Santos. **Aspectos da rede urbana do Estado de São Paulo.** Trabalho apresentado no XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Caxambu / MG, 2006

SPOSITO, E; MATUSHIMA, Marcos Kazuo. **A dinâmica econômica no Estado de São Paulo: do paradigma de área ao paradigma de eixo de desenvolvimento.** In SILVA, J. e SILVEIRA, M. (org.). *Geografia econômica: temas regionais.* Presidente Prudente: FCT/UNESP/PPGG, 2002, p. 187-216.

SOUZA, Fabíola Salani. **Mecanismos de desenvolvimento limpo e créditos de carbono: as potencialidades do Brasil**. Monografia apresentada para a conclusão do curso MBA. Derivativos e Informações Econômico-Financeiras, Turma 5, sob orientação do Prof. Dr. José Roberto Securato. São Paulo: BM&F/Fundação Instituto Administração FIA, 2007.

STEINBERGER, Marília e BRUNA, Gilda C. **Cidades médias: elos do urbano-regional e do públicoprivado**. In. ANDRADE, T.A. e SERRA, R. V. Cidades médias brasileiras. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.

STHOR, W. B.; TAYLOR, D. R. **Development from above or below? The dialectics of regional planning in development countries**. New York: John Willey and Sons, 1981.

SUPRINYAK, Carlos Eduardo. **Comércio de animais de carga no Brasil imperial: uma análise quantitativa das tropas negociadas nas províncias do Paraná e São Paulo**, Dissertação de Mestrado, FCLAr/UNESP, 2006.

TREVAS, Vicente Y Plá. **A lei dos consórcios públicos como um novo instrumento de fortalecimento da federação brasileira e sua relação com o desenvolvimento local**. Brasília. 2004.

VEIGA, José Eli da. **Articulações intermunicipais para o desenvolvimento regional**. In: Seminário "Associativismo, cooperativismo e economia solidária no meio rural", CEAM-NEAGRI, ICS – Departamento de Sociologia, CDS – Centro de Desenvolvimento Sustentável – 2005.

VILLAÇA, Flavio. **Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil**. In DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli (orgs.). O processo de urbanização no Brasil. São Paulo: Edusp. 2004.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)